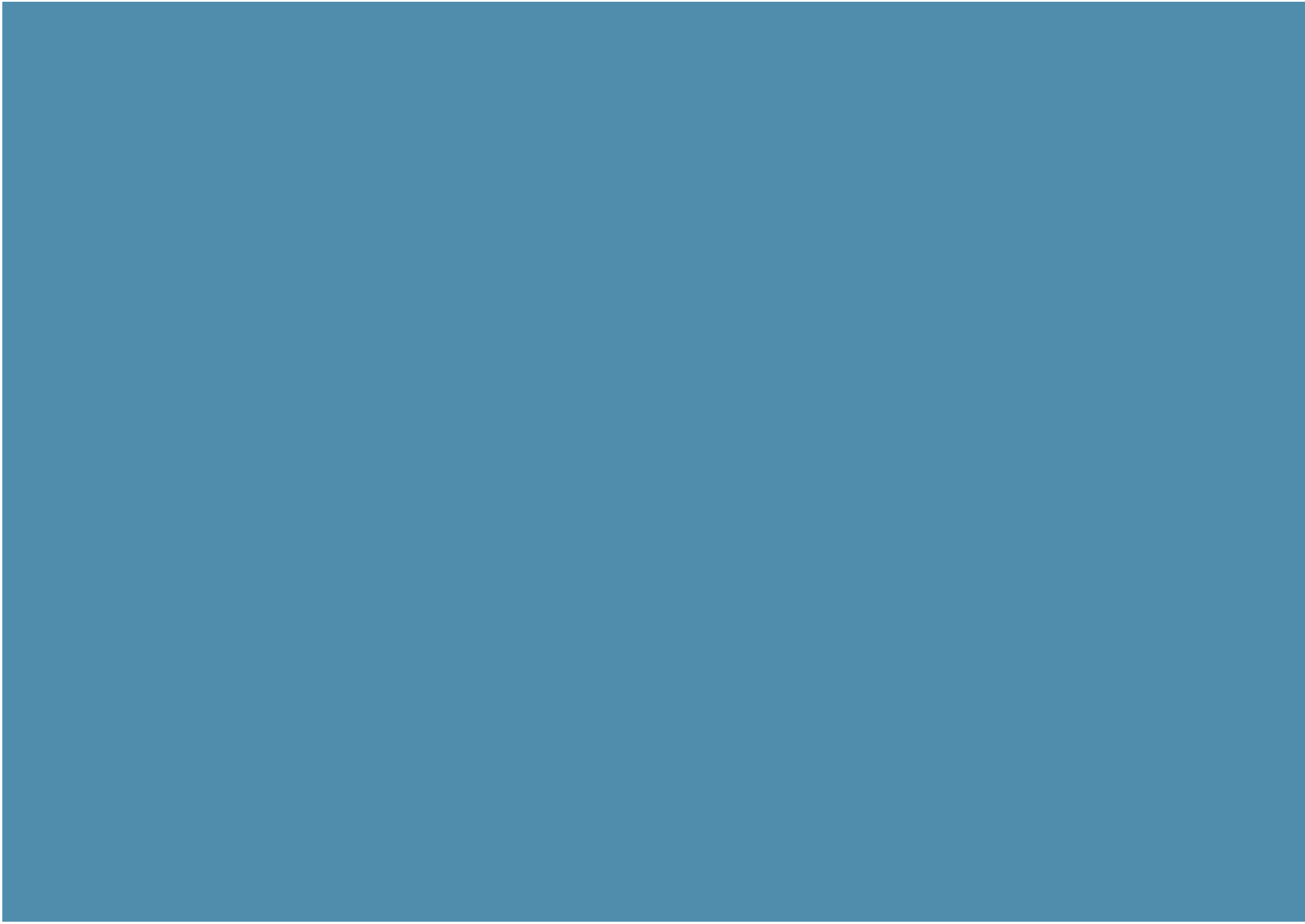
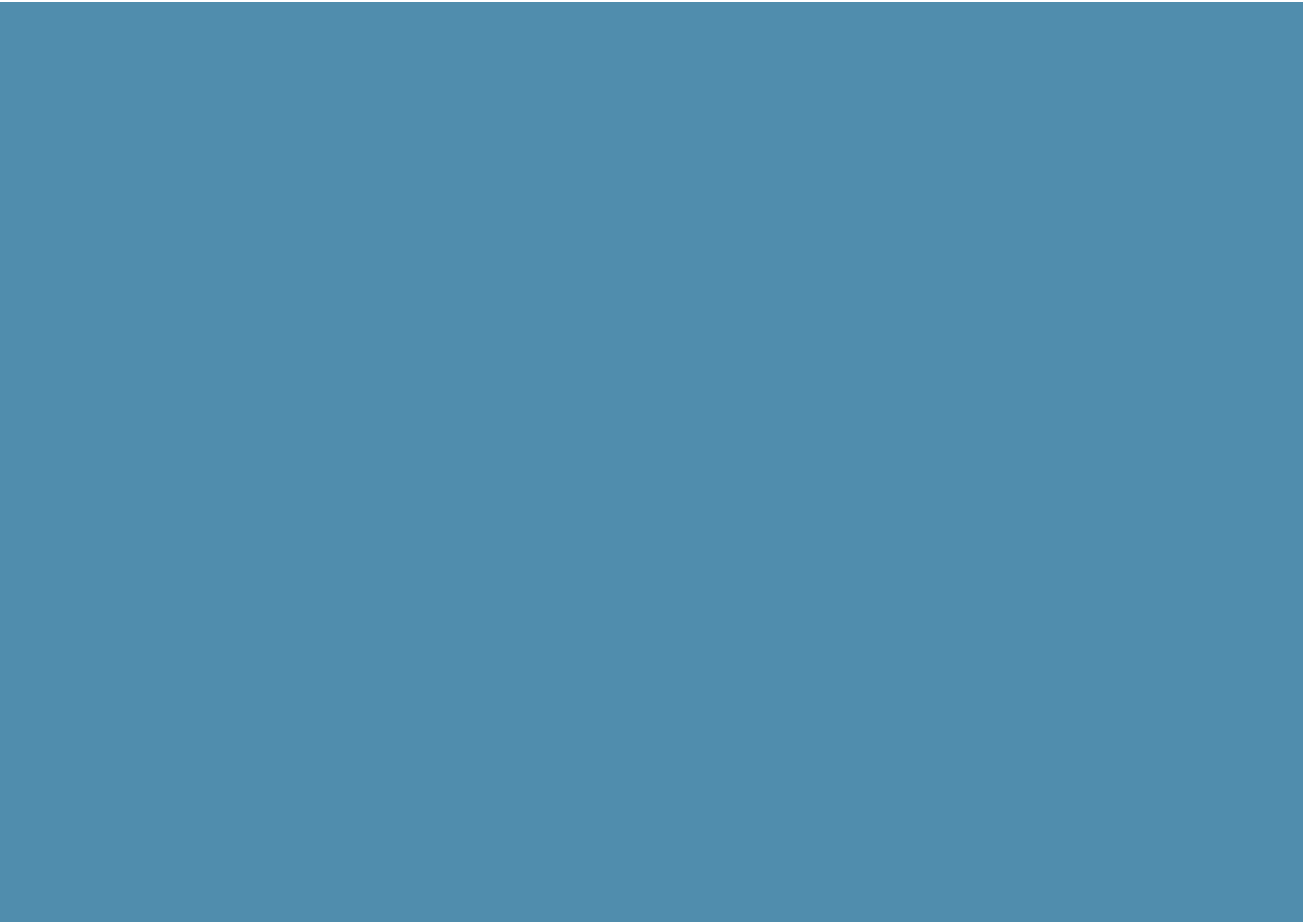
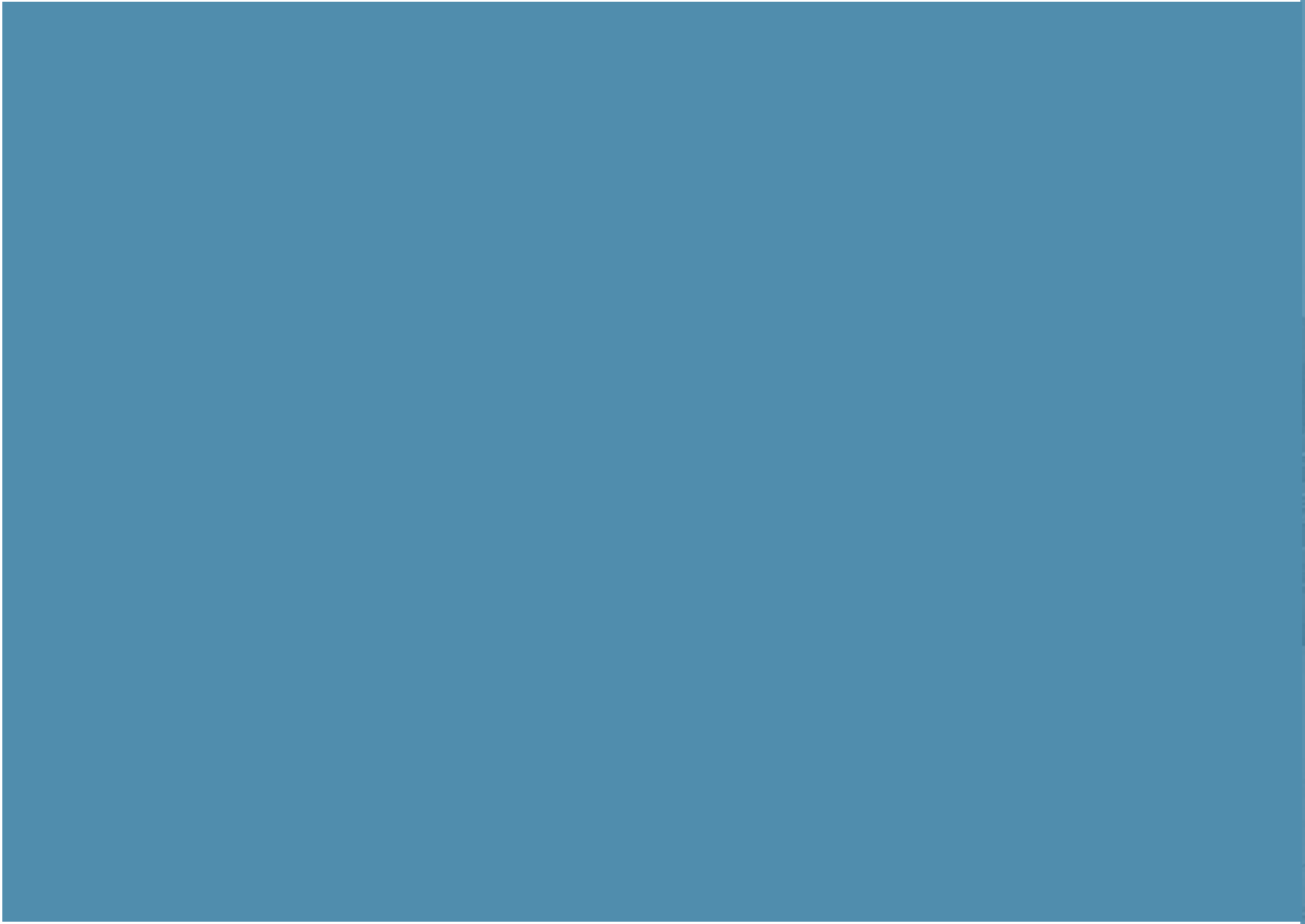




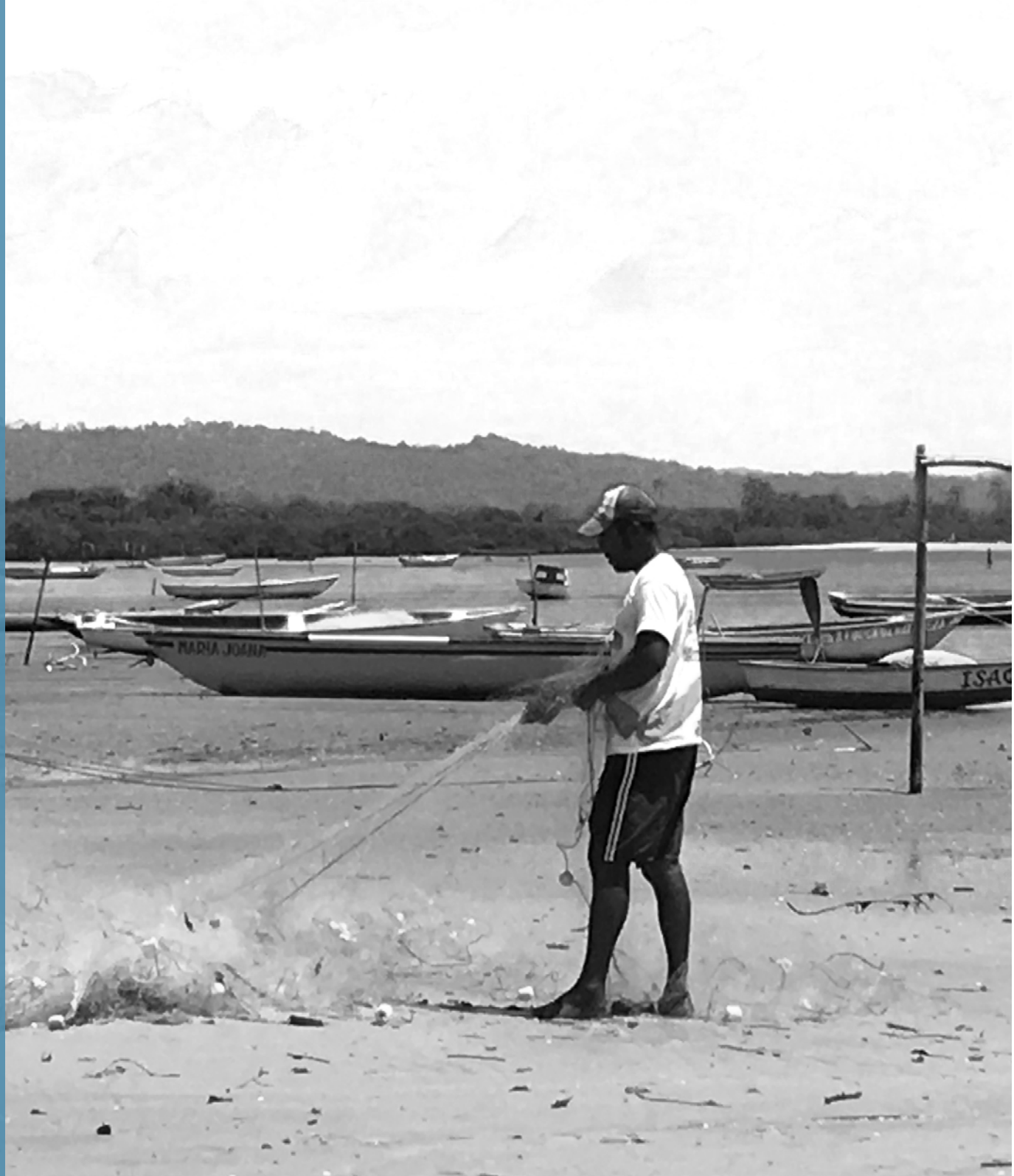
DESENVOLVIMENTO
URBANO DOS MUNICÍPIOS
DA ÁREA DE IMPACTO
DIRETO DO SISTEMA VIÁRIO
OESTE







DESENVOLVIMENTO
URBANO DOS
MUNICÍPIOS DA ÁREA
DE IMPACTO DIRETO
DO SISTEMA VIÁRIO
OESTE



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA
GOVERNADOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SEPLAN

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
SECRETÁRIO

DESENBAHIA

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA
OTTO ALENCAR FILHO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
DO ESTADO DA BAHIA - SEDUR

(ÓRGÃO RESPONSÁVEL)

CARLOS MARTINS
SECRETÁRIO

ASSESSORIA ESPECIAL DO SISTEMA VIÁRIO
OESTE SVO

MARIA DAS GRAÇAS TORREÃO FERREIRA
ARQUITETA COORDENADORA DOS ESTUDOS
URBANÍSTICOS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO
TERRA-MÃE DO BRASIL





EQUIPE TÉCNICA SEDUR

ALBÉRICO CORREIA SILVA
ARQUITETO E URBANISTA

DALMAR SOARES FILHO
ADMINISTRADOR

HEBER DE SENNA GANEM
ARQUITETO E URBANISTA

LAÍRA O. DE ANDRADE SILVEIRA
URBANISTA

ESTAGIÁRIO

GENILSON A. S. BONFIM

COORDENAÇÃO GERAL**MARGARETH M. UEMURA**

ARQUITETA URBANISTA (INSTITUTO PÓLIS)

COORDENAÇÃO TÉCNICA**DANIELLE KLINTOWITZ**

ARQUITETA URBANISTA (INSTITUTO PÓLIS)

ELEUSINA L. HOLANDA DE FREITAS

ARQUITETA URBANISTA (DEMACAMP)

MARCOS P. BICALHO

ARQUITETO E URBANISTA (OFICINA)

MARIA CÉLIA S. CAIADO

ARQUITETA URBANISTA (DEMACAMP)

INSTITUTO PÓLIS**CAMILA ANDRADE**

URBANISTA

CAROLINA ROCHA

ADVOGADA

FELIPE MOREIRA

ARQUITETO URBANISTA

FLAVIO GHILARDI

SOCIÓLOGO

GABRIEL NEGRI

ARQUITETO URBANISTA

JEROEN KLINK

CONSULTOR

LEANDRO MORAES

ECONOMISTA

LETICIA PALAZZI

GEÓGRAFA

VITOR NISIDA

ARQUITETO URBANISTA

OFICINA**ALEXANDER ANDRÉ SILVA**

ARQUITETO URBANISTA

ANTONIO SANTANA

ENGENHEIRO SENIOR

ARLINDO FERNANDES

ENGENHEIRO

DANIELA CARDONE DEL MONTE

ENGENHEIRA

EDILBERTO DE AGUIAR JUNIOR

GEÓGRAFO

ESNEL MINETTI

MATEMÁTICO

FATIMA MATOS

ARQUITETA SENIOR

FELICIO SAKAMOTO

ENGENHEIRO SENIOR

JOÃO PEDRO VILELA

URBANISTA

MARCIA SAMPAIO BAGGI

URBANISTA

MARCELO MASSAYUKI NAKASAKI

ARQUITETO URBANISTA

PAULO SUSSUMO HATADA

ANALISTA DE SISTEMAS

TIAGO BRASILEIRO

ARQUITETO E URBANISTA

OTÁVIO FERREIRA SANTANA

PUBLICITÁRIO

CONSÓRCIO



demacamp Planejamento, Projeto e Consultoria s/s Ltda

TÉCNICOS (OFICINA)

ALESSANDRA RENATA SALLES FERREIRINHA

ANA TÉRCIA FERREIRA

ANDRÉ ALVES DA NÓBREGA

CARLOS ALBERTO BARBOSA

ELENEO DIAS DE SOUZA

JOSÉ ANTONIO DE SOUZA

MARLENE DA COSTA BRANDÃO

MAURÍCIO APARECIDO VECCIO

NORIKO KISHITA

RAFALE SIMIONATO

RUBENS ALEXANDRE DA SILVA

VÁGNER DE OLIVEIRA JUNIOR

DEMACAMP

VALÉRIA CRISTINA ORTEGA

PAOLA PAES MANSO
COORDENADORAS DA MOBILIZAÇÃO
SOCIAL DO PDDU

ANTÔNIO GONÇALVES PIRES
CONSULTOR EM MEIO AMBIENTE

BRANCA PEROCCO
ARQUITETA URBANISTA

BARBARA ORTOLAN
GEOGRAFA

BEATRIZ NAKAMURA
ARQUITETA URBANISTA

CLEITON AIRON
URBANISTA

EDUARDO SOMBINI
GEÓGRAFO

EVANGELINA PINHO
ADVOGADA SÊNIOR

FERNANDA PIM NASCIMENTO SERRALHA
ECONOMISTA

GABRIELLA RIZZO
ARQUITETA URBANISTA

IGOR BORGES
URBANISTA

JACQUELINE CHAVES
COORDENADORA DO CADASTRO
IMOBILIÁRIO/1A FASE

LEONARDO BEDÊ LOTTI
ADVOGADO

**MARIA AMÉLIA DEVITTE FERREIRA
D'AZEVEDO LEITE**
ARQUITETA URBANISTA SÊNIOR

MONICA MITIE KANEMATSU WOLF
ARQUITETA URBANISTA

RAFAEL BALDAM
ARQUITETO URBANISTA

SYLVIO FLEMING BATALHA DA SILVEIRA
ANTROPÓLOGO

VERÔNICA SABATINO
CONSULTORA EM MEIO AMBIENTE

AGRADECIMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUÍPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE

CONSÓRCIO DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO – CTR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA DO PRATIGI





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1	INTRODUÇÃO	17	5	PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE IMPACTO URBANO DIRETO DO SVO (AID)	74
2	OBJETIVOS		5.1	EIXO PROGRAMÁTICO 1 ACESSIBILIDADE	82
2.1	GERAL	23	5.2	EIXO PROGRAMÁTICO 2 SANEAMENTO BÁSICO	85
2.2	ESPECÍFICO	23	5.3	EIXO PROGRAMÁTICO 3 TURISMO E CULTURA	91
3	SÍNTESE DO PANORAMA ATUAL DA ÁREA DE IMPACTO URBANO DIRETO E DOS POTENCIAIS IMPACTOS DO SVO	24	5.4	EIXO PROGRAMÁTICO 4 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO URBANA	96
3.1	POSIÇÃO NA REDE DE CIDADES BAIANAS	25	5.5	EIXO PROGRAMÁTICO 5 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	102
3.2	INDICADORES ECONÔMICOS	25	5.6	EIXO PROGRAMÁTICO 6 SEGURANÇA PÚBLICA	106
3.3	INDICADORES SOCIAIS	26	5.7	EIXO PROGRAMÁTICO 7 AÇÃO SOCIAL	111
3.4	ASPECTOS AMBIENTAIS	28			
3.5	ASPECTOS URBANOS	29	5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
4	PRINCIPAIS IMPACTOS DO SVO	61	6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
4.1	IMPACTOS REGIONAIS	61			
4.2	IMPACTOS MUNICIPAIS	64			

APRESENTAÇÃO

Este produto tem como objetivo apresentar os resultados do **Estudo de Proposição de Soluções para Municípios Vizinhos**. Integra a **sexta entrega** do contrato celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) e o Consórcio DEMACAMP/INSTITUTO PÓLIS/OFICINA, vencedor do Processo Licitatório nº 1411130019416 – SEDUR, Concorrência Pública nº 002/2013, que tem como objeto a “Realização de estudos urbanísticos e a elaboração, com participação social, dos instrumentos de política urbana essenciais e estratégicos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico da macroárea de influência do Sistema Viário Oeste (SVO)”, sendo parte do Programa de Desenvolvimento Urbano, que compreende diversos estudos.

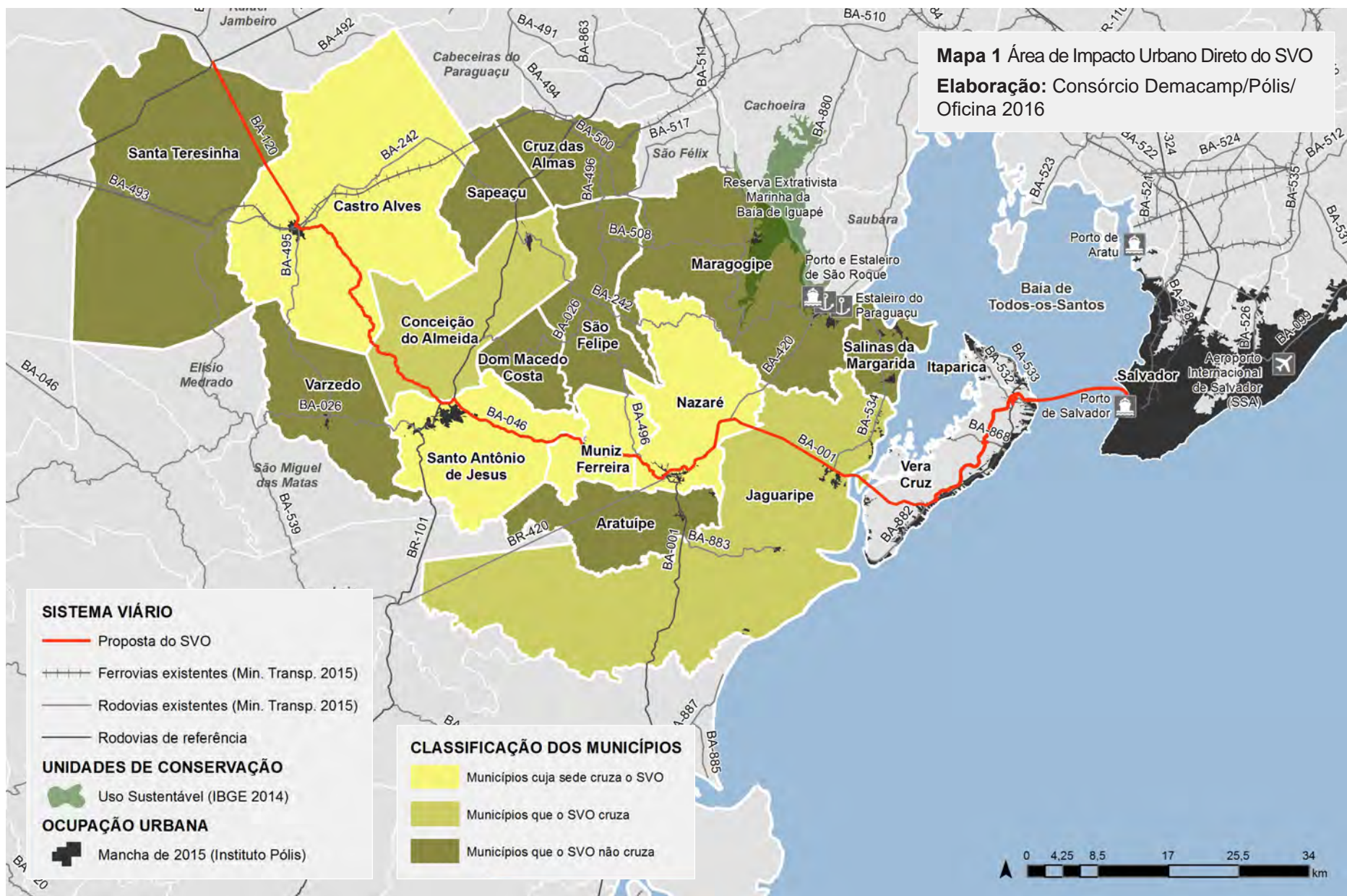
O Estudo de Proposição de Soluções para Municípios Vizinhos compõe-se de duas etapas: a primeira foi apresentada no Relatório “**PI.5.1 Análise e caracterização do SVO nos municípios**”, que discorre sobre o perfil dos municípios da área de impacto urbano direto do SVO, assim como sobre os potenciais impactos regionais e locais decorrentes da implantação do SVO; e a segunda, referente ao “**Relatório P5. Proposição de Soluções para os Municípios Vizinhos**”, apresentada neste documento, contempla a indicação de políticas públicas e programas para os municípios.

A **Área de Impacto Urbano Direto (AID) do SVO**, alvo deste estudo, foi em princípio definida pelos municípios interceptados

pelo eixo viário do SVO, mas foi ampliada ao longo da elaboração do estudo, considerando a extensão dos impactos. Compreende, assim, 15 municípios no entorno desse eixo viário: além dos 10 propostos no Plano de Trabalho – Jaguaripe, Salinas da Margarida, Maragogipe, Nazaré, Aratuípe, Muniz Ferreira, Santo Antônio de Jesus, Conceição do Almeida, Varzedo e Castro Alves, outros cinco foram incluídos na segunda etapa, em decorrência do processo de discussão pública – Santa Teresinha, São Felipe, Sapeaçu, Dom Macedo Costa e Cruz das Almas.

Com base na análise socioeconômica e urbana e dos possíveis impactos urbanos do SVO sobre estes municípios, foram construídas propostas de políticas públicas e programas, no âmbito estadual, que devem ser implementadas na perspectiva de mitigar impactos negativos e potencializar os positivos.

Em paralelo a este estudo, outros foram elaborados para a macroárea de influência do SVO pelo Governo do Estado, tal como o **Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Macroárea de Influência da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica**, que indicou programas e medidas para a promoção do desenvolvimento humano e social na região. Tais estudos se complementam e devem ser considerados em conjunto para a compreensão da estratégia de desenvolvimento territorial planejada para esta região.



Dada a realidade destes municípios, foram estruturadas propostas em **sete eixos programáticos**:

- i) Acessibilidade;
- ii) Saneamento;
- iii) Turismo e Cultura;
- iv) Desenvolvimento institucional para a Gestão Urbana;
- v) Desenvolvimento da Agricultura Familiar;
- vi) Segurança Pública; e
- vii) Ação Social, que abrange os setores de saúde e educação.

Apesar de ter como foco a proposição de soluções para os impactos urbanos, em função da relevância social da questão rural nestes municípios, foram definidas também proposições voltadas para o desenvolvimento rural.



Foto: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

INTRODUÇÃO 1

O SVO, como projeto logístico e de desenvolvimento regional, visa promover maior articulação entre os Territórios de Identidade – Metropolitano de Salvador, do Recôncavo e do Baixo Sul –, tendendo a afetar sua dinâmica urbana e regional. Com o objetivo de promover o desenvolvimento da região, o Governo do Estado da Bahia tem elaborado um conjunto de planos e estudos, dentre os quais se insere o presente trabalho, que tem como finalidade formular **proposições para a adequação urbana dos municípios vizinhos ao SVO** a partir do perfil dos municípios e dos potenciais impactos do SVO sobre este território.

A definição da **Área de Impacto Urbano Direto (AID)**, objeto deste estudo, teve como principal referência o traçado do SVO, cujo projeto envolve investimentos em construção, ampliação e requalificação de importantes rodovias estaduais e federais do Estado (Mapa 2).

Para efeito da análise dos impactos urbanos do SVO, os municípios da AID foram classificados segundo a interferência do viário do SVO na sede ou no território municipal, considerando a relevância deste traçado na dinâmica urbana. Assim, temos:

- a) municípios cujos territórios serão atravessados na sede - Nazaré, Muniz Ferreira, Santo Antônio de Jesus e Castro Alves;
- b) municípios cujos territórios serão atravessados fora da sede – Jaguaripe, Conceição do Almeida e Santa Teresinha;

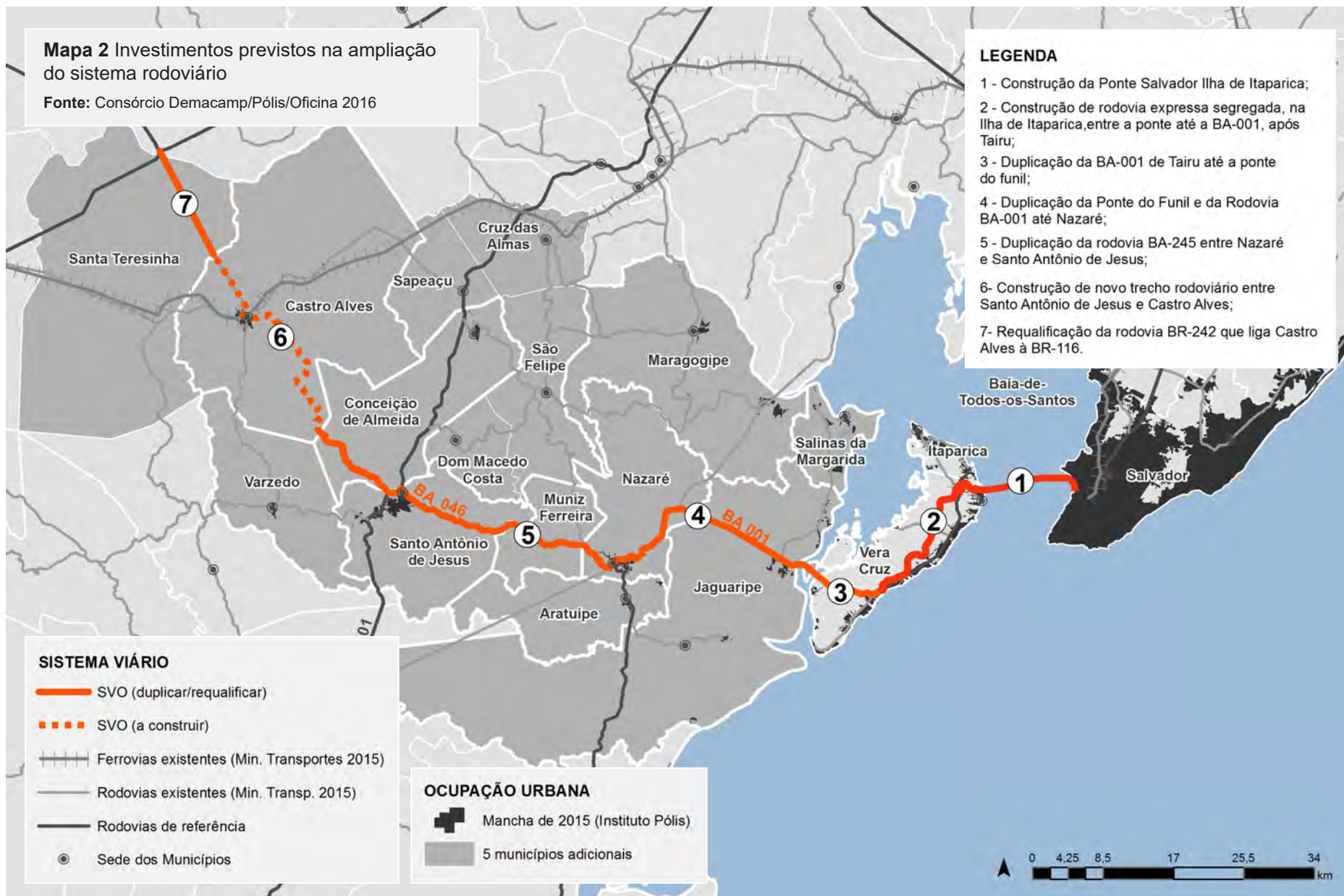
- c) municípios do entorno imediato não seccionados pelo SVO - Salinas da Margarida, Maragogipe, Aratuípe, Varzedo, São Felipe, Sapeaçu, Dom Macedo Costa e Cruz das Almas.

Destacaram-se como mais relevantes os impactos nos municípios cortados na sede municipal, merecendo atenção especial pelas transformações de curto prazo provocadas pela implantação do SVO. Por outro lado, alguns municípios, apesar de não sofrerem interferência direta do traçado viário do projeto, foram considerados em função de situações específicas: Maragogipe, em razão dos efeitos do SVO associados aos do Estaleiro Enseada Paraguaçu; Aratuípe, por ser o principal polo produtor de cerâmica do Estado, situado próximo ao percurso do SVO; e Varzedo, por ter figurado dentre uma das alternativas de traçado.

Os municípios de Santa Teresinha, São Felipe, Sapeaçu, Dom Macedo Costa e Cruz das Almas passaram a integrar as propostas por indicação dos participantes das reuniões públicas.

A **metodologia adotada** envolveu:

- a) Caracterização da área de análise;
- b) Análise técnica para a identificação de potenciais impactos nos municípios e regionais;
- c) Discussões sobre os impactos e propostas junto às secretarias afins e ao **Consórcio Territorial do Recôncavo (CTR)**¹;



d) Levantamento, formulação e estruturação das propostas de soluções para adequação urbana dos municípios da AID; e

e) Identificação das fontes de recursos disponíveis nos âmbitos federal (programas federais) e estadual (Plano Plurianual 2016-2019).

A formulação das propostas considerou o panorama atual dos municípios, marcado por significativos passivos urbanos, sociais e ambientais, além dos potenciais impactos decorrentes da implantação do SVO, identificando as questões mais relevantes com vistas à promoção do desenvolvimento regional, à superação dos entraves e ao enfrentamento dos prováveis impactos negativos e positivos. Para responder a estas questões, foram definidos sete **eixos programáticos**:

i) **Saneamento**, em virtude dos baixos indicadores apresentados que comprometem a qualidade ambiental e urbana;

ii) **Turismo e Cultura**, pelo potencial existente e pela possibilidade de geração de emprego e renda com a estruturação do setor;

iii) **Acessibilidade**, em função da precariedade das condições atuais e da relevância dos entraves ao desenvolvimento do território;

iv) **Desenvolvimento Institucional para a Gestão Urbana**, dada a necessidade de ampliação da capacidade de planejamento e gestão, especialmente para o enfrentamento das possíveis interferências no uso e ocupação do solo provenientes do SVO e para a estruturação de negócios e novos empreendimentos para o desenvolvimento socioeconômico do município;

v) **Segurança Pública**, em razão da gravidade dos problemas presentes na região, relacionados sobretudo ao tráfico de drogas, e também pelos conflitos fundiários existentes e futuros;

vi) **Ação social, abrangendo os setores de saúde e educação**, considerando os baixos indicadores atuais e a relevância dessas áreas para o desenvolvimento socioeconômico da região; e

vii) **Desenvolvimento da Agricultura Familiar**, em função do perfil econômico dos municípios e da relevância social da atividade rural no território da AID.

Para cada **eixo programático**² foram definidos:

a) **Objetivos** - o que se pretende alcançar no âmbito de cada eixo;

b) **Justificativa** – a motivação para a adoção do programa, considerando o passivo existente e as demandas decorrentes da implantação do SVO;

¹ CTR - Autarquia interfederativa que tem caráter multifinalitário, composto pelos municípios de Sapeaçu, Cruz das Almas, Conceição do Almeida, São Felipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Cabaceiras do Paraquassu e Muritiba (Diário Oficial de Associação Pública - CTR, Ano 1, nº 3, de 11/11/2015).

- c) **Iniciativas** – o conjunto de medidas que devem ser implementadas para consubstanciar os objetivos, compreendendo planos, projetos e ações;
- d) **Beneficiários** – a população que será beneficiada com os programas;
- e) **Agentes envolvidos** – secretarias do governo do Estado competentes para as pautas dos programas;
- f) **Fontes de recursos disponíveis** – programas existentes nos âmbitos estadual e federal capazes de financiar as iniciativas propostas, dando ênfase ao levantamento dos programas e ações constantes do Plano Pluri Anual PPA vigente do Governo do Estado que atendem às propostas elaboradas, buscando conferir-lhes factibilidade; e
- g) **Horizonte** – período de ocorrência da implementação das ações, vinculando-as ao planejamento orçamentário do governo estadual (curto prazo - próximos 4 anos, incluídos no PPA 2016-2019; médio prazo - 8 anos, no PPA 2020-2024).

Os programas e ações propostos contemplam os **níveis regional e local, considerando as áreas de planejamento, gestão e intervenções físicas.**

Este relatório apresenta, inicialmente, uma síntese do panorama atual da AID evidenciando as questões centrais que embasaram

as proposições de soluções para os municípios da área, que serão afetados pelos potenciais impactos do SVO.

Em seguida, apresenta as propostas de políticas públicas e programas para a região, segundo os eixos programáticos, explicitando os componentes de cada programa.

² De acordo com o PPA 2016-2019: o eixo programático corresponde à macroárea estratégica de atuação do governo.



Foto: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

OBJETIVOS 2

2.1 GERAL

Propor medidas para adequação urbana dos municípios da Área de Impacto Urbano Direto (AID), a partir dos impactos decorrentes da implantação do SVO.

2.2 ESPECÍFICO

Identificar programas e iniciativas do governo do estado capazes de implementar as medidas propostas.



Foto: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

SÍNTESE

DO PANORAMA ATUAL DA
ÁREA DE IMPACTO URBANO DIRETO:
QUESTÕES CENTRAIS

3

A análise da situação atual dos municípios da AID, apresentada com maior detalhamento na 1ª parte do estudo (Relatório 5.1 – Análise e Caracterização do Impacto Urbano do Sistema Viário Oeste nos Municípios), avaliou as condições econômicas, sociais, urbanas, ambientais e institucionais presentes na área, considerando os passivos existentes e as potencialidades locais para a mitigação dos possíveis impactos do SVO nesta região, identificando cinco questões centrais para a promoção do desenvolvimento socioeconômico deste território:

- i) Posição na rede de cidades baiana;
- ii) Indicadores econômicos;
- iii) Indicadores sociais;
- iv) Aspectos ambientais; e v) Aspectos urbanos.

3.1 POSIÇÃO NA REDE DE CIDADES BAIANAS

A AID está circunscrita ao Recôncavo Baiano, distribuída em três Territórios de Identidade (TI). Dos municípios que compõem a área, doze estão no TI Recôncavo (Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Castro Alves, Nazaré, Conceição do Almeida, Maragogipe, Muniz Ferreira, Dom Macedo Costa, São Felipe, Sapeaçu, Varzedo e Salinas da Margarida); dois no TI Baixo Sul (Aratuípe e Jaguaribe) e um no TI Piemonte do Paraguassu (Santa Teresinha). Apesar de se situar próxima à capital, principal centralidade do Estado, sua rede urbana, do mesmo modo que a rede estadual, apresenta grandes saltos hierárquicos, o que reflete a desigualdade entre seus centros urbanos (SEDUR, 2010).

Dentre os municípios da AID, seis exercem algum grau de centralidade na rede urbana da Bahia: **Santo Antônio de Jesus** e **Cruz das Almas** têm a maior centralidade da região (nível 4 - Centro sub-regional A); **Castro Alves**, **Nazaré**, **Conceição do Almeida** e **Maragogipe** enquadram-se no penúltimo nível da rede urbana da Bahia (nível 7 - Centros de zona B), que são centros urbanos de menor porte, com atuação restrita à sua área imediata, e exercem funções de gestão elementares. Os demais municípios foram classificados como de nível 8 – Centros locais, que corresponde àqueles cuja centralidade e alcance não extrapolam os próprios limites, atendendo apenas aos seus habitantes. A **inexistência de hierarquias intermediárias e a significativa presença de municípios inseridos na última posição** revelam a **fragilidade desta rede urbana**, reflexo da escassez da distribuição e disponibilidade de equipamentos, bens e serviços acessíveis aos seus habitantes.

3.2 INDICADORES ECONÔMICOS

De modo geral, a região apresenta **fraco desenvolvimento econômico e baixos indicadores sociais e urbanos**. Dentre os municípios, o que apresenta o maior Produto Interno Bruto (PIB) é Santo Antônio de Jesus, com PIB real de R\$ 1.146,1 milhão. Em seguida, muito abaixo, estão, respectivamente, os municípios de Cruz das Almas (PIB de R\$ 649.348,00 mil); Maragogipe (PIB de R\$ 453.200,00 mil); Nazaré, (PIB de R\$ 179.300,00 mil) e Castro Alves (PIB de R\$ 171.700,00 mil). Nos demais municípios, os PIBs são inferiores a R\$ 100.000,00 mil (IBGE, 2012).

Os municípios da AID, segundo a composição do PIB por setores da economia, enquadram-se em dois grupos distintos:

a) **municípios com maior parte do valor adicionado do PIB composta pelo setor de serviços:** Santo Antônio de Jesus (69,3%), Nazaré (50%), Castro Alves (41,6%), Conceição do Almeida (39,4%) e Maragogipe (36,3%); e

b) **municípios com predominância da administração pública, saúde, educação pública e seguridade social:** Muniz Ferreira (44,9%) Salinas da Margarida (36%), Jaguaripe (40,8%), Varzedo (33,1%) Ressalta-se, no entanto, que a alta dependência dos serviços públicos no valor adicionado do PIB é um traço característico de cidades com economia pouco dinâmica.

Apesar de pouco expressiva em valores econômicos e no PIB, a agricultura tem grande relevância social na região, dada a significativa presença de população rural e a predominância da agricultura familiar, demandando políticas públicas voltadas para o desenvolvimento deste setor, cujos principais cultivos na região são a mandioca, o milho e a banana.

O setor de turismo apresenta um subaproveitamento das potencialidades locais, no entanto, representa uma oportunidade para a geração de emprego e renda e de valorização para os municípios com vocação turística (**Maragogipe, Salinas da Margarida, Nazaré, Jaguaripe, Aratuípe e Muniz Ferreira**) nos segmentos: histórico-cultural; náutico, sol e praia; étnico (afro e indígena); arqueológico;

rural; e de esporte de aventura. A baixa qualidade urbana, no entanto, contrasta com a riqueza dos atrativos existentes, constituindo-se como fator limitante para seu desenvolvimento.

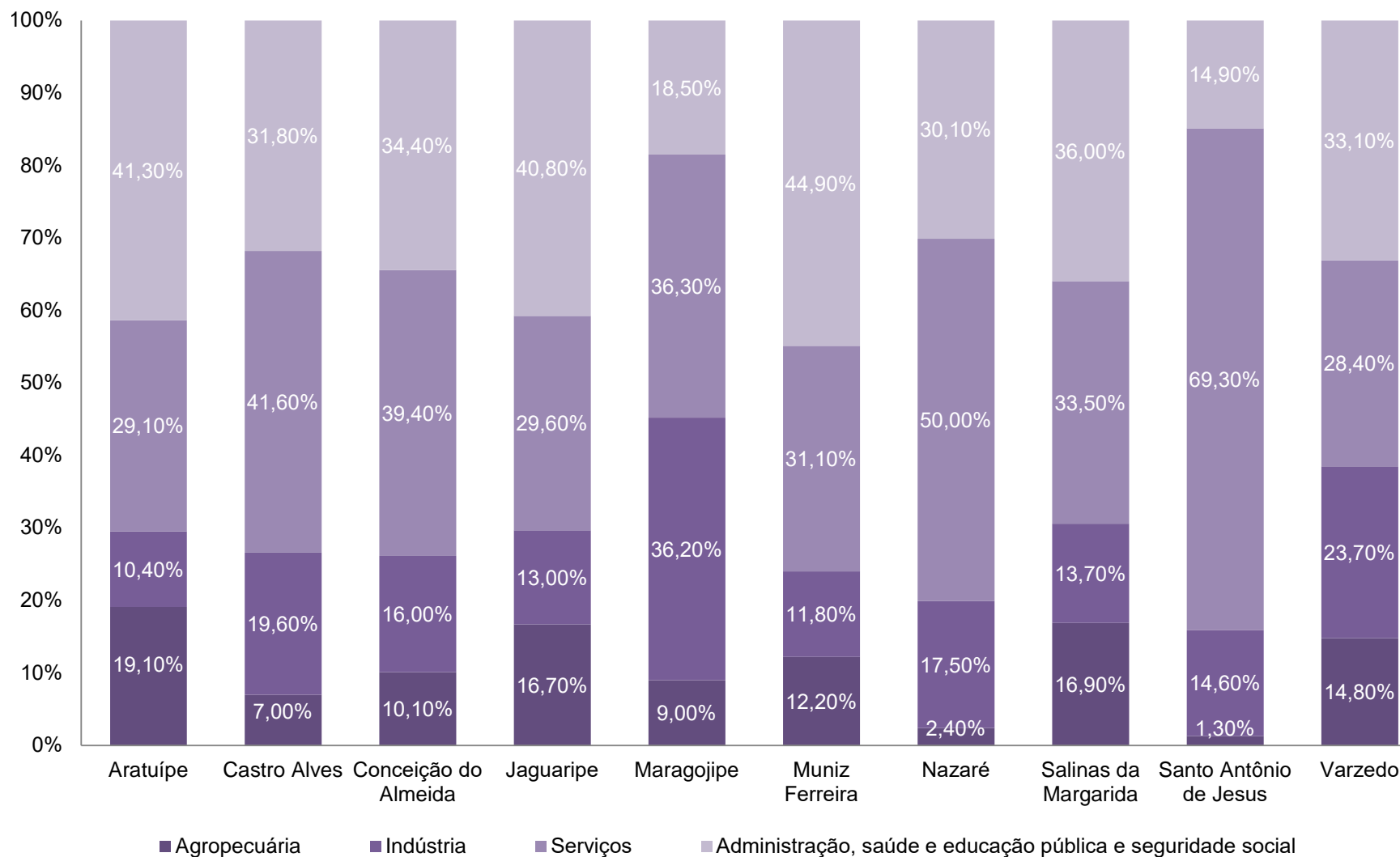
Quanto ao mercado de trabalho, os maiores rendimentos médios, em salários mínimos (SM) (IBGE, 2012), estiveram concentrados nos serviços, na administração pública e na indústria de transformação, na maior parte das cidades, no entanto, com valores abaixo do verificado no estado da Bahia (média de 3,4 SM), à exceção da Indústria de transformação no município de Maragogipe, que apresentou o maior rendimento (4,6 SM), seguido de Nazaré (1,8 SM) e dos municípios de Aratuípe, Castro Alves, Salinas da Margarida e Santo Antônio de Jesus, com 1,7 SM.

Vale ressaltar que os municípios não incluídos na análise se enquadram no perfil geral das condições econômicas predominantes desta análise.

3.3 INDICADORES SOCIAIS

Todos os municípios apresentaram uma melhoria nos indicadores de pobreza e extrema pobreza na AID (IBGE, 2000 e 2010): nos anos 2000, em média, 60% da população desses municípios encontravam-se abaixo da linha da pobreza, com exceção de Maragogipe e Santo Antônio de Jesus. Em 2010, nenhum deles apresentou mais de 50% de pobres, tendo ocorrido queda expressiva desse indicador em todos. Os municípios da área de estudo que apresentaram maior redução foram Muniz Ferreira (queda de 31,2 %), Castro Alves (29,3%) e Aratuípe (28,9%). **Maragogipe é o que possui menor percentual de pobres** (15,2%), o

Gráfico 1 Participação da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços e da Administração, saúde e educação pública e seguridade social, no Total do PIB (%) - 10 cidades do Recôncavo Baiano, 2012.



Fonte: IBGE / Elaboração: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina

que corresponde a 13,5% a menos que a média do estado da Bahia e ao mesmo percentual da média brasileira. Esta melhoria de desempenho apresenta correlação com as políticas públicas de incremento do salário mínimo (que aumentou, em média, mais de 70% no período), aliadas às políticas de transferência de renda (Programa Bolsa Família, além de Benefícios de Prestação Continuada). No entanto, **8 dos 10 municípios apresentam percentuais de população na linha da pobreza, acima de 30%**, o que revela a necessidade de continuidade das ações sociais com rebatimento na melhoria das condições de emprego e renda.

No que tange à análise da transferência de renda através do **Programa Bolsa Família (PBF), entre 2008 e 2012, houve um aumento real do número de benefícios concedidos**. As cidades que receberam o maior montante do PBF foram: Santo Antônio de Jesus, Maragogipe, Castro Alves e Nazaré. As que receberam o menor montante foram Muniz Ferreira, Varzedo, Aratuípe e Salinas da Margarida.

Quanto à análise do IDH, que avalia o nível de desenvolvimento humano em cada município a partir do desempenho dos componentes de saúde, educação e renda, observa-se que o município que apresentou maior IDH foi Santo Antônio de Jesus (0,700), superior ao IDH do estado da Bahia (0,660), mas inferior ao da capital Salvador e ao do Brasil (0,759 e 0,727, respectivamente). Todos os demais municípios apresentam IDH inferior ao da Bahia e ao do Brasil, sendo Jaguaripe o de pior desempenho, com IDH, em 2010, de 0,556. Apesar disso, a análise da evolução do índice no período entre 2000 e 2010 indica um aumento expressivo em todos

os municípios. Os menores aumentos foram registrados em Conceição do Almeida (aumento de 0,124), Nazaré (0,128), Muniz Ferreira (0,134), Santo Antônio de Jesus e Aratuípe, ambos com aumento de 0,140 (PNUD, 2010). A longevidade (componente saúde) foi a responsável pela elevação do IDH e a educação apresentou o menor desempenho dentre os três componentes do índice.

Em face do exposto, apesar da melhora, **os níveis de IDH continuam baixos, sobretudo no que se refere à renda e à educação**, excetuando-se o município de Santo Antônio de Jesus. Neste cenário, verifica-se que a baixa escolaridade de uma população que apresenta baixos rendimentos, inferiores à média estadual e à do país, é fator que contribui para o fraco desempenho do IDH. Tal situação é ainda agravada em virtude da baixa oferta de empregos. Assim, **o panorama atual indica a necessidade de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda e à melhoria da educação**, justificando, assim, a adoção do eixo programático de Ação Social, que contempla iniciativas nas áreas de saúde e educação.

3.4 ASPECTOS AMBIENTAIS

A AID está incluída no bioma de Mata Atlântica e apresenta **áreas de relevância ambiental**, identificadas pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Bahia (Inema) como **áreas prioritárias de conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade**, que devem, portanto, ser consideradas no processo de planejamento urbano regional e ambiental. Estas compreendem duas faixas de terra situadas a leste e a oeste da AID (Figura 1), abrangendo

os municípios de Jaguaripe, Salinas da Margarida, Nazaré, Maragogipe, Aratuípe, Varzedo e Castro Alves. Os níveis de prioridade para conservação variam de extremamente alto a insuficientemente conhecido. Neste contexto, destaca-se a importância do planejamento e gestão ambiental para estes municípios, sobretudo Jaguaripe e Salinas da Margarida, cujos territórios encontram-se totalmente classificados como de conservação prioritária e de uso sustentável, incluindo áreas insuficientemente conhecidas, que ratificam a importância da estruturação da gestão urbana e ambiental. **Estas áreas de conservação prioritária coincidem com as áreas possíveis para implantação de empreendimentos imobiliários e grandes equipamentos**, demandando, portanto, a elaboração dos instrumentos de planejamento urbano e ambiental.

Observa-se, ainda, que a AID abrange parte de **duas unidades de conservação (UC) de uso sustentável**:

a) **Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía-de-Todos-os-Santos (BTS)**, UC estadual de 800 km² que abrange as águas e o conjunto de ilhas da Baía-de-Todos-os-Santos. Esta UC compreende os municípios de Jaguaripe, Maragogipe e Salinas da Margarida. Os principais **conflitos ambientais** identificados são a ocupação de áreas de preservação permanente; lançamentos de efluentes domésticos e industriais nas águas; caça predatória; ocupação desordenada do solo; pesca com explosivos; desmatamento; disposição inadequada de resíduos sólidos; extrativismo descontrolado de crustáceos e moluscos (SEMA, 2016). Apesar de sua importância, a UC ainda não conta com Plano de Manejo.

b) **Reserva Extrativista – RESEX Marinha da Baía de Iguape**, UC federal de 10.082,45 hectares, criada por Decreto Presidencial em 2000, protege áreas e comunidades pesqueiras de Maragogipe e outros municípios banhados pela Baía de Iguape. Também não conta com Plano de Manejo.

Pelo exposto, ratifica-se a importância da **elaboração do Plano de Manejo destas UCs**, principal instrumento de gestão ambiental, que define, entre outros aspectos: o zoneamento; a estrutura física e de administração; normas de uso da área e de manejo dos recursos naturais; além de programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

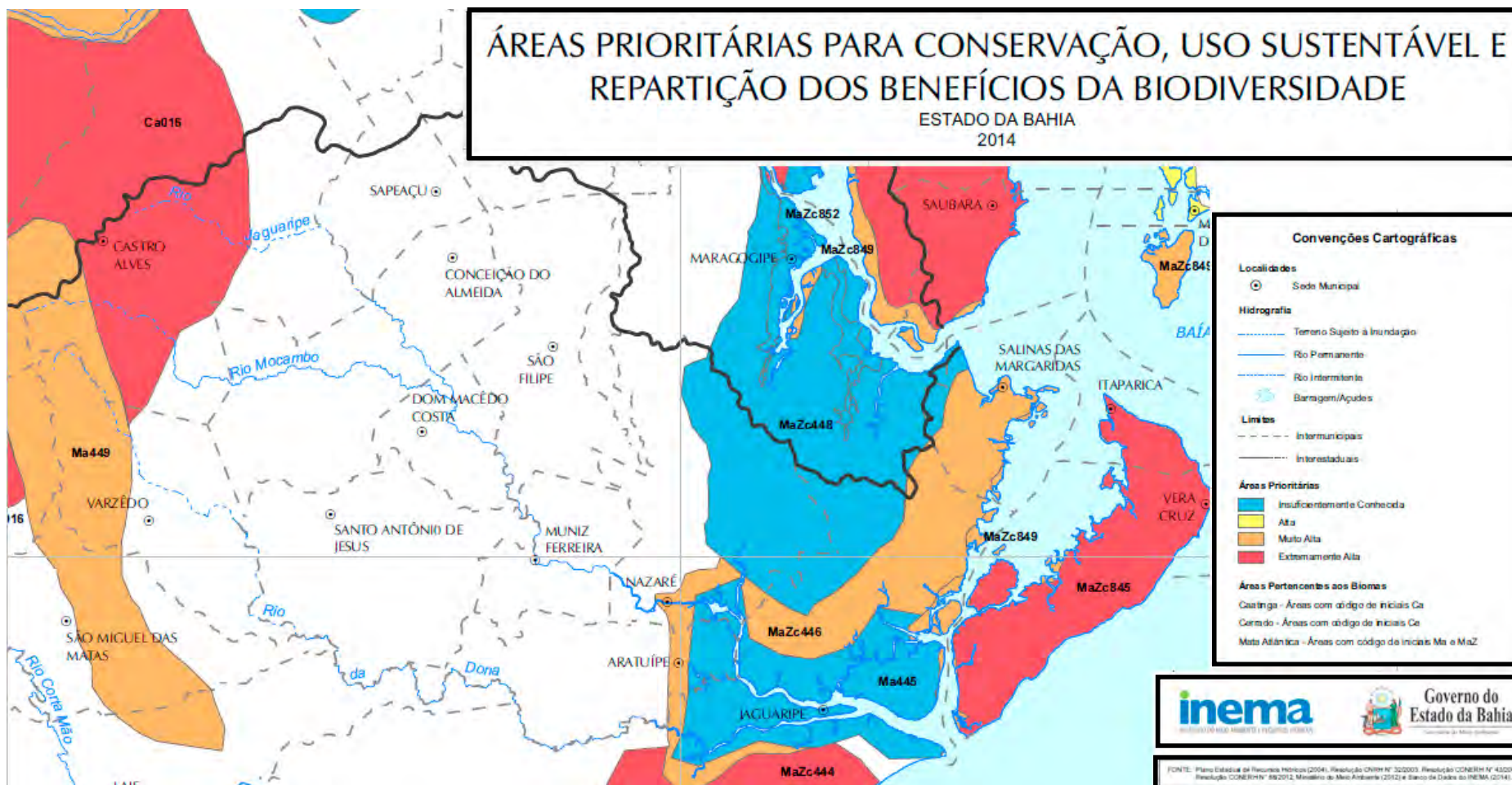
Salienta-se também a necessidade de criação de mecanismos de proteção para as demais áreas de relevância ambiental, tais como o controle do uso do solo e a instituição de novas áreas de proteção, entre outras ações destinadas à preservação dos atributos ambientais existentes.

3.5 ASPECTOS URBANOS

A análise das condições urbanísticas considerou os indicadores de saneamento básico, energia elétrica, habitação, além das condições de acessibilidade.

Os indicadores de saneamento básico (CENSO, 2010), referentes ao atendimento dos domicílios quanto à rede de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos, evidenciaram a criticidade do saneamento na região (Quadro 1) e a necessidade de políticas públicas voltadas à

Figura 1 Enquadramento da AID nas áreas Prioritárias para Conservação.



Fonte: Inema, 2016. Disponível em: www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-baia-de-todos-os-santos Acessado em 11.11.2016

mitigação do passivo existente, visando à preparação do território para o incremento populacional esperado com a implantação do SVO.

É nas sedes municipais onde se encontra a maior cobertura dos serviços de saneamento (Mapas 3, 4, 5 e 6). Os dados levantados pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária – PLANEHAB (GTA, 2012) – para o TI do Recôncavo ratificam esta assertiva e evidenciam que a maior parte das moradias inadequadas por carência de infraestrutura está situada na área rural (Quadro 2), apesar de também serem expressivas na área urbana. Deste modo, as políticas de saneamento e habitação devem ter alcance urbano e rural. Os dados permitem ainda entrever que, entre as infraestruturas básicas, a que apresenta maior cobertura e, portanto, menor índice de inadequação nos municípios é a energia elétrica.

Segundo o PLANEHAB (2015), que **caracteriza as necessidades habitacionais** do estado da Bahia, no Território de Identidade (TI) do Recôncavo (Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Sapeaçu, Varzedo) constatou-se:

- Aumento do número de domicílios superior ao aumento da população: a variação no período de 2000/2010 foi de 7% para a população e 26% para os domicílios (Gráfico 2).
- Existência de **aglomerados subnormais**, como favelas, cortiços e loteamentos clandestinos/ irregulares, sobretudo nos municípios de maior porte (Quadro 5), que tendem a ampliar-se

Quadro 1 Indicadores de saneamento básico nos municípios da AID.

Municípios	Posição em Relação ao SVO	Abast. de Água	Esgotamento Sanitário	Coleta de Lixo
Aratuípe	Não atravessa	60,70%	20,98%	60,65%
Castro Alves	Atravessa na sede	66,09%	52,40%	61,77%
Conceição de Almeida	Atravessa fora da sede	48,20%	9,40%	54,37%
Jaguaripe	Atravessa fora da sede	46,36%	3,49%	42,65%
Maragogipe	Não atravessa	60,01%	37,29%	61,77%
Muniz Ferreira	Atravessa na sede	47,18%	21,57%	68,12%
Nazaré	Atravessa na sede	78,09%	50,48%	82,65%
Salinas da Margarida	Não atravessa	94,26%	3,89%	96,29%
Santo Antônio de Jesus	Atravessa na sede	84,13%	62,69%	84,28%
Varzedo	Não atravessa	92,14%	19,24%	36,64%

Fonte: IBGE (Censo 2010) / Elaboração: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina

Quadro 2 Inadequação dos domicílios no TI Recôncavo.

Inadequação	Domicílios Urbanos		Domicílios Rurais		Dom. com Inadequação (Urbanos e Rurais*)	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Abast. de Água	8.978	7,54%	18.919	39,04%	101.410	60,49%
Esgotamento Sanitário	53.455	44,19%	35.436	86,88%		
Coleta de Lixo	5.951	4,99%	Não se aplica			
Energia Elétrica	945	0,80%	1.297	2,68%		
Dom. sem Benheiros	6.078	5,12%	12.647	25,49%	18.725	11,17%

*Contabilizados em relação aos domicílios ocupados

Fonte: GTA 2012 / Elaboração: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina

com a implantação do SVO, assim como a ocupação e expansão urbana formal, o que requer, portanto, ações de planejamento e controle do uso e ocupação do solo.

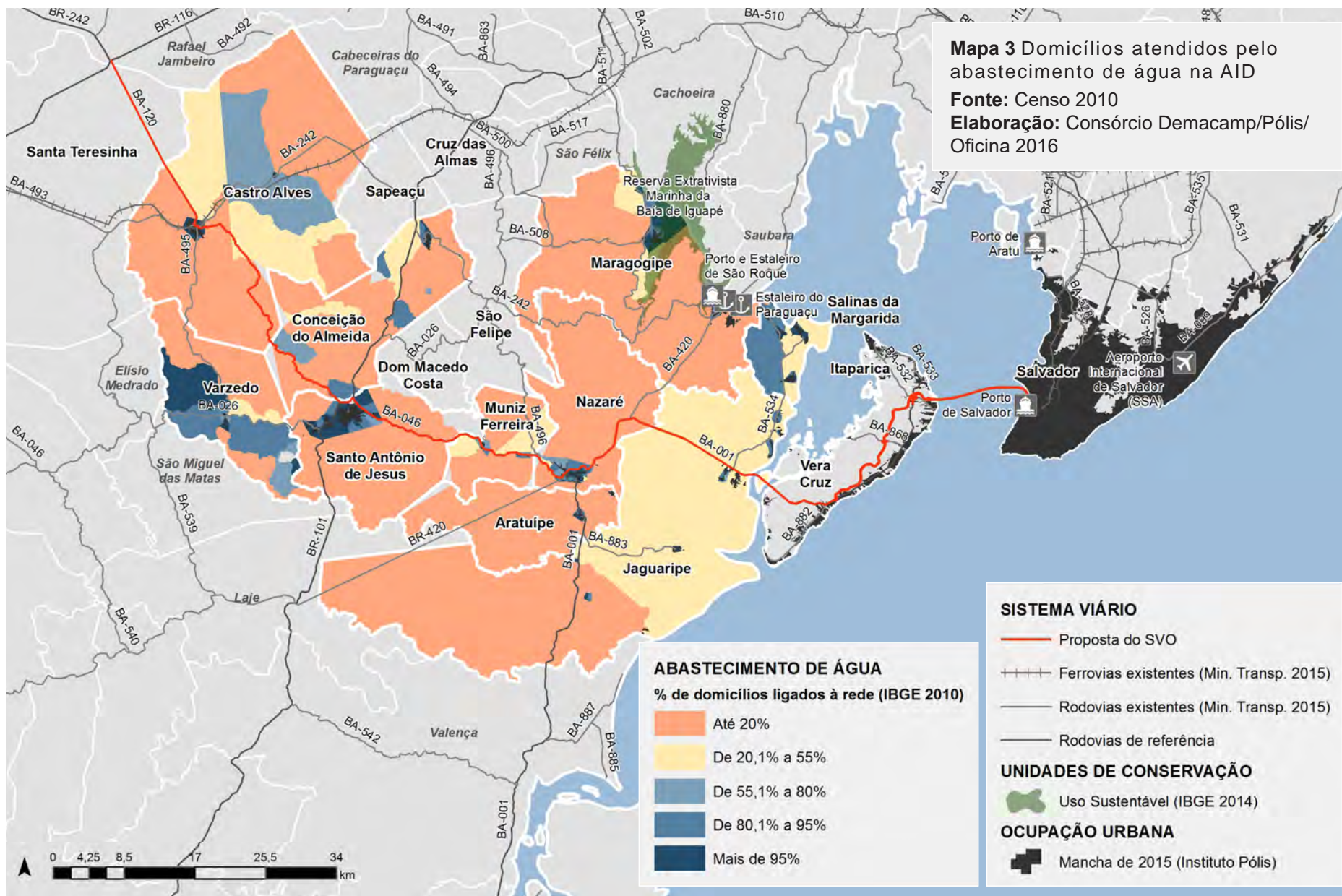
- Predominância de domicílios particulares (99,85%) em detrimento dos coletivos; baixos percentuais de domicílios vagos (10,81%) e de uso ocasional (7,67%), estando os domicílios vagos localizados majoritariamente na zona urbana (79%). Os municípios de Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas e Maragogipe são os que apresentam, respectivamente, maior número de domicílios particulares e também de uso coletivo.

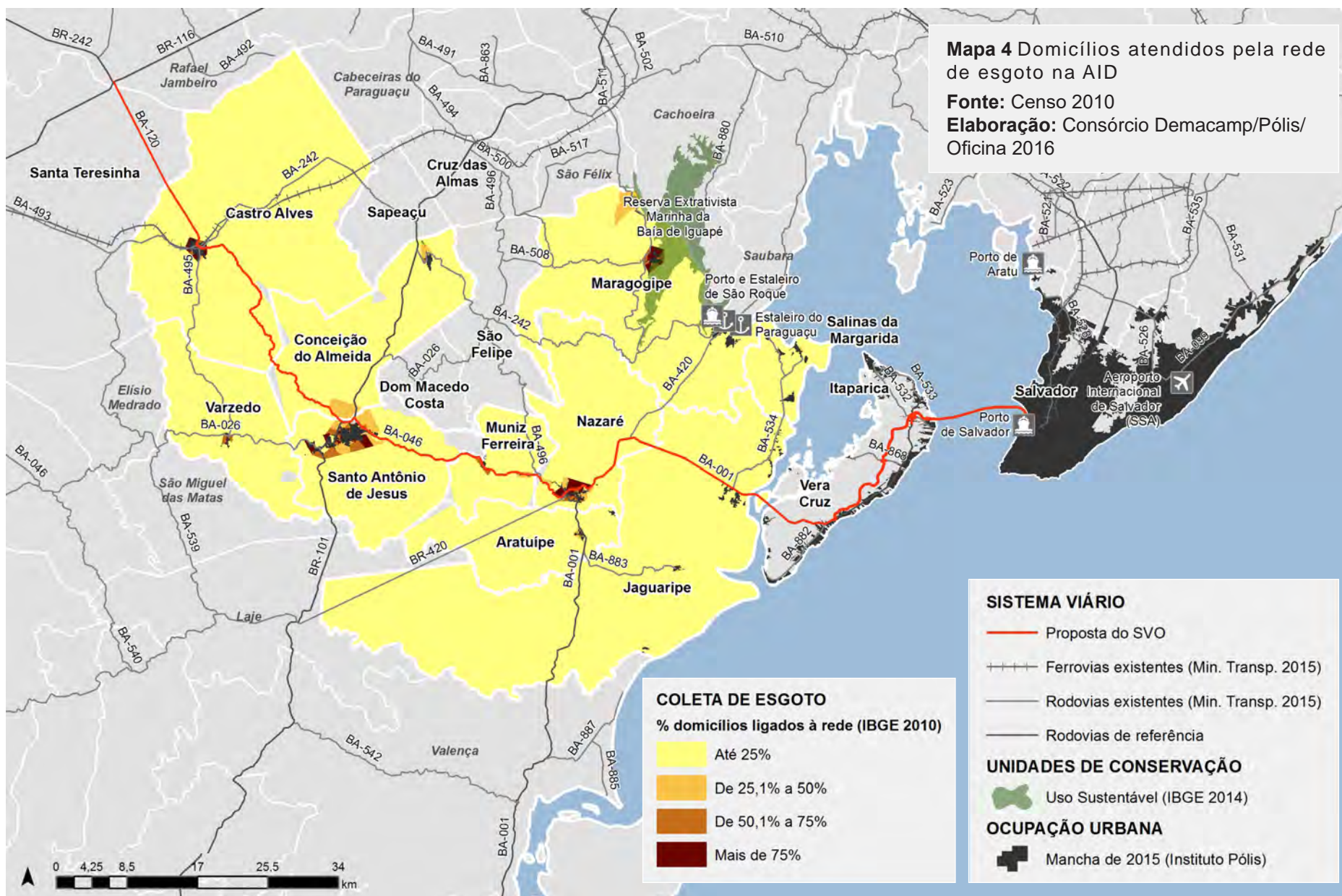
A concentração de domicílios coletivos também reflete o porte dos municípios, haja vista que se enquadram nesta categoria equipamentos de uso coletivo como hospitais, clínicas, quartéis, asilos e alojamentos, além de hotéis, pensões, entre outros (Gráfico 2).

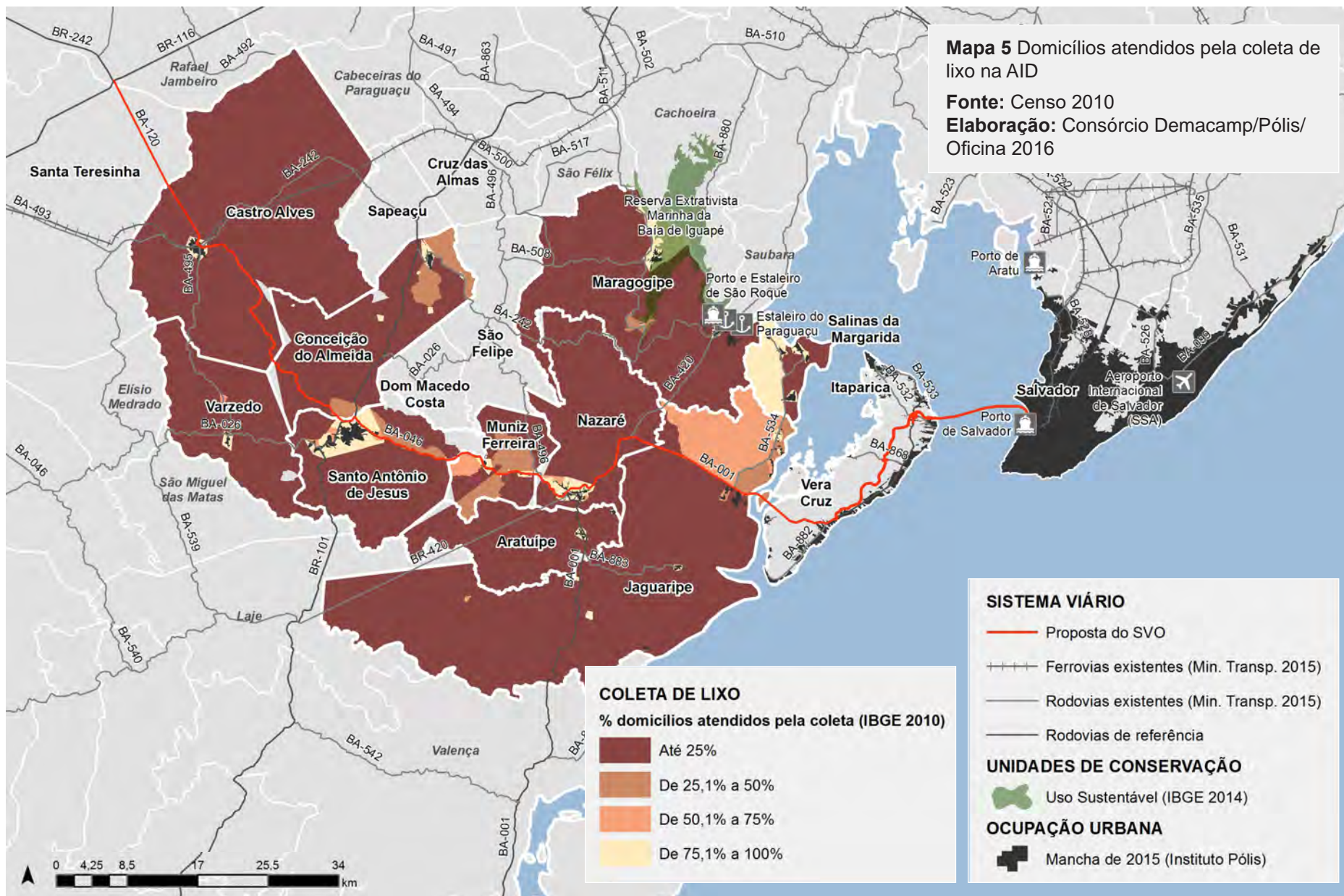
- Queda de fecundidade, seguindo a tendência nacional, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, e da coabitação, que diminuiu em termos percentuais em relação ao ano de 2000, sendo a média de moradores por domicílio no TI Recôncavo de 3,44. Nos domicílios urbanos, 24,85% têm 3 moradores e, na zona rural, 21,43%. A redução da média de moradores, no entanto, não se deve apenas à queda de fecundidade, tendo influência também de aspectos migratórios:

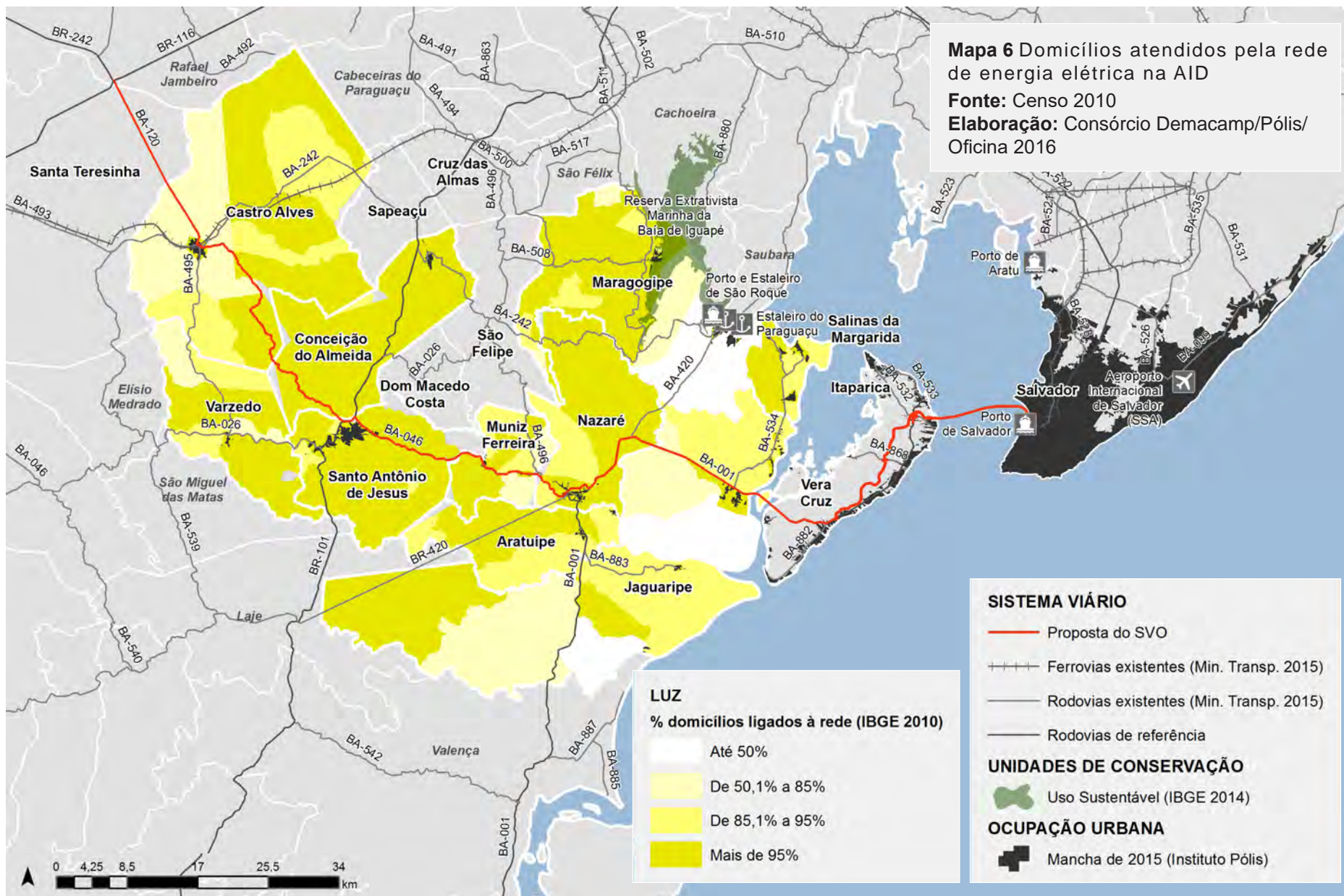
- Déficit habitacional no TI Recôncavo:

- a) 447 domicílios improvisados, sendo 281 na zona urbana e 166 na zona rural;
- b) 7.199 domicílios classificados como rústicos;
- c) 12.289 domicílios com ônus excessivo com aluguel;
- d) 214 cortiços, sendo 183 na área urbana e 31 na área rural;
- e) 11.860 famílias vivendo em coabitação, sendo 8.028 na área urbana e 3.832 na área rural (Quadro 4).









- Que os componentes mais expressivos do déficit habitacional do TI são, respectivamente, o ônus excessivo com aluguel e a coabitação familiar (Quadro 6).

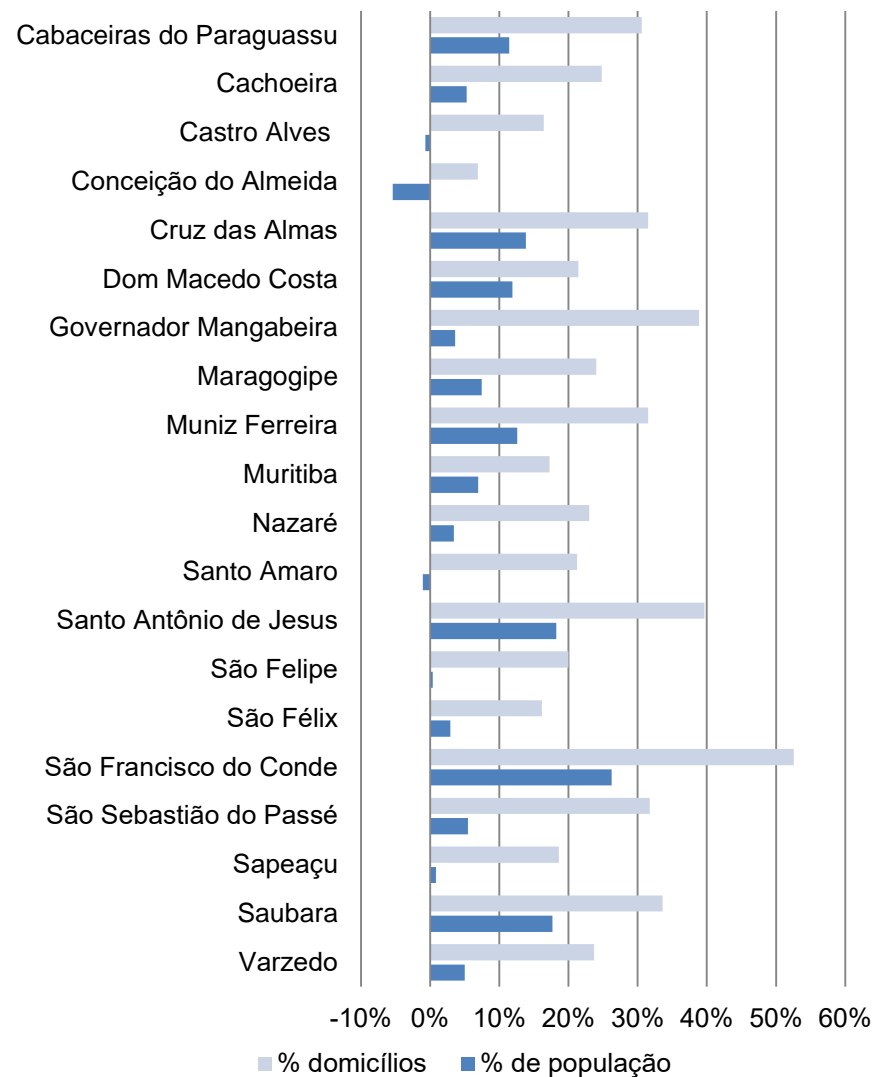
Os dados apresentados caracterizam as demandas habitacionais da região e sinalizam para a necessidade de implementação de uma política habitacional, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, assim como de programas habitacionais.

A presença de aglomerados subnormais (favelas, cortiços e loteamentos irregulares), sobretudo nos maiores municípios da região, revela a necessidade de ordenamento do uso e ocupação do solo no contexto atual e futuro, bem como aponta para a necessidade de ampliação da capacidade de gestão urbana.

As condições de acessibilidade foram avaliadas tendo em vista a identificação de problemas e conflitos existentes no cenário atual, mas também sob a perspectiva de implantação do SVO.

Para análise da acessibilidade, o eixo viário do SVO foi subdividido em 13 trechos (Mapa 7), considerando como ponto de partida a Ponte do Funil, no sentido Castro Alves, e adotando como referências as áreas urbanas dos municípios seccionadas pelo SVO, os entroncamentos e as interseções de rodovias. Adicionalmente, incluiu-se na análise um trecho da BA-001 que não pertence ao SVO e que liga Nazaré até o entroncamento com a BA-883, cuja estrada dá acesso ao município de Jaguaripe. Sua inclusão na análise deu-se em função da previsão de

Gráfico 2 Evolução do percentual (%) de domicílios e população entre 2000/2010 no TI Recôncavo



Fonte: IBGE – Censo 2000, 2010.

Elaboração: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina

Quadro 3 Domicílios particulares e coletivos recenseados na AID pertencentes ao TI do Recôncavo

Municípios	Domicílios Particulares							Domicílios Coletivos			Tipologia do Município
	Total de Domicílios Particulares	Ocupados em Uso	Ocupados Fechados	Total de Domicílios Ocupados	Não Ocupados de Uso Ocasional	Vagos	%Vagos	Total de Domicílios Coletivos	Com Morador	Sem Morador	
Castro Alves	8.722	7.200	9	7.209	583	930	10,66%	5	1	4	Rural esvaente
Conceição de Almeida	5.937	5.098	7	5.105	369	463	7,80%	8	4	4	Rural esvaente
Cruz das Almas	20.145	17.045	211	17.256	1.085	1.804	8,96%	48	10	38	Centro Sub Regional B
Dom Macedo Costa	1.444	1.178	3	1.181	123	140	9,70%	2	1	1	Rural esvaente
Maragogipe	14.090	12.053	20	12.073	955	1.062	7,54%	26	4	22	Ambivalente esvaente
Muniz Ferreira	2.782	2.250	4	2.254	184	344	12,37%	2	1	1	Rural esvaente
Nazaré	9.496	7.903	88	7.991	335	1.170	12,32%	10	5	5	Centro de Zona B
Santo Antônio de Jesus	31.381	26.713	755	27.468	907	3.006	9,58%	59	24	35	Centro Sub Regional A
São Felipe	7.104	5.949	0	5.949	314	841	11,84%	10	0	10	Ambivalente esvaente
Sapeaçu	5.923	4.780	10	4.780	326	807	13,62%	6	1	5	Ambivalente esvaente
Varzedo	3.407	2.711	8	2.719	205	483	14,18%	0	0	0	Rural esvaente
TI Recôncavo	205.643	166.273	1.371	167.644	15.772	22.227	10,81%	309	105	204	Não se aplica

Fonte: IBGE, 2011 / Elaboração: GTA, 2012

Quadro 4 Déficit habitacional nos municípios da AID pertencentes ao TI Recôncavo

Municípios	Componentes do Déficit Habitacional												
	Domicílios Improvisados*			Domicílios Rústicos**			Dom. Alugados (renda inferior 3 S.M.)***	Domicílios em Casas de Cômodos (Cortiços)			Famílias Conviventes (Coabitação)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Total	Urbano	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Castro Alves	0	0	0	101	293	394	485	0	0	0	448	278	726
Conceição de Almeida	5	0	5	201	145	346	175	0	0	0	223	289	512
Cruz das Almas	40	0	40	182	40	222	1.662	81	10	91	1.065	183	1.248
Dom Macedo Costa	0	3	3	0	3	3	73	0	0	0	43	51	94
Maragogipe	51	10	61	193	377	570	598	20	10	30	607	449	1.056
Muniz Ferreira	6	0	6	0	92	92	86	0	0	0	84	54	138
Nazaré	0	0	0	72	255	327	674	0	0	0	375	103	477
Santo Antônio de Jesus	21	0	21	104	209	313	3.119	52	0	52	1.206	245	1.451
São Felipe	0	0	0	20	92	112	336	0	0	0	201	259	460
Sapeaçu	15	5	20	26	128	154	250	0	0	0	187	181	368
Varzedo	0	0	0	0	35	35	130	0	0	0	35	74	109
TI Recôncavo	281	166	447	2.080	5.119	7.199	12.289	183	31	214	8.028	3.832	11.860

* Domicílios localizados em edificação que não tenha dependências destinadas exclusivamente à moradia (por exemplo, dentro de um bar, carro, barracas, prédios em construção), como também locais inadequados para habitação e que, na data de referência, estavam ocupados por moradores.

** Domicílios sem paredes de alvenaria ou de madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência de sua condição de insalubridade.

*** Conforme metodologia adotada, consideram-se no déficit os domicílios alugados em área urbana, nos quais a renda domiciliar é inferior a 3 salários mínimos, com ônus excessivo com aluguel.

Fonte: IBGE, 2011 / **Elaboração:** GTA, 2012

esta rodovia receber um significativo aumento de tráfego com a melhoria da acessibilidade à Salvador (em direção ao Baixo Sul).

Para cada trecho foram realizados um levantamento e a caracterização das condições do sistema viário (Relatório 5.1), com a indicação das principais inadequações existentes.

Quadro 5 Municípios da AID do TIRecôncavo com presença de aglomerados subnormais

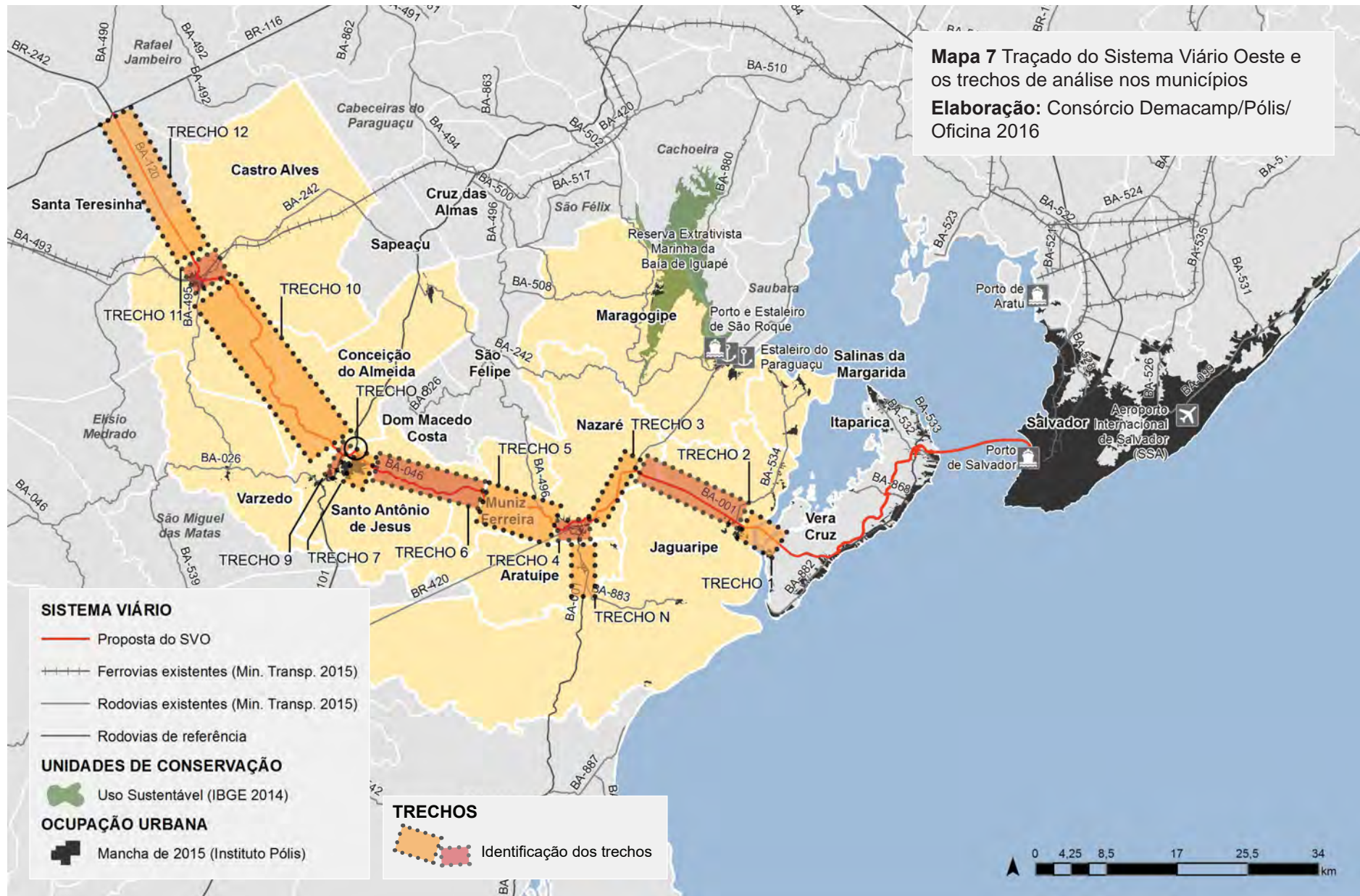
Municípios	Posição em Relação ao SVO	Tipologias de Aglomerados Subnormais		
		Favelas	Cortiços	Loteamentos Clandestinos/Irregulares
Conceição do Almeida	Atravessa fora da sede	Sim		
Cruz das Almas	Não atravessa	Sim	Sim	Sim
Maragogipe	Não atravessa	Sim	Sim	Sim
Nazaré	Atravessa na sede	Sim	Sim	Sim
Santo Antônio de Jesus	Atravessa na sede	Sim	Sim	Sim
São Felipe	Não atravessa	Sim		Sim
Sapeaçu	Não atravessa	Sim		Sim
Varzedo	Não atravessa	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado com base nos dados do Relatório do PLANEHAB para o TI Recôncavo (GTA, 2012) / Elaboração: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina 2016

Quadro 6 Síntese do déficit habitacional para o TI do Recôncavo

Componentes do Déficit Habitacional	Número de Domicílios	% do Total de Domicílios Ocupados
Domicílios Improvisados	447	0,27%
Domicílios rústicos	7.199	4,33%
Ônus excessivo com aluguel	12.289	7,39%
Domicílios em cômodos (cortiço)	214	0,13%
Coabitação	11.860	7,13%

Fonte: IBGE, 2011 / Elaboração: GTA, 2012



TRECHO 1 Ponte do Funil



Aproximadamente 650m - pista simples, duplo sentido, com seção de cerca de 8,0 metros de largura.

- Não há acostamento ou passeios laterais que permitam a circulação segura de pedestres ou ciclistas. Há apenas uma frágil mureta que visa proteger os motoristas em caso de acidente.
- As condições de conservação do pavimento foram consideradas satisfatórias, mas com sinalização horizontal praticamente inexistente.



Foto 1 Ponte do Funil sem acostamento



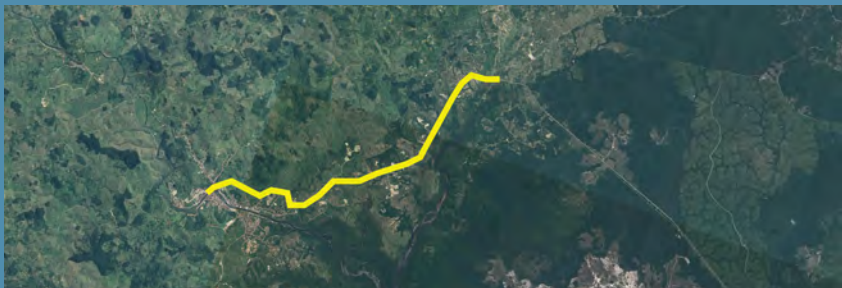
Foto 2 <http://static.panoramio.com> foto: Marcelo SF

TRECHO 2 BA-001 – Da Ponte do Funil até a BR-420 (18 km).

- Ao longo deste trecho há ocupações lindeiras esparsas, loteamentos de baixa densidade e acesso a propriedades rurais, sem haver, contudo, dispositivo para garantir as manobras de entrada/saída em segurança, que atualmente não se constituem em um grave problema em função do reduzido fluxo de veículos.
- Todos os acessos lindeiros se dão por vias sem pavimentação, mesmo nas rodovias de acesso a Salinas da Margarida e a Maragogipe, e as condições de conservação do pavimento estão bastante precárias. Observou-se ainda a presença de animais (cavalos e gado) soltos na pista, provenientes provavelmente das áreas rurais lindeiras.
- O Entrocamento da BA-001 com a BR-420 deve ser reformulado com a implantação do SVO, em função do aumento esperado na movimentação geral, haja vista que existe dispositivo para ordenação dos fluxos (alças de acesso) apenas no acesso à BA-001 (sentido Ponte do Funil para Nazaré) e não há faixa própria para conversão, nem sinalização em outro sentido que oriente os motoristas a aguardarem a conversão à esquerda no acostamento, onde também há um ponto de parada para o transporte coletivo, criando uma situação desfavorável quanto à segurança.

**Foto 3** Ocupações lindeiras**Foto 4** Entrocamento: BA-001 e BR-420

TRECHO 3 BA-001 do entroncamento com a BR- 420 até a área urbana de Nazaré.



Pista simples, com cerca de 8,0 metros de largura, operando em duplo sentido, acostamento em ambos os lados, com largura e condições do pavimento irregulares.

- Neste trecho não há nenhum núcleo significativo, o que existe é uma ocupação lindeira rarefeita, com fazendas e casas isoladas. Os acessos às propriedades lindeiras ou a estradas vicinais não possuem pavimentação e em quase todos há pequenas estruturas improvisadas para a comercialização de produtos agrícolas que também servem para abrigo de pessoas que aguardam o transporte coletivo por vans ou ônibus, havendo ainda em diversos locais abrigos padronizados de concreto para os usuários do transporte coletivo. Há movimentação de pedestres pelos acostamentos, expostos a risco de atropelamento. A situação se agrava nas pontes, que não dispõem sequer de acostamento.
- Ao longo da rodovia existem ainda diversos acessos para empresas de extração mineral, que geram movimentação de veículos pesados, sem que haja, contudo, dispositivos viários para organização destes fluxos na rodovia. Existe apenas sinalização de advertência nos locais.
- A ocupação urbana se intensifica nas proximidades da área urbana de Nazaré, existindo acessos na rodovia para os bairros mais periféricos, com características físicas e operacionais inadequadas para o tráfego urbano e sem dispositivos para acomodação dos veículos. Neste trecho, os volumes veiculares são mais intensos, justamente pela proximidade da cidade, e é expressivo o número de pedestres circulando pelos acostamentos. Em razão dessa maior movimentação, foram instalados obstáculos como lombadas para redução da velocidade dos veículos.

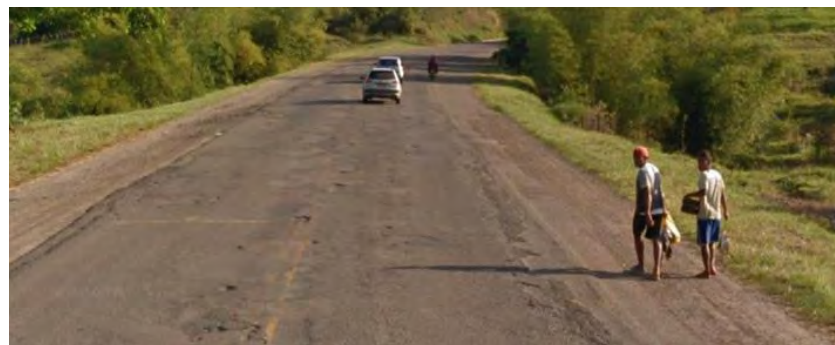


Foto 5 Pedestres caminhando pelo acostamento



Foto 6 Ponte sem acostamento

TRECHO 4 Área Urbana de Nazaré



- A rodovia BA-001 assume características de via urbana a partir da interseção com a Rua Pedro Moura Tupinambá, onde passa a ser denominada Rua dos Milagres, com guias, sarjetas e calçadas laterais, alguns segmentos em asfalto e outros em paralelepípedo.
- Nesse ponto há uma minirrotatória para organização dos fluxos, não havendo distinção entre o tráfego de passagem e o urbano. O uso do solo lindeiro é intenso, com atividades comerciais, de serviços, equipamentos de saúde e institucionais.
- Volta a apresentar características rodoviárias onde o sistema rodoviário se bifurca: para Muniz Ferreira e seguindo a Rua das Pedreiras, em direção ao litoral Sul (Costa do Dendê). A partir deste ponto, a BA-001 não integra mais o SVO, mas deve continuar a receber um significativo acréscimo de tráfego com a construção da ponte entre Salvador e Itaparica.



Foto 7 BA-001: trecho urbano de Nazaré (Rua dos Milagres)



Foto 8 Trecho da BA- 001 (Rua Joel Sampaio) onde volta a ter características rodoviárias, apesar do intenso uso lindeiro do entorno.

TRECHO N BA-001 (de Nazaré até o acesso de Jaguaripe – entroncamento com a BA-883).

Pista de sentido duplo e cerca de 7 metros de seção transversal.

- Apesar de não fazer parte do SVO, esse trecho rodoviário permite o acesso à sede dos municípios Aratuípe e Jaguaripe (que integram a área de análise) e às regiões turísticas denominadas Costa do Dendê e Costa do Cacau, sendo previsto um grande aumento no fluxo de veículos em função da melhor acessibilidade a Salvador. Devido a isso, recomenda-se que este trecho seja incluído na intervenção associada ao SVO, em face do fluxo que receberá rumo ao Baixo Sul.
- Em quase toda a sua extensão, apresenta acostamento precário ou inexistente.
- Fora da área urbana, praticamente não há ocupação lindeira à rodovia (de Nazaré até Aratuípe), apenas alguns acessos diretos para as propriedades existentes ao longo da estrada. Passam a existir ocupações à beira da estrada nas proximidades dos núcleos urbanos destes municípios que, no entanto, não são seccionados em sua sede urbana.
- O entroncamento das rodovias BA-001 com a BA-883, que dá acesso ao município de Jaguaripe, não dispõe de nenhum dispositivo que permita realizar uma conversão segura (Foto 13).
- No início deste trecho, há loteamentos residenciais no município de Nazaré, com acesso direto à pista, sem qualquer dispositivo de controle, sendo que dois estão situados em ponto de curva, o que prejudica a visibilidade e afeta a segurança viária.
- Na divisa entre os municípios de Nazaré e Muniz Ferreira está localizado o entroncamento com a rodovia BA-496, que permite o acesso aos municípios de Maragogipe, Conceição do Almeida e São Filipe. Como ocorre nos demais entroncamentos, há no local apenas uma grande área pavimentada onde é possível fazer qualquer movimento sem orientação específica. Observa-se que para os veículos provenientes de Nazaré esta condição não apresenta risco de segurança, mas, no sentido contrário, os veículos devem aguardar no acostamento para fazer a conversão à esquerda.



Foto 9 Moradias à beira da estrada, Aratuípe.



Foto 10 Rodovia sem acostamento



Foto 11 Trevo de acesso para Jaguaripe (entroncamento da BA-001 com a BA-883).



Foto 12 Trecho da BA-001

TRECHO 5 BA-046 (do perímetro urbano de Nazaré até o acesso a Muniz Ferreira).



Pista simples, com cerca de 8,0 metros de largura, duplo sentido de circulação e acostamento em ambos os lados da via, exceto nas pontes.

- Ao cortar o distrito de Onha, pertencente ao município de Muniz Ferreira, a rodovia mantém suas características físicas e os acessos são diretos, em geral sem pavimentação, apresentando também pavimentação em paralelepípedo ou cascalho ao se aproximar da área urbanizada, inexistindo, no entanto, sinalização ou canalização de apoio.
- As ocupações lindeiras geram circulação de pessoas pelo acostamento, travessias de pedestres e veículos, em situação de conflito com o fluxo rodoviário. Devido a isso, a velocidade regulamentada é reduzida nestas áreas (40 km/h), existindo redutores de velocidade (lombadas) nos trechos com maior ocupação (Distrito de Onha e Povoado do Amaral, Fotos 15 e 17).



Foto 13 Ocupações lindeiras: Povoado do Amaral



Foto 14 Ponte para pedestres ao lado da ponte para veículos (Onha).



Foto 15 Acesso sem pavimentação às ocupações lindeiras, sem sinalização e sem abrigo de ônibus.



Foto 16 Pedestres pelo acostamento.

TRECHO 6 BA 046, passagem pela sede de Muniz Ferreira.



- A rodovia tangencia a área urbana da sede de Muniz Ferreira, sem interferência direta no sistema viário urbano. O núcleo urbano está instalado basicamente a leste da rodovia, mas já existe alguma ocupação, de baixa densidade, ultrapassando o limite da pista. Na medida em que o Rio Jaguaribe se constitui em uma barreira natural à expansão urbana na direção leste, é provável que a intensificação da urbanização promova a expansão urbana na direção oeste, principalmente com o incremento no fluxo de passagem pela rodovia após a implementação do SVO.
- A principal entrada para a cidade se dá por um trevo simples, com organização dos fluxos apenas no lado urbanizado.
- Mesmo nos segmentos onde há ocupação lindeira, foi reservada uma área verde entre o viário interno e a rodovia, impedindo que ocorra conflito entre fluxos locais e de passagem. Já terminando o perímetro urbano, há um acesso a um bairro da cidade, com uma grande área pavimentada de paralelepípedos, onde é possível fazer todos os tipos de conversões e acessos na rodovia, em local próximo a uma curva, com abrigo para parada de ônibus, configurando situação de risco de ocorrência de acidentes.



Foto 17 Acesso a Muniz Ferreira no sentido de Santo Antônio de Jesus.



Foto 18 Ocupação lindeira - Muniz Ferreira.

TRECHO 7 BA-046 (de Muniz Ferreira até o início da área urbanizada de Santo Antônio de Jesus)



Pista simples, de cerca de 8,0 metros de largura, sentido duplo de circulação e acostamento em ambos os lados.

- A ocupação lindeira é dispersa, com a presença de alguns núcleos mais significativos e acessos a diversas propriedades rurais; todos esses acessos se dão por vias de terra, sem qualquer tipo de dispositivo para ordenação dos fluxos de entrada e saída da pista e sem sinalização indicativa das localidades que fazem conexão. Edificações isoladas e pequenos núcleos aparecem ao longo da rodovia, com maior frequência nas proximidades da área urbana de Santo Antônio de Jesus, que conta inclusive com escolas, sugerindo que alunos e funcionários se deslocam a pé, utilizando o acostamento.
- A ocupação lindeira aumenta em ambos os lados da pista e há diversas vias de acesso a novos loteamentos; a faixa de domínio é preservada, mas os acessos diretos nem sempre apresentam condições adequadas pela falta de sinalização e iluminação ou por problemas de geometria, causando situações de risco; também aumenta a utilização da rodovia para o tráfego local.
- Na altura do Km 20,5, há uma área lindeira à rodovia, utilizada como aterro sanitário do município de Santo Antônio de Jesus, indicando provável movimentação de caminhões nesse ponto, sem sinalização adequada nem canalização para organizar os fluxos.



Foto 19 BA-046, acesso direto à rodovia.



Foto 20 Escola municipal às margens da rodovia

TRECHO 8 Trecho urbanizado de Santo Antônio de Jesus



Pista simples, com cerca de 8,0 m de largura, duplo sentido de circulação, acostamentos em ambos os lados.

- No município de Santo Antônio de Jesus, a rodovia BA-046 tangencia a área urbanizada, entretanto, em diversos trechos, o crescimento da cidade já ultrapassa o limite da pista. O uso do solo no entorno é misto, com indústrias, galpões comerciais, de serviços e construtoras. Observa-se ainda a presença de loteamentos, plantas industriais e postos de serviços, sendo intensa a ocupação lindeira em alguns trechos. Com a construção do SVO, muito provavelmente tanto a ocupação lindeira como a da região localizada para além da rodovia deverão se acentuar.
- A proximidade da BR-101 já garante um potencial de atração de empreendimentos industriais e de logística de médio e grande porte nos terrenos vazios localizados ao longo da BA-046. Isso já ocorre atualmente, em decorrência, por exemplo, da instalação do Porto Seco do Recôncavo e do Mercado do Produtor.

- A faixa de domínio está preservada até a interseção com a Av. Antônio Carlos Magalhães e observa-se a presença de vias locais marginais à pista, dando apoio às ligações internas; porém, há muitos acessos sem controle.
- Na interseção da BA-046 com a Av. Antônio Carlos Magalhães, há uma rotatória que organiza os fluxos de forma mais segura. Do trevo até o entroncamento com a BR-101, a ocupação torna-se mais intensa e já não é garantida a faixa de domínio. Os imóveis estão localizados logo após o término do acostamento, gerando movimentação local de veículos, ciclistas e pedestres em conflito com o tráfego rodoviário de passagem, exigindo a instalação de redutores de velocidade (lombadas). Também já se nota o estacionamento de veículos de forma irregular.



Foto 21 Porto Seco do Recôncavo



Foto 23 Início da área urbanizada de Sto. Antônio de Jesus, com vias marginais.



Foto 22 Ocupações à margem da rodovia.



Foto 24 Uso da rodovia para circulação local

TRECHO 9 Trecho urbanizado de Santo Antônio de Jesus. Entroncamento da BA-046 com a BR- 101.



- O entroncamento apresenta configuração adequada aos fluxos existentes, atendendo a todos os movimentos com segurança, desde que observadas as regras de circulação e conduta previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- Na BR-101 foi criado um canteiro central que se alarga, em ambos os sentidos, na medida em que se aproxima da interseção com a BA-046. Isso permite a criação de uma rotatória em formato oval, dando prioridade à BR e, ao mesmo tempo, permitindo que os demais movimentos sejam realizados separadamente, com o condutor tendo que avaliar somente um fluxo de cada vez. Provavelmente, a sua configuração precisará ser alterada para se adequar ao crescimento dos volumes de tráfego provenientes de Salvador pelo SVO.



Foto 25 Entroncamento da BA-046 com a BR-101.



Foto 26 Entroncamento da BA-046 com a BR-101.

TRECHO 10 Da BR 101 até o entroncamento com a BA-497.

Pista simples, com seção de 8,0 m de largura, duplo sentido de circulação e acostamento em ambos os lados.

- Diversas alternativas de traçado foram estudadas preliminarmente para a sequência do SVO em direção a Castro Alves. A alternativa mais indicada seria a construção de uma nova rodovia, praticamente como um prolongamento da BA-046, porém, exatamente nesse local está sendo implantado um grande empreendimento imobiliário – o Alpha Parque Recôncavo. Em função disso, uma opção será o compartilhamento de um curto trecho da BR-101, com cerca de 1,7 km, até o acesso à BA-497, antes de chegar à área mais urbanizada de Santo Antônio de Jesus, seguindo por sua diretriz, cruzando a área rural do município de Conceição do Almeida, no sentido noroeste, até encontrar com a BR-116 em Castro Alves.
- Nesse trecho, a rodovia federal apresenta fluxo intenso, principalmente de caminhões, porque faz ligação de parte do Sul do país com estados ao Norte e também conecta as cidades litorâneas da Bahia e estas à capital.
- O Ministério dos Transportes pretende conceder a exploração da BR-101, entre Feira de Santana e Gandu, passando, portanto, por Santo Antônio de Jesus. Nesse trecho está previsto um investimento de R\$ 1,6 bilhão, incluindo a duplicação da via e construção de contornos e variantes. Com a implantação do SVO, a conexão com a BA-497 demandará um tratamento viário próprio, tendo em vista que as características atuais são totalmente inadequadas aos fluxos que receberá.



Foto 27 Obras de implantação do condomínio Alpha Parque Recôncavo.



Foto 28 Acesso atual da BA-497 para a BR-101.

TRECHO 11 Extensão da BA-497 até Castro Alves.



Via com pequeno trecho pavimentado, com característica de via urbana, com uma pista estreita e casas construídas no alinhamento dos lotes.

- A estrada tem um pequeno trecho pavimentado, com característica de via urbana, uma pista estreita e casas construídas no alinhamento dos lotes. Neste trecho, a construção da rodovia exigiria a remoção de toda essa ocupação, sendo, portanto, recomendável a definição de um novo traçado, contornando a área ocupada.
- A partir daí, a estrada encontra-se sem pavimento e com seção restrita à passagem de dois veículos pequenos simultâneos, sem nenhuma infraestrutura. A implantação do SVO exigirá praticamente a construção de uma nova rodovia, cortando o Sul do município de Conceição do Almeida, onde há apenas propriedades rurais e poucos vilarejos esparsos.



Foto 29 BA-497 no trecho inicial sem ocupação lindeira.



Foto 30 BA-497 no trecho inicial com ocupação lindeira.

TRECHO 12 Trecho urbano de Castro Alves



- Até a chegada em Castro Alves, a BA-497 continua com o mesmo padrão de seção, sem pavimento, sem acostamento, e com uso lindeiro com baixa densidade. Na chegada à área urbana, a rodovia recebe o nome de Rua São Benedito e assume características de via urbana, com pavimentação, meio-fio e calçadas. Após o cruzamento em nível com a linha férrea, o caminho segue pela Rua do Tanque e Rua Benjamin Constant, até alcançar o eixo urbano da BR-242, formado pela Rua Landulfo Alves e a Av. Rafael Ribeiro, atravessando a área central da cidade. No trecho central essas vias são pavimentadas, contam com canteiro central arborizado e calçadas em razoável estado de conservação. É intensa a movimentação de pedestres e veículos, em função da concentração de comércio e serviços diversificados.
- Atualmente o sistema rodoviário passa pela área central da cidade, cortando áreas de uso misto e residenciais. Esta situação não poderá permanecer a partir da implantação do SVO, sendo necessário o estudo de um novo traçado que contorne o núcleo urbano.
- À medida em que se afasta da área central, o uso é progressivamente substituído pelo residencial. A partir da Rua das Amoras, a infraestrutura deixa de existir: desaparecem calçadas e pavimento, não havendo mais delimitação entre os imóveis e o leito viário. A partir daí, a estrada BR-242 segue em direção ao norte até encontrar a BR-116.



Foto 31 Av. Rafael Ribeiro.

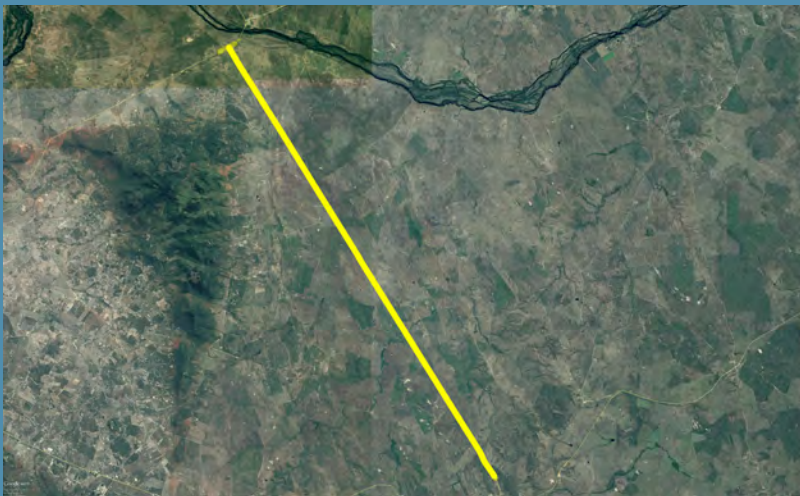


Foto 32 BA-247 na chegada a Castro Alves.



Foto 33 BR-242: fim da área urbana em Castro Alves

TRECHO 13 Da BR-242 de Castro Alves até a BR-116



- A BR-242 neste trecho apresenta precária infraestrutura viária. São 21 km com traçado retilíneo, cortando uma região rural sem nenhuma ocupação lindeira, apresentando apenas acessos a outras estradas que adentram as fazendas e outras propriedades existentes.
- No entroncamento com a BR-116, o viário é precário, de terra, e com pouca sinalização, que indica apenas o acesso à cidade de Castro Alves, não havendo sinalização de regulamentação para ordenação dos fluxos para ambas as rodovias (BR-242 e BR-116).



Foto 34 BR-242



Foto 35 Acesso da BR-242 para a BR-116.



PRINCIPAIS IMPACTOS DO SVO 4

O SVO, como projeto logístico e de desenvolvimento regional, ao ser implantado, tende a gerar no território impactos positivos e negativos, que se manifestam em escala regional e municipal. É objeto deste estudo a avaliação dos potenciais impactos do SVO nestas duas escalas

4.1 IMPACTOS REGIONAIS

Consideram-se impactos regionais as transformações cujos efeitos extrapolam os limites municipais e se estendem por vários (ou mais de um) municípios de uma região. Apesar de a implantação do SVO proporcionar benefícios, de modo geral, para os territórios do Recôncavo e do Baixo Sul, esta análise tem como objeto a **Área de Impacto Urbano Direto (AID) do SVO** (Mapa 2), considerada a mais impactada pelo aumento do fluxo de veículos esperado para essas rodovias.

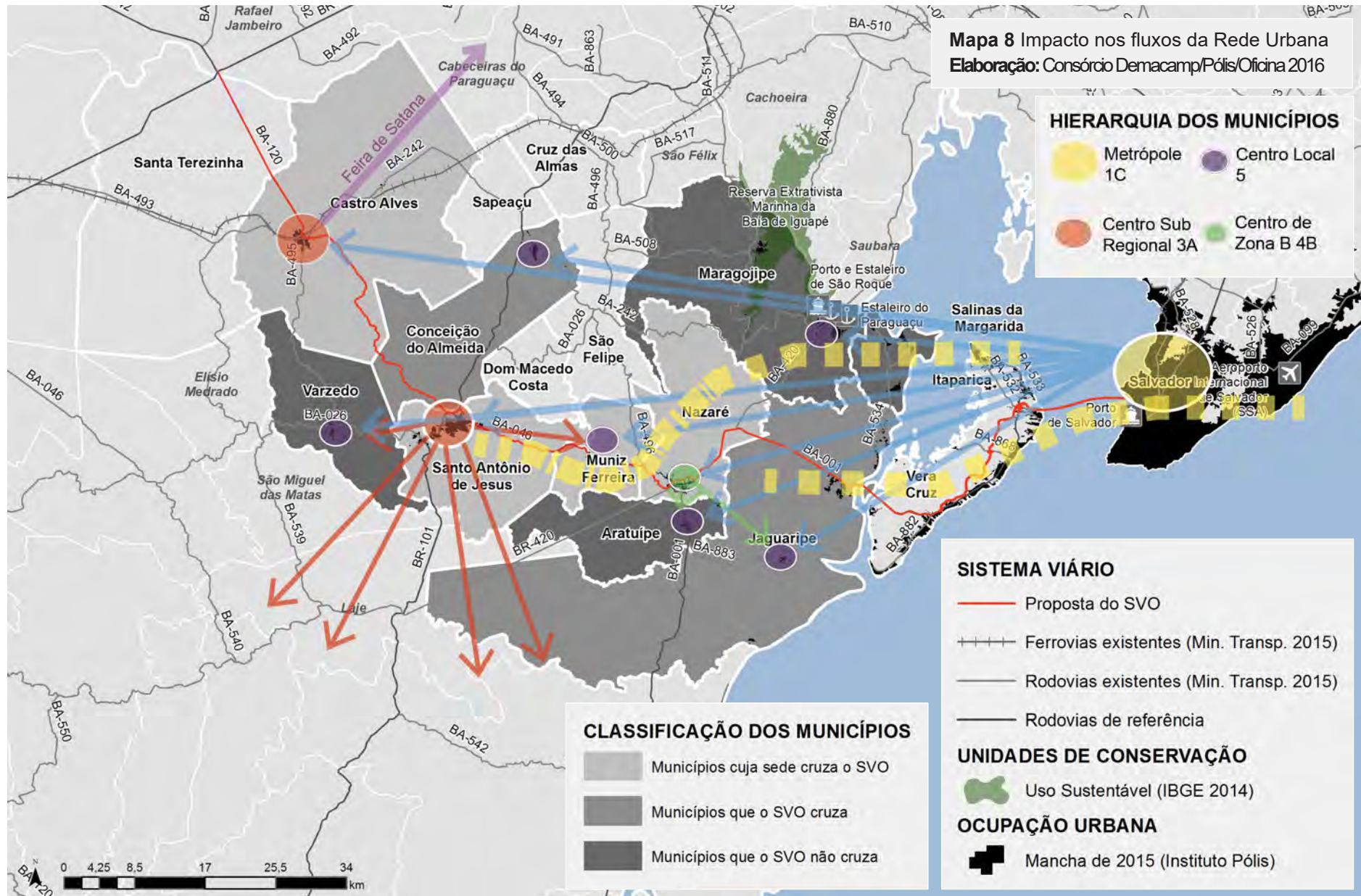
A AID foi sendo gradativamente ampliada com base nas análises técnicas e discussões públicas, passando dos seis municípios previstos no Termo de Referência para os dez estabelecidos na revisão do Plano de Trabalho e, posteriormente, para os quinze municípios que constam nesta versão final. A caracterização das condições existentes e a análise dos impactos do SVO abrangeram, assim, dez municípios: Jaguaripe, Nazaré, Muniz Ferreira, Santo Antônio de Jesus, Conceição do Almeida e Castro Alves, além de Salinas da Margarida, Maragogipe, Aratuípe e Varzedo. Na apresentação pública final deste estudo questionou-

se sobre a relevância de incorporar cinco novos municípios (Santa Teresinha, São Felipe, Sapeaçu, Dom Macedo Costa e Cruz das Almas) à AID, considerando que estes sofreriam algum tipo de impacto, embora em níveis diferenciados. Tais municípios não foram analisados em todas as etapas do estudo, mas foi possível incluí-los na etapa de proposições segundo os eixos programáticos, de acordo com os respectivos perfis municipais.

Dentre os **principais impactos regionais do SVO, são previstos:**

- Criação de vantagens locais com a implantação do SVO, associadas às características da região, com destaque para a disponibilidade de terra, os valores culturais, ambientais e paisagísticos e a proximidade da capital;
- **Alteração nos fluxos da rede urbana e maior integração da região à RMS**, gerando impactos em graus variados para cada município, em função de fatores como: localização em relação ao SVO; base econômica existente; qualidade de infraestrutura urbana e outros atributos territoriais (Mapa 8).
- Promoção de **desenvolvimento econômico**, em função da atração de novos empreendimentos (logística, indústria, comércio e serviços ligados à rodovia, mercado imobiliário, dentre outros), apesar de a carência de serviços de infraestrutura urbana e, especialmente, a precariedade no atendimento por saneamento básico serem inibidoras do potencial de desenvolvimento representado pelo SVO.

- **Crescimento populacional, expansão urbana e ampliação da demanda por serviços e infraestrutura, que impactarão a gestão municipal**, requerendo requalificação da estrutura administrativa, capacitação e instrumentos adequados de política urbana (planos regionais, planos diretores municipais e planos setoriais).
- **Valorização da terra**, decorrente da dinamização do território.
- Possibilidade de **recrudescimento da precariedade das relações de posse e uso da terra (conflitos fundiários)**.
- **Deslocamento da expansão urbana** dos municípios cujas sedes se localizam fora do eixo do SVO para núcleos urbanos nas proximidades das rodovias.
- **Potencial de desenvolvimento da agricultura familiar**, que tem forte significado social, dado o perfil econômico da região, que conta com significativa participação da população rural nesta atividade.
- Ampliação do **potencial turístico**, em virtude da melhoria da ligação com a RMS, nos segmentos:
 - Sol e praia (Jaguaripe, Salinas das Margaridas e Maragogipe),
 - Histórico e cultural (Jaguaripe, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Castro Alves),
 - Náutico (Maragogipe, Jaguaripe, Salinas da Margarida),
 - Rural (Aratuípe, Conceição do Almeida, Santo Antônio de Jesus, Varzedo, Muniz Ferreira),
 - Natural/ecológico (Jaguaripe, Salinas da Margarida, Maragogipe, Nazaré),
 - Esporte e aventura (Jaguaripe, Salinas da Margarida, Maragogipe),
 - Étnico (Maragogipe e Jaguaripe).
- **Aumento dos fluxos rodoviários**, a partir do SVO, que se constitui como **nova alternativa de rota em direção à capital**, com tendência a capturar parte dos fluxos vindos do Oeste e ampliar os oriundos do Sul do estado. O Mapa 9 evidencia as rodovias que tendem a apresentar redução e ampliação dos fluxos no cenário de funcionamento do SVO. Cidades como Cruz das Almas, servidas pelas rodovias com redução de fluxo, tendem a apresentar alguma perda em suas funções regionais e deverão ser objeto de ações compensatórias. Por outro lado, as cidades no percurso com aumento de fluxo ganharão relevância quanto às funções logísticas e urbano-regionais, sendo que algumas, como Nazaré, Santo Antônio de Jesus e Castro Alves, tendem a fortalecer a sua polarização, enquanto outras serão fortalecidas como centros urbanos. **A ampliação do tráfego de passagem demandará investimentos na melhoria dos sistemas rodoviários de acesso aos municípios**, atualmente precários.



- **Ampliação das demandas por serviços públicos** de saúde, educação, segurança pública e assistência social, em decorrência do crescimento populacional previsto com a implantação do SVO.
- **Potencial de ampliação de investimentos públicos ligados a infraestrutura e serviços públicos** de saneamento, saúde, educação, logística, turismo, agricultura e comunicação, em virtude da maior atratividade do território para implantação de novos empreendimentos (logístico, industrial, comércio e serviços ligados à rodovia, imobiliário, dentre outros).
- **Transformação na dinâmica de uso ocupação do solo, com rebatimentos institucionais na demanda por gestão urbana e ambiental** - áreas que possuem atributos regionais relevantes, com maior potencial para implantação de empreendimentos, e aquelas que por sua natureza são alvo de potenciais conflitos, dada sua relevância ambiental e atratividade para expansão urbana, demandarão maior capacidade de planejamento e gestão urbana e ambiental, compatíveis com o nível das necessidades presentes e futuras (Mapa 10).

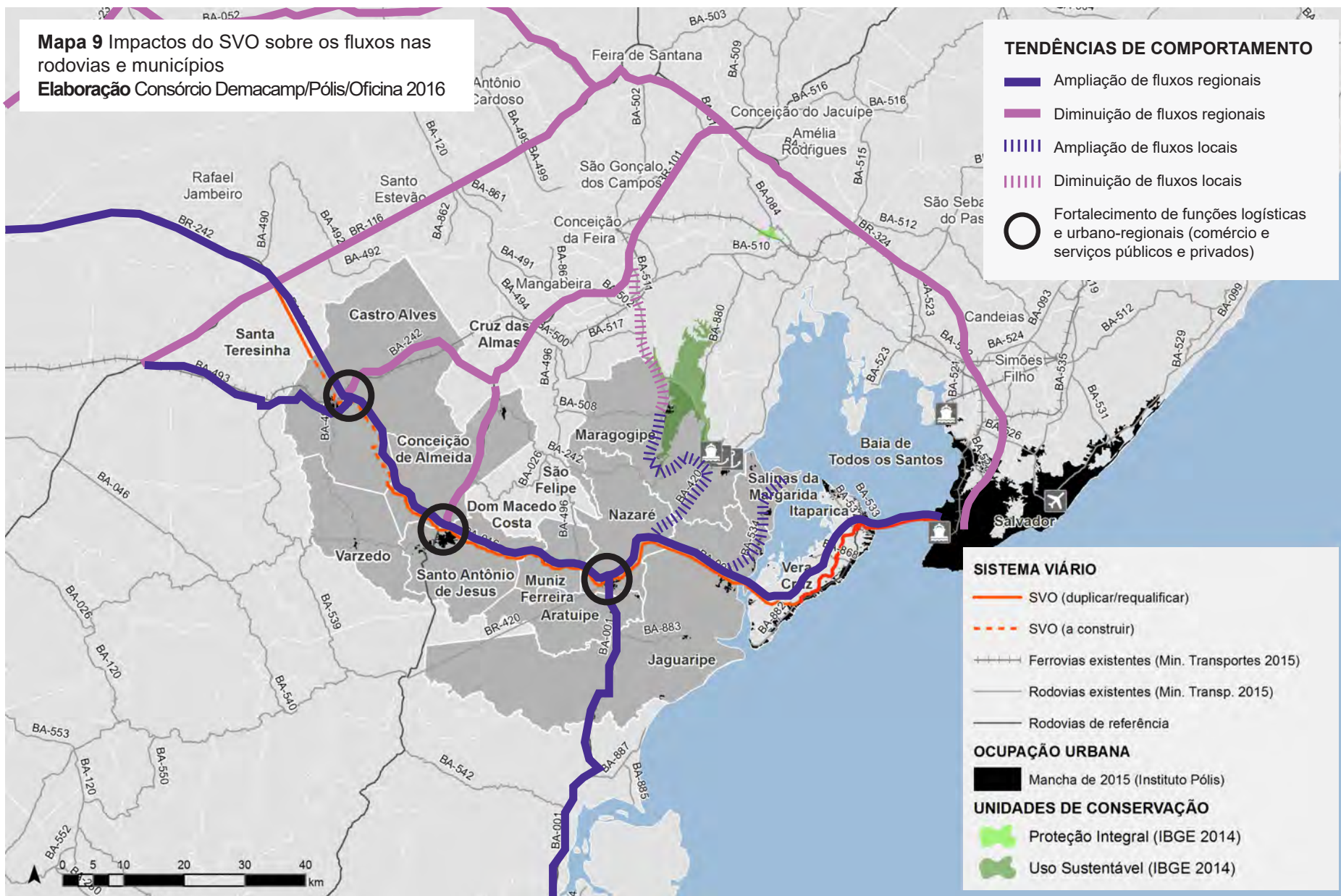
Considerando o aparato institucional atual e o nível de pressão e tipologia dos novos requerimentos de planejamento e gestão, os municípios podem ser caracterizados em três grupos de

prioridade: aqueles que terão sua função de cidade-polo na rede de cidades fortalecida ou modificada e que possuem maior desenvolvimento institucional terão necessidade de ampliação e requalificação da sua estrutura funcional para atender à nova configuração, com destaque para Santo Antônio de Jesus, Nazaré e Cruz das Almas; outro grupo compreende aqueles municípios que apresentam hoje grande fragilidade em sua estrutura institucional, mas que serão objeto de grandes pressões por ocupação urbana e proteção ambiental, como Jaguaripe, Salinas da Margarida, Maragogipe, Muniz Ferreira e Aratuípe; e um terceiro grupo reúne municípios com fraca estrutura institucional, que deverão se estruturar para conciliar as novas demandas urbanas e a atividade rural tradicional.

4.2 IMPACTOS NOS MUNICÍPIOS

O SVO deve gerar ainda impactos, positivos e negativos, de caráter local, variáveis em função das características e especificidades de cada município, especialmente sua estrutura urbana e a interferência do viário nos seus respectivos territórios. Buscou-se identificar, assim, sobretudo os impactos relativos ao desenvolvimento urbano, à acessibilidade, ao turismo e ao desenvolvimento rural, conforme o perfil de cada município (Quadro 7).

A análise do impacto urbano na AID foi orientada pelo nível de interferência do traçado do SVO no território municipal:

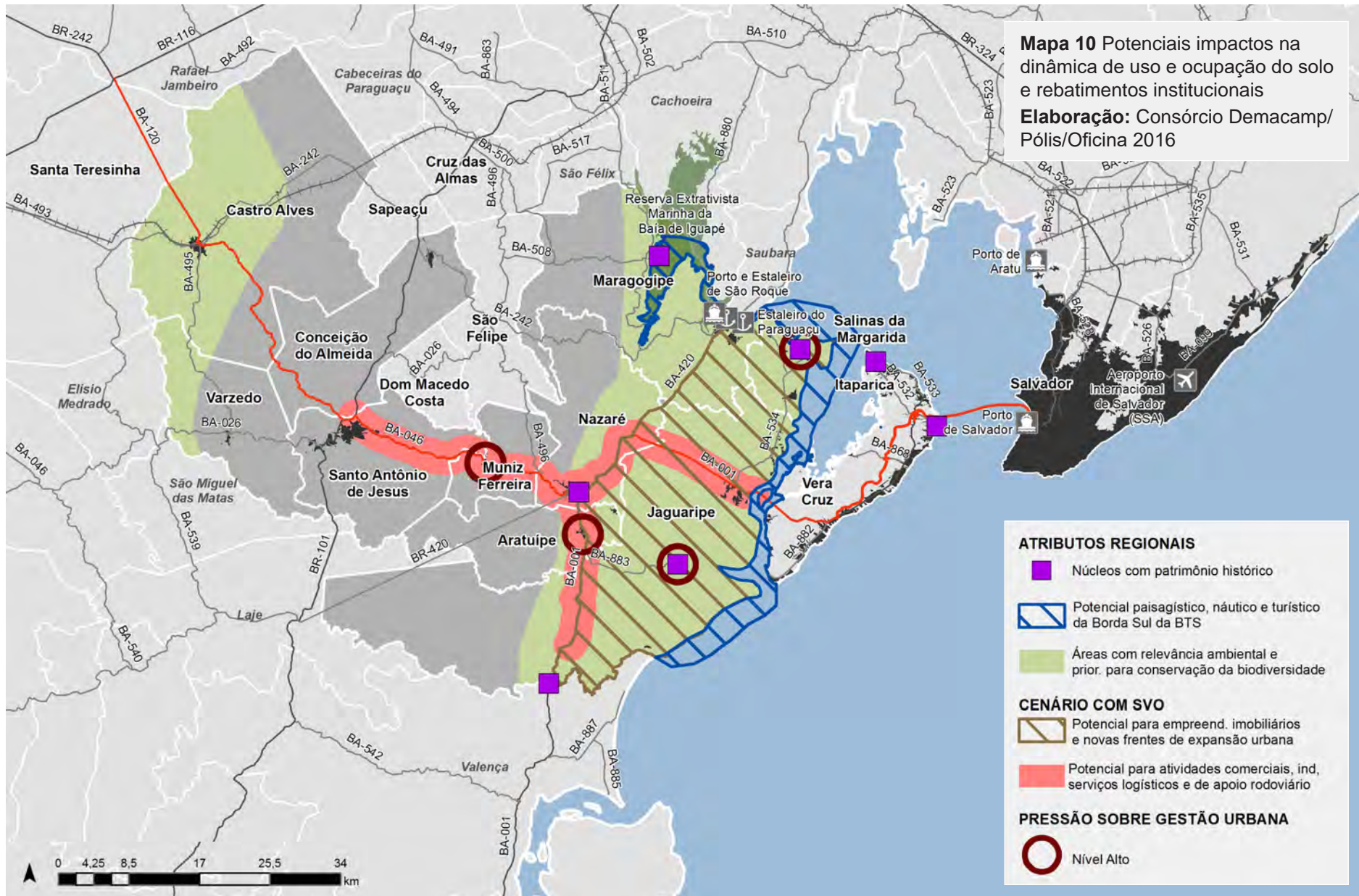


- a) **municípios** cujo território será **atravessado pelo SVO na sede**;
- b) **municípios atravessados pelo SVO fora da sede**; e
- c) **municípios do entorno imediato que** não serão atravessados pelo SVO.

De modo geral, os **municípios atravessados pelo SVO na sede** tendem a sofrer pressão por expansão urbana, aumento do fluxo rodoviário, assim como de conflitos entre o tráfego rodoviário e o tráfego local, e agravamento da inadequação da acessibilidade nas ocupações próximas à rodovia, com ampliação dos riscos à circulação de pedestres. Além disso, tendem a apresentar maior atratividade para implantação de empreendimentos (comerciais, industriais, logísticos e habitacionais).

Os municípios atravessados pelo SVO fora da sede tendem a apresentar crescimento urbano dos distritos seccionados pelo sistema viário, conflitos fundiários, aumento do fluxo rodoviário e ampliação de sua atratividade para implantação de novos empreendimentos. Já os **municípios do entorno imediato**, conforme suas respectivas especificidades, podem sofrer ampliação ou redução do fluxo rodoviário em decorrência do novo traçado, assim como podem se beneficiar das vantagens

locações proporcionadas pela implantação do SVO, favorecendo, por exemplo, o desenvolvimento de atividades do setor turístico e a implantação de empreendimentos associados ao SVO.



Quadro 7 Síntese dos impactos do SVO por município

Municípios	Impacto do SVO nos Municípios
Aratuípe	<p>Desenvolvimento Urbano</p> <p>A dinamização da economia, em função da localização do município na rota do Baixo Sul, com possibilidade do aumento de emprego em Nazaré, no entroncamento do SVO com a BA-001 (a 4,7 km de Aratuípe), poderá gerar emprego e renda. Ademais, pode ocorrer a potencialização do comércio vinculado à venda de artesanato de cerâmica (Maragojipinho).</p> <p>Pressão para intensificação da ocupação da BA- 001 entre Nazaré e Aratuípe, com tendência à periferização, atraindo habitações irregulares.</p> <p>Possibilidade de expansão urbana, gerando pressão para ocupação em áreas de proteção ambiental que implicarão em perda de vegetação e de biodiversidade e risco de poluição de mananciais.</p> <p>Favorecimento da visitação turística e reforço do distrito de Maragojipinho, proporcionado pela ampliação de fluxos regionais na BA-001.</p> <p>Acessibilidade</p> <p>Aumento do tráfego rodoviário na rodovia que dá acesso ao município.</p> <p>Turismo</p> <p>Tendência de ampliação do turismo para Maragojipinho e de aumento da renda da população. A redução dos custos de transporte deverá favorecer a comercialização da cerâmica artesanal de Maragojipinho.</p> <p>O SVO pode favorecer o turismo no distrito de Maragojipinho, com a melhoria de acesso, sinalização e estrutura de receptivo.</p>
Castro Alves	<p>Desenvolvimento Urbano</p> <p>Fortalecimento da função de entreposto e polarização de cidades do entorno por causa da sua localização em entroncamento rodoferroviário.</p> <p>Tendência de densificação do trecho Castro Alves-Santo Antônio de Jesus.</p> <p>Desenvolvimento Rural</p> <p>Geração de impacto sobre a produção local, tendo em vista que o SVO atravessará o maior distrito rural do município. A agricultura familiar e a agroindústria poderão se beneficiar com a melhoria no acesso e distribuição da mercadoria rural.</p>

Municípios	Impacto do SVO nos Municípios
Conceição do Almeida	<p>Desenvolvimento Urbano</p> <p>Transformações irrelevantes na sede municipal. Entretanto, em função de o município ser contíguo a Santo Antônio, poderá ocorrer uma expansão que afete seu território.</p> <p>Desenvolvimento Rural</p> <p>Fortalecimento de relações com Santo Antônio de Jesus, haja vista que o município será atravessado pelo SVO na área rural, próximo ao distrito rural de Rio da Dona.</p>
Jaguaripe	<p>Desenvolvimento Urbano</p> <p>Transformações irrelevantes na sede municipal, no entanto, os distritos de Jacuruna, ao longo da rodovia estadual BA-001, e de Pirajuaia, ao longo da BA- 534, tendem a crescer.</p> <p>Tendência à atração de investimentos ao longo da rodovia, considerando as vantagens locacionais e a disponibilidade de terras.</p> <p>Potencialidade para implantação de empreendimentos logísticos de suporte ao SVO.</p> <p>Continuidade do crescimento populacional, cujos índices atuais já superam o da capital, estimulado pela facilidade de acesso a Salvador. Isso inda deve se intensificar na hipótese de retomada da implantação do estaleiro.</p> <p>Possibilidade de expansão urbana, gerando pressão para ocupação em áreas de proteção ambiental que implicarão em perda de vegetação e de biodiversidade e risco de poluição de mananciais.</p> <p>Demandas de planos de ordenamento territorial, ambiental e de regularização fundiária para atender às novas dinâmicas urbanas.</p> <p>Acessibilidade</p> <p>Aumento dos fluxos rodoviários, tendendo à ampliação dos riscos à circulação de pedestres e veículos nas condições atuais de uso e ocupação lindeiras.</p> <p>Turismo</p> <p>Maior aproveitamento do potencial turístico, já que o município é rico em patrimônio histórico e conta com a orla marítima da Baía de Todos os Santos e do Oceano Atlântico, além da orla fluvial do Rio Jaguaripe.</p>

Municípios	Impacto do SVO nos Municípios
Maragogipe	<p>Desenvolvimento Urbano</p> <p>A expansão do polo naval aumentou a população e dinamizou a economia municipal. Em função disso, o município teve sua população ampliada proporcionalmente à capital na última década (2000-2010). O arrefecimento da indústria naval no município, se for mantido, tende a reduzir o ritmo de crescimento.</p> <p>Fortalecimento da atividade industrial e logística e de uma possível retomada das atividades do estaleiro, em função da aproximação da RMS.</p> <p>Ampliação da relação comercial do distrito de São Roque do Paraguaçu, com probabilidade de atração de população na hipótese de retomada das atividades do estaleiro.</p> <p>Turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> Ampliação do desempenho do setor turístico, explorando atributos paisagísticos e culturais do município, proporcionada pela melhoria da acessibilidade a Salvador.
Muniz Ferreira	<p>Desenvolvimento Urbano</p> <p>Tendência à expansão da ocupação urbana, transpondo a rodovia (a oeste da sede municipal), assim como à conurbação do distrito de Onha com o município de Nazaré e ao avanço da expansão urbana da sede sobre o território de Santo Antônio de Jesus.</p> <p>Tendência a concentrar habitações de menor renda e assentamentos informais, transformando-se em periferia de Nazaré.</p> <p>Possibilidade de expansão urbana, gerando pressão para ocupação em áreas de proteção ambiental que implicarão em perda de vegetação e de biodiversidade e risco de poluição de mananciais.</p> <p>Possibilidade de uso recreativo na área verde entre o SVO e o núcleo urbano.</p> <p>Acessibilidade</p> <p>Agravamento da inadequação da acessibilidade nas ocupações próximas à rodovia, que apresentam tendência de expansão após a implementação do SVO, tendo em vista que na direção Leste existe uma barreira natural (rio) à expansão urbana.</p> <p>Turismo</p> <p>Possibilidade de inserção do circuito turístico de artesanato e produção de cerâmica, pela melhoria da acessibilidade e aproximação do mercado consumidor.</p> <p>A localização do município entre Santo Antônio de Jesus e Nazaré facilitará sua inserção no circuito de compras da região.</p>

Municípios	Impacto do SVO nos Municípios
Nazaré	<p>Desenvolvimento Urbano</p> <p>Intensificação da polarização sobre Aratuípe, Jaguaripe, Salinas da Margarida, Maragogipe (distrito de São Roque do Paraguaçu), e Muniz Ferreira (distrito de Onha).</p> <p>Possibilidade de remoções de comércios e residências ao longo da rodovia para ampliação das obras viárias.</p> <p>Intensificação da ocupação na rodovia estadual entre Nazaré e Aratuípe.</p> <p>Possibilidade de expansão urbana, gerando pressão para ocupação em áreas de proteção ambiental que implicarão em perda de vegetação e de biodiversidade e risco de poluição de mananciais.</p> <p>Tendência ao deslocamento da concentração de comércio e serviços vinculada ao fluxo rodoviário.</p> <p>Dinamização da economia pelo aumento do fluxo rodoviário.</p> <p>Acessibilidade</p> <p>Intensificação do fluxo previsto de tráfego urbano e rodoviário que atravessa a cidade, tornando indispensável a implantação do contorno viário previsto no SVO.</p> <p>Turismo</p> <p>Intensificação da rota turística com a redução do trajeto para a capital, apresentando potencial de crescimento do setor.</p>
Salinas da Margarida	<p>Desenvolvimento Urbano</p> <p>Crescimento populacional devido à ampliação de serviços de turismo, proporcionada pela melhoria da acessibilidade.</p> <p>Retorno do crescimento populacional ocorrido com a implantação do polo naval em função da melhoria de acesso à RMS, proporcionada pelo SVO.</p> <p>Possibilidade de expansão urbana, gerando pressão para ocupação em áreas de proteção ambiental que implicarão em perda de vegetação e de biodiversidade e risco de poluição de mananciais.</p> <p>Turismo</p> <p>Potencialização do turismo, que apresenta atrativos pelos atributos ambientais e a beleza natural do município.</p> <p>Desenvolvimento turístico, tanto da sede como das localidades costeiras, pela melhoria das condições da Rodovia BA– 534.</p> <p>Maior atratividade econômica/turística ao município pela redução do trajeto proporcionado pelo SVO, que facilitará o acesso do município à RMS.</p>

Municípios	Impacto do SVO nos Municípios
Santo Antônio	<p>Desenvolvimento Urbano</p> <p>Aumento da população e facilidade na instalação de negócios, em razão da sua localização estratégica, tendendo a reforçar seu destaque na rede de cidades.</p> <p>Tendência de instalação de empreendimentos e atividades (comércio, serviços, indústria, logística) no entorno.</p> <p>Expansão urbana da sede (vetor norte), avançando sobre o território municipal de Conceição do Almeida.</p> <p>Tendência de intensificação da expansão urbana do vetor oeste, em direção ao território de Varzedo.</p> <p>Possibilidade de expansão urbana, gerando pressão para ocupação em áreas de proteção ambiental que implicarão em perda de vegetação e de biodiversidade e risco de poluição de mananciais.</p> <p>Desenvolvimento Rural</p> <p>Geração de impacto na produção de mandioca, em função da tendência de ampliação e concentração de atividades urbanas.</p>



Foto: Consórcio Demacap/ Pólis/ Oficina, 2016

PROPOSIÇÃO

DE SOLUÇÕES PARA OS
MUNICÍPIOS DA ÁREA DE IMPACTO
URBANO DIRETO DO SVO (AID)

5

As propostas de soluções para os municípios da AID foram elaboradas com base em **análises técnicas** e no **processo de discussão pública**³ realizado através da interlocução com o Colegiado e com o Consórcio Territorial do Recôncavo (CTR), cujas reuniões permitiram balizar a aderência das medidas propostas com as reais demandas locais, assim como incorporar contribuições oriundas de atores locais. Permitiram, ainda, que tais atores acompanhassem o andamento do estudo e contribuíssem com sua evolução, tendo sido recorrente a sinalização de demandas relativas à agricultura familiar na região, além de turismo e segurança pública. Isso colaborou para a inclusão do eixo programático “Desenvolvimento da Agricultura Familiar”, apesar da primazia das questões urbanas no âmbito deste estudo.

³ Ver Relatório Pl.5.2 – Fórum de Abrangência Regional. Seminário de Apresentação dos Impactos Urbanos do Sistema Viário Oeste e Proposição de Solução Para os Municípios Vizinhos..

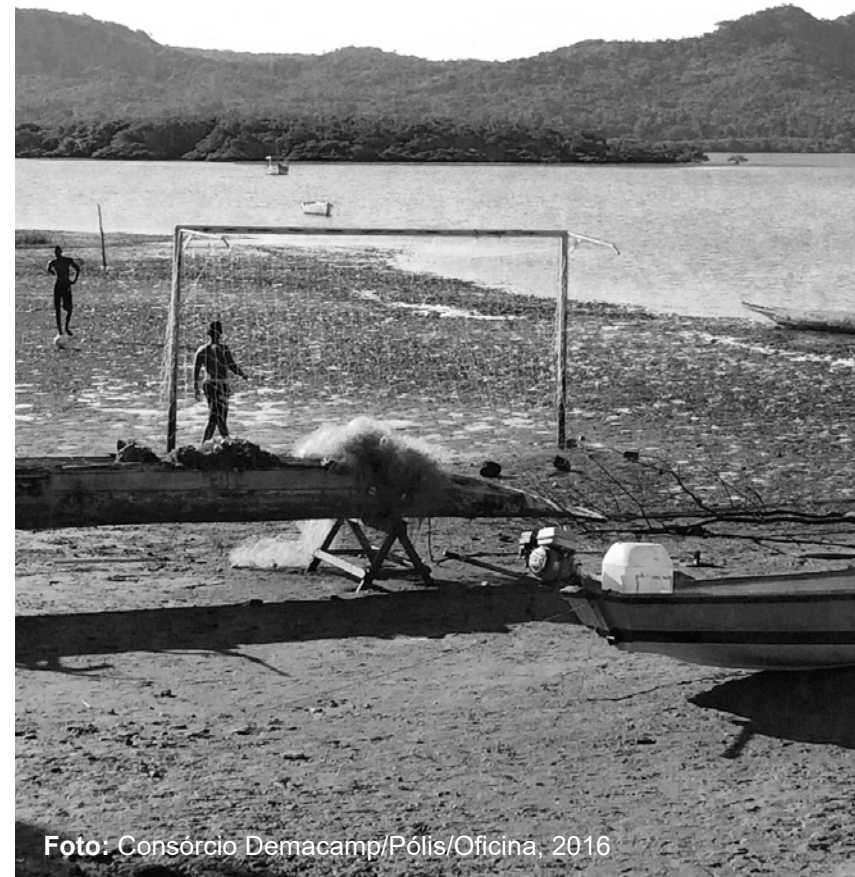


Foto: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

Quadro 8 Eventos de discussão pública do estudo

Convocação	Data	Local da Reunião	Atividades integradas/conteúdos
Colegiado do Território de Identidade do Recôncavo - CODETER	1/16/2016	Cruz das Almas	<p>Resultados iniciais do estudo (SEDUR). Acompanhamento de atividade de Matriz SWOT (CODETER)</p> 
Consórcio Territorial do Recôncavo - CTR	2/16/2016	São Felipe	<p>Andamento do estudo e resultados alcançados (SEDUR)</p> 

Convocação	Data	Local da Reunião	Atividades integradas/conteúdos
Consórcio Territorial do Recôncavo - CTR	3/16/2016	Santo Antônio de Jesus	<p>Resultados alcançados, com destaque para aspectos incorporados a partir das discussões públicas (SEDUR)</p> 
SEDUR/SEPLAN	6/15/2016	Nazaré	<p>Seminário para discussão das Alternativas de Adequação Urbana para os municípios da Área de Impacto Urbano Direto do SVO</p> 

Fonte: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

Foto 36 Local de apresentação do Seminário em Nazaré



Fonte: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

Foto 37 Participação no Seminário em Nazaré



Fonte: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

Foto 38 Público presente no seminário final em Nazaré



Fonte: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

Foto 39 Público presente no seminário final em Nazaré



Fonte: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

O panorama atual e os potenciais impactos do SVO nos municípios da AID evidenciaram a existência de fragilidades e potencialidades no território, que fundamentaram a proposição das políticas públicas para mitigar os passivos existentes e equacionar os impactos urbanos decorrentes da implantação do SVO. Dentre as questões consideradas estruturantes para o desenvolvimento do território estão: o potencial turístico existente, as deficiências de saneamento básico, a relevância social da agricultura familiar e a importância de dotar os municípios de gestão urbana plena para lidar com os passivos existentes e os desafios esperados a partir da implementação do SVO.

Na perspectiva de fortalecer as potencialidades, mitigar as fragilidades e preparar o território para o enfrentamento das ameaças e o aproveitamento das oportunidades advindas da implantação do SVO, foram propostos programas que, se implantados de **forma integrada**, podem alavancar o desenvolvimento do território.

As propostas foram orientadas segundo sete eixos programáticos: i) saneamento básico; ii) turismo; iii) acessibilidade; iv) desenvolvimento institucional para gestão urbana; v) desenvolvimento rural; vi) segurança pública; e vii) ação social (saúde e educação). Considera-se fundamental a transversalidade entre as propostas, mediante ações articuladas para se atingir os objetivos estabelecidos, entendendo, por

exemplo, que as medidas de saneamento são determinantes para o desenvolvimento social e da economia, como o turismo, a atração de negócios, entre outros.

Os programas propostos foram direcionados a três frentes de atuação: planejamento, gestão e intervenções físicas, com abordagem regional e local (Figura 2):

1. Planejamento: voltado sobretudo para instrumentalizar e qualificar os municípios para a gestão urbana, com ênfase nos setores considerados estruturantes para o desenvolvimento e estruturação do território para receber novos investimentos;
2. Gestão: envolve ações de capacitação e de assistência técnica, visando à implementação da política urbana e rural, destacando-se, ainda, as iniciativas relativas à promoção da gestão compartilhada;
3. Intervenções físicas: relativas à implantação de equipamentos públicos, obras de infraestrutura básica e turística, e intervenções no sistema viário para adequação urbana dos municípios.

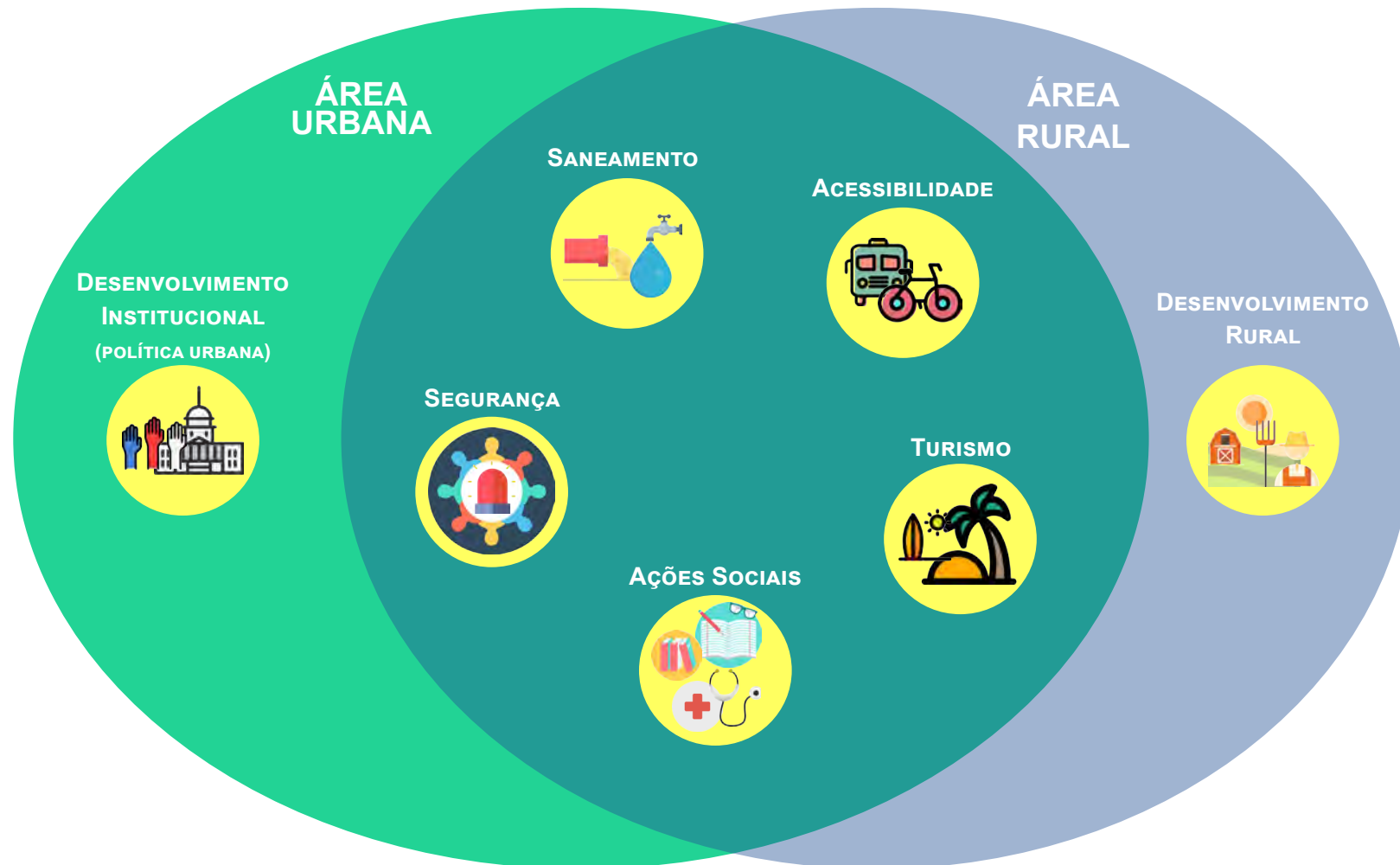
O alcance das propostas atinge as áreas urbanas e rurais, de acordo com os eixos apresentados, conforme a Figura 3.

Figura 2 Componentes dos Programas propostos para a AID do SVO



Fonte: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

Figura 3 Interface dos Programas – Alcance Rural e Urbano



Fonte: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

5.1 EIXO PROGRAMÁTICO 1 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade refere-se às **facilidades disponibilizadas às pessoas de modo a possibilitar a todos autonomia nos deslocamentos desejados** (Lei 12.587/12art. 4º). As condições de acessibilidade existentes repercutem no direito à cidade, na medida em que interferem no acesso a bens, equipamentos e serviços. Subdivide-se em **macroacessibilidade e microacessibilidade**, que visam, respectivamente, à facilidade de atravessar o espaço e ter acesso aos destinos desejados (abrangência espacial do sistema viário e dos transportes) e à relação do pedestre com a facilidade de percorrer o caminho (Vasconcellos, 2001).

O programa de acessibilidade proposto tem foco na macroacessibilidade, tendo como interesse a melhoria das condições gerais de acessibilidade na AID, entre as sedes municipais e entre os distritos e as sedes. É composto por ações que envolvem implantação e requalificação de infraestrutura em nível local e regional e de planejamento. Abrange os 15 municípios da AID, com prioridade para os que serão atravessados pelo SVO, sobretudo na sede municipal.

OBJETIVO GERAL

- Melhorar as condições de acessibilidade dos municípios da AID.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Requalificar o sistema viário, promovendo condições adequadas de deslocamento regional;
- Mitigar o conflito entre o uso do solo urbano e o fluxo rodoviário, garantindo condições adequadas de segurança e fluidez ao SVO;
- Promover condições adequadas de acessibilidade aos núcleos urbanos

JUSTIFICATIVA:

A implantação do SVO entre a Ponte do Funil e a BR-242 atravessa a AID, abrangendo partes das rodovias estaduais BA-001, 046 e 497 e das rodovias federais BR-101 e 242. O SVO ampliará o fluxo rodoviário nestas rodovias, que já apresentam trechos em condições precárias de circulação e com conflitos de tráfego rodoviário em áreas urbanas (sobretudo em Nazaré, Santo Antônio de Jesus e Castro Alves). A precariedade atual das condições de acessibilidade às sedes municipais, o tráfego rodoviário em trechos urbanos que engendram conflitos de uso, além da necessidade de adequação do sistema viário existente ao incremento de fluxo decorrente do SVO justificam a proposição do eixo de acessibilidade.

O conjunto de rodovias que integrarão o SVO apresenta hoje características físicas de projeto compatíveis com o volume de tráfego que recebem durante o ano, entretanto, apresentam inadequações relativas à compatibilização com o fluxo urbano e com o uso do solo lindeiro. As condições de acessibilidade devem ser resolvidas com vistas à melhoria das condições atuais e à implantação do SVO.

Os problemas identificados apresentam naturezas distintas:

- a) pavimentação precária** – trechos que apresentam pavimentação irregular ou inexistente, como ocorre, por exemplo, em trecho da BR-242;
- b) sinalização deficiente** (horizontal e vertical) - para organização dos fluxos nas rotatórias e para indicação de movimentação de veículos de grande porte;
- c) conflitos de uso**, com a presença de usos e ocupações lindeiras, a exemplo de escolas e residências às margens da rodovia. Para solucionar estes conflitos, algumas adaptações foram realizadas, como a redução de velocidade regulamentar, uso de lombadas, faixas e sinalização de travessia de pedestres, entre outras, mas existem situações em que será necessária a remoção de usos lindeiros incompatíveis pelo grande risco que representam, assim como a correção de situações por meio da construção de contornos viários, desviando o tráfego rodoviário da área urbana consolidada,

como nos casos de Nazaré e Castro Alves; **d) ausência de infraestrutura viária adequada**, como acostamentos, faixas de transposição, vias marginais, dentre outras

A implantação do SVO promoverá o incremento do tráfego rodoviário ao longo do seu eixo. Em função disso, o projeto viário deverá, conforme as especificidades existentes, contemplar melhorias, adequações e até mesmo alterações de traçados, como a construção de contornos viários.

As situações que demandam maior atenção correspondem aos núcleos urbanos que serão seccionados pelo SVO, requerendo, assim, que se contemple em seus projetos, quando couber, a perspectiva de adequação do tráfego rodoviário com os usos urbanos existentes, garantindo, além dos requisitos para promoção de fluidez, a segurança para o deslocamento de modos motorizados e não motorizados. Merecem atenção especial as áreas urbanas que serão seccionadas pelo SVO, tendo em conta a diversidade do uso do solo, o intenso fluxo de veículos e pessoas e a existência de conflitos de tráfego rodoviário com o tráfego local. Outro aspecto a ser considerado é o redirecionamento da expansão urbana decorrente da implantação do SVO, assim como o reflexo deste processo sobre a gestão urbana.

Diante da complexidade envolvida, além das medidas para a melhoria das condições de acessibilidade, seja do passivo existente ou em função do SVO, **evidencia-se a necessidade de investimentos para o planejamento urbano destes municípios**, com vistas à requalificação urbana e à orientação da expansão urbana, considerando o incremento populacional, de empreendimentos e serviços que tende a ocorrer. Destaca-se, assim, a complementaridade entre os eixos propostos, cujas ações devem ser implementadas de forma associada.

INICIATIVAS (PLANOS, PROJETOS E AÇÕES)

- Implantação do projeto SVO, envolvendo:
 - Recuperação de rodovias;
 - Adequação de trevos e acessos;
 - Construção de contornos viários nos núcleos urbanos de Nazaré, Santo Antônio de Jesus e Castro Alves;
 - Reassentamento de famílias afetadas.
- Tratamento para o transporte não motorizado onde o SVO cruza áreas urbanizadas;
- Melhoria das estradas de acesso das sedes municipais ao SVO;
- Plano de acessibilidade regional, contemplando a melhoria das condições físicas das vias que ligam as sedes municipais ao SVO e das vias de acesso entre os núcleos urbanos e destes com os polos regionais.

BENEFICIÁRIOS

- População dos 15 municípios integrantes da AID do SVO (368.336 hab.)

HORIZONTE

- As iniciativas propostas têm como horizontes o curto e o médio prazo. As ações de planejamento e aquelas voltadas à redução do passivo existente, como recuperação das estradas, deverão ter início no curto prazo, antecedendo a implantação do SVO, enquanto as iniciativas associadas à implantação do SVO, como a construção de contornos viários, deverão ter início em médio prazo.

AGENTES ENVOLVIDOS

- A Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado da Bahia (Seinfra) é a principal responsável pelo planejamento e pelas intervenções viárias, ou seja, as ações para adequação do sistema rodoviário nas sedes municipais seccionadas pelo SVO, tais como a construção dos contornos viários do SVO e a restauração das rodovias, no âmbito do Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento, incluído no PPA 2016-2019.
- Outros agentes do governo estadual competentes são: a Secretaria de Planejamento (Seplan), que coordena as ações do SVO e responde pelo planejamento regional; a Secretaria

de Desenvolvimento Urbano (Sedur), que analisa os impactos urbanos do SVO e responde pelo planejamento urbano; e a Secretaria de Meio Ambiente (Sema), a quem compete a análise dos impactos ambientais e o licenciamento ambiental das obras rodoviárias do SVO.

FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS

- Programas Federais: PAC Mobilidade; Programa de Investimento em Logística (PIL);
- Programas Estaduais (PPA 2016-2019): Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento Urbano;

5.2 EIXO PROGRAMÁTICO 2 SANEAMENTO BÁSICO

O Programa de Saneamento Básico para a AID abrange ações de planejamento de caráter regional e local, assim como intervenções físicas para ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos nas áreas urbana e rural, sendo extensivo aos 15 municípios integrantes da área de impacto urbano direto do SVO.

OBJETIVO GERAL:

- Dotar os municípios da Área de Impacto Urbano Direto (AID) de melhores condições de saneamento básico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Instrumentalizar os municípios para a implementação da política de saneamento básico;
- Ampliar a infraestrutura de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos);
- Planejar a demanda futura de saneamento no cenário de implantação do SVO.

JUSTIFICATIVA:

Os municípios da AID apresentam baixos indicadores de saneamento básico, inferiores às médias nacional e estadual (CENSO, 2010) (Quadro 9), revelando carência de infraestrutura básica. A manutenção da situação neste patamar corrobora para a degradação socioambiental, com reflexo na qualidade ambiental e urbana, além de afetar a qualidade de vida e a capacidade para atrair negócios e turismo.

A rede de esgotamento sanitário apresenta a situação mais crítica entre os componentes do saneamento básico, com percentuais de atendimento muito baixos – apenas três municípios superam 50% de cobertura e outros três municípios encontram-se entre 3% e 9%. Estes indicadores mostram que a demanda de planejamento e investimento é uma necessidade imediata e indispensável para responder às transformações advindas da implantação do SVO, já existindo demandas reprimidas de ampliação da rede de abastecimento de água, coleta de lixo e de esgotamento sanitário.

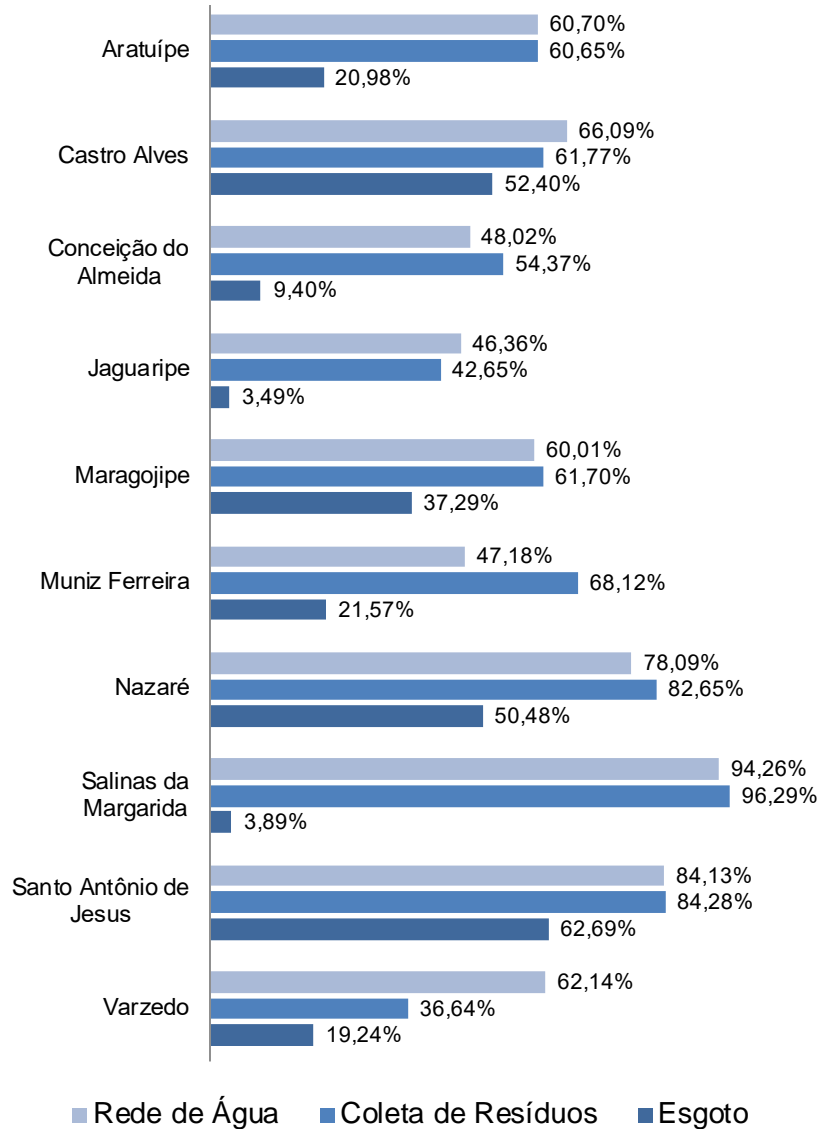
A Agência Nacional de Água (ANA, 2010) já indica a necessidade de ampliação do sistema de abastecimento para o horizonte de 2015 (Quadro 10) e o tipo de intervenção planejada, bem como o orçamento necessário, com dados

Quadro 9 Indicadores de atendimento por saneamento básico X PIB

Municípios	Relação ao SVO	PIB per capita (R\$)	Rede de Água	Coleta de Lixo	Esgoto
Brasil	-	19.766,33	82,85%	87,41%	55,45%
Bahia	-	11.007,47	80,34%	76,22%	45,40%
Aratuípe	Não cruza	4.337,14	60,70%	60,65%	20,98%
Castro Alves	Cruza a sede	4.900,86	66,09%	61,77%	52,40%
Conceição do Almeida	Cruza fora da sede	4.119,56	48,20%	54,37%	9,40%
Jaguaripe	Cruza fora da sede	4.421,26	46,36%	42,65%	3,49%
Maragogipe	Não cruza	4.605,07	60,01%	61,70%	37,29%
Muniz Ferreira	Cruza a sede	4.235,79	47,18%	68,12%	21,57%
Nazaré	Cruza a sede	5.748,06	78,09%	82,65%	50,48%
Salinas da Margarida	Não cruza	5.358,94	94,26%	96,29%	3,89%
Santo Antônio de Jesus	Cruza a sede	10.886,70	84,13%	84,28%	62,69%
Varzedo	Não cruza	5.148,93	62,14%	36,64%	19,24%

Fonte: IBGE, 2010 / Elaboração: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

Gráfico 3 Indicadores de atendimento por saneamento básico nos municípios da AID



Fonte: IBGE, 2010 / Elaboração: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

relativos ao manancial, ao sistema de abastecimento e ao prestador de serviço. Somente Castro Alves, dentre os municípios da AID, não tem obras previstas.

Na perspectiva do incremento populacional e da expansão urbana com a implantação do SVO, faz-se necessário a revisão da demanda futura, considerando este cenário, sobretudo nas principais centralidades e nos municípios com maiores possibilidades de sofrer transformações na dinâmica urbana e maiores pressões sobre a gestão urbana e ambiental, como Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Jaguaripe e Salinas da Margarida.

Os baixos indicadores apresentados refletem também a **baixa capacidade de gestão instalada, em um panorama de ausência de planos locais de saneamento**, tendo já findado o prazo para a sua elaboração pelos municípios. A elaboração dos planos locais de saneamento proporcionará uma melhor caracterização e o conhecimento das demandas por coleta de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem, o que justifica a relevância de investimentos em infraestrutura de saneamento, além do apoio aos municípios para a elaboração de seus planos de saneamento básico.

Na medida em que os baixos indicadores são generalizados na região, **as ações propostas são extensivas aos 15 municípios da AID**, com prioridade para aqueles seccionados pelo SVO e

também aqueles que apresentam indicadores inferiores a 50% de cobertura de esgotamento sanitário e abastecimento de água.

INICIATIVAS (PLANOS, PROJETOS E AÇÕES)

- Elaboração de Plano Regional de Saneamento Básico, considerando dentre os cenários a implantação do SVO;
- Apoio à elaboração e implantação dos planos locais de saneamento;
- **Adequação da infraestrutura:** abastecimento de água urbana e rural, esgotamento sanitário e coleta e destinação final de resíduos sólidos, considerando os investimentos indicados pela Agência Nacional de Água – ANA (2010) e pelos planos locais



Foto: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

Quadro 10 Caracterização do Sistema de Abastecimento de Água dos 10 municípios da área de análise

Município	Manancial	Sistema	Sub-bacia hidrográfica	Prestador de serviço	Situação do abastecimento	Investimento total (2025)
Aratuípe	Rio Aratuípe	Isolado Aratuípe	Recôncavo Sul	Embasa	<p>Requer novo manancial e sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situação atual: Manancial existente não atende à demanda. • Intervenção necessária: Ampliação do sistema produtor com perfuração de novos poços, implantação de nova adutora e tratamento. 	1 milhão
Castro Alves	Rio Paraguaçu	Integrado Milagres	Paraguaçu	Embasa	Abastecimento Satisfatório	-
Conceição do Almeida	Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Zona Fumageira	Recôncavo Sul	Embasa	<p>Requer ampliação do sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situação atual: Municípios atendidos atualmente: Cruz das Almas e Sapeaçu. Municípios atendidos com a extensão: Cachoeira, Muritiba, São Félix, Governador Mangabeira, Cruz das Almas, Sapeaçu. • Intervenção necessária: Ampliação do Sistema Integrado Muritiba/Zona Fumageira, com nova captação, ETA, adutoras e elevatórias, forçando os dois sistemas Integrados existentes. 	33 milhões
Jaguaripe	Barragem Rio da Dona 3 poços Jaguaripe 2	Isolado Jaguaripe 1 Isolado Jaguaripe	Recôncavo Sul	Embasa	<p>Ampliação do sistema produtor</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situação atual: Manancial existente atende à demanda, porém, o sistema produtor requer adequações. • Intervenção necessária: Ampliação do sistema produtor, com nova captação flutuante em manancial existente, implantação de nova adutora e ampliação do tratamento. 	3 milhões
Maragogipe	Rio Cachoerinha	Isolado Maragogipe	Recôncavo Sul	Embasa	<p>Requer ampliação do sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situação atual: Manancial existente atende à demanda, porém, o sistema produtor requer adequações. • Intervenção necessária: Ampliação do sistema produtor, com substituição de captação flutuante em manancial existente, implantação de nova adutora e ampliação do tratamento. 	8 milhões

Município	Manancial	Sistema	Sub-bacia hidrográfica	Prestador de serviço	Situação do abastecimento	Investimento total (2025)
Muniz Ferreira	Rio Taitinga	Isolado Muniz Ferreira	Recôncavo Sul	Embasa	<p>Requer ampliação do sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> Situação atual: Manancial existente atende à demanda, porém, o sistema produtor requer adequações. Intervenção necessária: Ampliação do sistema produtor, com substituição da elevatória, duplicação da adutora e ampliação do tratamento. 	3 milhões
Nazaré	Rio Caraípe	Isolado Nazaré	Recôncavo Sul	Embasa	<p>Requer ampliação do sistema produtor</p> <ul style="list-style-type: none"> Situação atual: Manancial existente atende à demanda, porém, o sistema produtor requer adequações. Intervenção necessária: Ampliação do sistema produtor, com implantação de nova bomba flutuante, adutora e ampliação do tratamento. 	3 milhões
Salinas da Margarida	Rio Piau	Isolado Salinas da Margarida	Recôncavo Sul	Embasa	Abastecimento satisfatório	-
Santo Antônio de Jesus	Barragem do Rio da Dona	Isolado Santo Antônio de Jesus	Recôncavo Sul	Embasa	<p>Requer ampliação do sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> Situação atual: O manancial existente atende à demanda, porém, o sistema produtor requer adequações. Intervenção necessária: Ampliação de sistema existente, com substituição de captação, elevatória, adutora e ampliação de tratamento. 	14 milhões

Município	Manancial	Sistema	Sub-bacia hidrográfica	Prestador de serviço	Situação do abastecimento	Investimento total (2025)
Varzedo	3 poços Varzedo	Isolado Varzedo	Recôncavo Sul	Embasa	<p>Requer ampliação do sistema produtor</p> <ul style="list-style-type: none"> Situação atual: Manancial existente atende à demanda, porém, o sistema produtor requer adequações. Intervenção necessária: Ampliação do sistema produtor, com perfuração de novos poços, implantação de novas adutoras, elevatória, e ampliação do tratamento. 	2 milhões

Fonte: ATLAS da ANA, 2010. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Atlas.aspx>>.

Elaboração Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

3/3

BENEFICIÁRIOS

- População dos 15 municípios da AID (368.336 hab.)

HORIZONTE

- As iniciativas de saneamento básico devem ser implementadas no curto prazo (4 anos), antecedendo a implantação do SVO.

AGENTES ENVOLVIDOS

- SHIS (água e esgotamento sanitário) e Sedur/Setur

Programas Estaduais (PPA 2016-2019): Água para Todos; Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais.

- O principal programa do governo do estado para a área do saneamento básico é o Água para Todos, que abrange todas as subáreas do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos), tendo como ementa:

Ampliação e fortalecimento da segurança hídrica; Oferta de água para consumo humano e produtivo; Acesso aos serviços de saneamento, tratamento e distribuição de água para consumo humano; Tratamento de esgoto; Resíduos sólidos; Educação ambiental, meio ambiente, manejo de recursos hídricos e conservação; Segurança alimentar e nutricional; Articulação, integração e descentralização de ações, com ações relativas a abastecimento de água. (PPA, 2016-2019).

O **Programa Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais** envolve ações de saneamento básico para a área rural, tendo, entre seus compromissos, “Ampliar a oferta de água em áreas de povos e comunidades tradicionais e em assentamentos rurais através da implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água” (PPA 2016-2019), sendo o órgão responsável pela sua execução a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS).

5.3 EIXO PROGRAMÁTICO 3 TURISMO E CULTURA

O programa de Turismo e Cultura proposto destina-se aos ‘com potencial para o turismo e integrantes de zonas turísticas da AID. É composto por iniciativas de distintas naturezas, que envolvem o planejamento para o setor turístico, a preservação do patrimônio material e imaterial e a provisão de infraestrutura básica e de equipamentos urbanos e turísticos, evidenciando a transversalidade deste eixo.

OBJETIVO GERAL

- Transformar o turismo em importante ativo econômico da AID.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Valorizar o patrimônio material e imaterial existente;
- Estruturar e qualificar os destinos turísticos da AID, através da adequação da infraestrutura urbana e turística;

- Criar e/ou fortalecer roteiros turísticos que envolvam os municípios da AID, valorizando os segmentos: histórico, cultural e gastronômico; sol, praia e aventura; eventos e esportes náuticos;
- Divulgar os atrativos e eventos turísticos da AID.

JUSTIFICATIVA

A AID compreende diversos municípios com vocação turística, classificados pelo Ministério do Turismo (MTUR) e pelo Fórum Estadual de Turismo como turísticos, pertencentes às regiões turísticas Baía-de-Todos-os-Santos (BTS) e Caminhos do Jiquiriçá (Quadro 11). No entanto, na recente atualização da regionalização do turismo (MTUR, 2016) publicado em julho de 2016, os municípios de Aratuípe e Muniz Ferreira deixaram de fazer parte da região turística BTS por não possuírem qualquer estrutura administrativa para o setor. No entanto, no âmbito desse estudo, assim como os municípios da AID que fazem parte do território Caminhos do Jiquiriçá, esses municípios foram mantidos nesta proposta. Em Aratuípe, por exemplo, foi considerada a relevância da produção cerâmica. Já para os municípios da região turística Caminhos do Jiquiriçá, propõe-se a elaboração do Plano Integrado de Turismo Sustentável para subsidiar o desenvolvimento turístico da região.

A diversidade de atrativos turísticos nos municípios da AID, que incluem os recursos naturais e o patrimônio histórico, arqueológico e cultural (Fotos de 36 a 41), em contraponto ao baixo desempenho

do setor, justifica a importância do eixo programático de turismo e cultura para o desenvolvimento regional.

Estes municípios, apesar de situados na BTS e seu entorno, e de estarem próximos a Salvador, principal destino turístico e portão de entrada para quem visita a Bahia (PDITS, 2012), apresentam

Quadro 11 Enquadramento dos municípios da AID na regionalização turística do Ministério do Turismo

Região Turística	Municípios Integrantes (2013)	Municípios da AID excluídos na atualização em 2016
Baía-de-Todos-os-Santos	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz.	Aratuípe e Muniz Ferreira.
Caminhos do Jiquiriçá	Amargosa, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cravolândia, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Itatim, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Miguel das Matas, Ubaíra e Varzedo.	Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo e Santo Antônio de Jesus.

Fonte: Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro, Ministério do Turismo (2013).

baixa efetividade na visitação, apesar do potencial para integrar circuitos turísticos e fixar o turista por mais tempo neste polo. Há, assim, um subaproveitamento dos atrativos da região, que apresenta potencial nos segmentos de turismo histórico, cultural, ecológico, rural, náutico e sol e praia. **Fatores como falta de estruturação do trade turístico, baixa qualidade urbana e pouca divulgação repercutem no grau de relevância deste setor para a geração de emprego e renda na região.**

O SVO reduzirá a distância e o tempo de deslocamento entre os municípios do Recôncavo e a capital, ao estabelecer uma nova conexão viária para estes territórios, criando facilidade de acesso e **condições favoráveis para estes destinos**, mitigando um dos fatores inibidores de visitação para esta região. Entretanto, para o desenvolvimento do turismo, **faz-se necessária a adoção de políticas integradas de incentivo à estruturação do setor turístico e de qualificação urbana.**

O **Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Macroárea de influência do SVO** ratifica o potencial turístico da região e o aponta como uma das atividades que podem ser fomentadas a partir do SVO. O incremento desta atividade deve ocorrer, no entanto, de forma associada à melhoria das condições urbanas, tais como a estruturação viária, o saneamento básico e a infraestrutura turística, e da qualificação da produção cultural, questões sinalizadas pelo Plano Integrado de Turismo Sustentável

Foto 40 Carnaval mascarados – Patrimônio Imaterial (Maragogipe).



Fonte: Secretaria de Turismo da Bahia (<http://ftp.setur.ba.gov.br>)

Foto 42 Salinas de Margarida (sede)



Fonte: <http://flordemarte4.blogspot.com.br/>

Foto 41 Filarmônica Terspícore Patrimônio histórico e cultural (Maragogipe)



Fonte: <http://guardasdeMaragogipe.blogspot.com.br/>

Foto 43 Jaguaripe (sede)



Fonte: <http://www.jaguaripe.tur.br/>

Foto 44 Artesanato

Fonte: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

Foto 45 Comércio de cerâmicas em Aratuípe (Maragogipinho)

Fonte: <http://vanezacomzblogspot.com.br>.foto: Juray Castro

– PDITS (2012) como dificuldades e desafios a serem superados para o desenvolvimento do turismo e da cultura.

As propostas deste eixo programático estão direcionadas ao fortalecimento das potencialidades locais para a geração de emprego e renda, mediante a valorização da cultura e dos atributos naturais, proporcionando o aumento do tempo de permanência do turista, com a criação de roteiros complementares aos já consolidados e com foco em Salvador.

Em conformidade com os instrumentos de planejamento de turismo, propõe-se a estruturação **dos destinos turísticos por meio da organização do trade turístico local e da complementação e qualificação das infraestruturas básica e turística**. Diante da presença de um significativo patrimônio histórico e cultural, material e imaterial (localizados, sobretudo, nos municípios de Maragogipe e Nazaré), e no sentido da preservação da produção e das manifestações culturais tradicionais da região, propõe-se também a preservação e valorização do patrimônio **material e imaterial**, tais como o samba de roda, os mascarados de Maragogipe, as práticas religiosas de matriz africana, o artesanato, entre outros.

Salienta-se a necessidade de implementação da Política e do Sistema Estadual de Turismo, instituídos pela Lei nº 12.933/2014. Dos planos elaborados para os municípios da AID, destacam-se

o Plano Integrado de Turismo Sustentável (PIDTS), da Região turística BTS, e o Plano de Turismo Náutico da BTS. Entre as propostas do PIDTS, inclui-se a indicação do município de Nazaré como âncora para desenvolver o turismo na região e, portanto, como prioritário para receber investimentos, pois já atrai efetivamente um fluxo específico de turistas.

NICIATIVAS (PLANOS, PROJETOS E AÇÕES):

- **Cadastramento de agentes turísticos;**
- **Recuperação/revitalização do patrimônio material** (Nazaré, Maragogipe e Jaguaripe);
- **Valorização e promoção do patrimônio cultural** (samba de roda, carnaval de mascarados, candomblé, São João e outros);
- **Estruturação e qualificação dos destinos turísticos da região:**
 - Implantação e requalificação de equipamentos turísticos;
 - urbanização de locais turísticos;
 - melhoria da infraestrutura urbana.
- Elaboração do **Plano Integrado de Turismo Sustentável para a região turística Caminhos do Jiquiriçá;**
- Elaboração do **Plano de Fortalecimento e Gestão do Turismo.**

BENEFICIÁRIOS:

População dos municípios turísticos e integrantes de zonas turísticas (259.328 hab. – IBGE, 2010).

AGENTES ENVOLVIDOS:

As **Secretarias de Turismo (Setur)** e a **de Cultura (Secult)** são os principais agentes do governo estadual responsáveis pela implementação das iniciativas propostas neste eixo programático. Ademais, são também responsáveis a **Secretaria de Infraestrutura (Seinfra)**, que possui atribuições correlatas ao desenvolvimento do turismo quanto à provisão de infraestrutura, e a **Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur)**.

FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS

Dentre os recursos disponíveis nos âmbitos federal e estadual para o turismo, destacam-se:

- **Programas Federais (MTUR):** PRODETUR; PRONATEC Turismo; CADASTUR; Regionalização do Turismo.
- **Programas Estaduais (PPA 2016-2019):** Turismo; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Desenvolvimento Produtivo; Cultura e Identidade; Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais.

O principal programa para o setor no âmbito do governo

do estado (PPA 2016-2019) é o Programa Turismo, cujos compromissos e metas competem majoritariamente à Secretaria de Turismo. Outros programas possuem ações vinculadas, a exemplo do Programa Desenvolvimento Urbano: Infraestrutura para o Desenvolvimento. Estão previstas no PPA vigente metas capazes de consubstanciar as iniciativas propostas, tais como: Qualificação dos Agentes de Turismo, Provisão de Infraestrutura, Realização de Circuitos Turísticos, Marketing, assim como a Requalificação Urbanística da Área Turística.

HORIZONTE:

As iniciativas propostas devem ser iniciadas em curto e médio prazos (4 e 8 anos, respectivamente), com o intuito de qualificar a AID para o turismo, antecedendo a implantação do SVO.

5.4 EIXO PROGRAMÁTICO 4 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO URBANA

A gestão urbana abrange o processo de planejamento, intervenção, regulação e mediação na produção do espaço urbano (MIOTTI; ORTH, 2011), sendo importante para a construção de cidades com maior qualidade urbana e ambiental. A implementação da política de desenvolvimento urbano requer adequada capacidade gerencial, financeira e de gestão democrática, compatível com o perfil municipal.

O Programa de Desenvolvimento Institucional para a Gestão Urbana proposto para a AID do SVO é composto por três frentes de atuação: i) Planejamento Regional, voltado para a estruturação do território em escala regional; ii) Apoio ao planejamento urbano e ambiental local; e iii) Apoio à ampliação da capacidade de planejamento e gestão dos municípios. Constitui-se como um programa estrutural para atingir as diretrizes e os objetivos da proposta de adequação urbana, na medida em que visa qualificar os municípios para a implementação da política de desenvolvimento urbano e preparar o território para enfrentar os potenciais impactos positivos e ameaças decorrentes da construção do SVO.

As propostas consideram o perfil municipal e adotam como critérios de prioridade: a) os municípios com população superior a 20 mil habitantes (Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Maragogipe e Castro Alves); b) os seccionados em sua sede (Nazaré, Muniz Ferreira, Santo Antônio de Jesus, Castro Alves e Santa Teresinha); c) os que devem sofrer significativas transformações nas demandas por gestão urbana e ambiental (Salinas da Margarida, Jaguaripe, Aratuípe e Muniz Ferreira), além de d) os que apresentam relevante interesse para implantação de empreendimentos e de grande porte (Jaguaripe, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Aratuípe e Muniz Ferreira) em função das vantagens locais que apresentam.

A análise integrada destes critérios associados às características dos municípios indica as prioridades e ações necessárias para o desenvolvimento municipal e regional. Deve-se considerar, ainda, o nível de pressão sobre o espaço urbano e os riscos à preservação dos atributos ambientais, em associação com a capacidade de gestão dos municípios da AID para estabelecer os municípios a serem priorizados neste programa. O município de Jaguaripe, por exemplo, além de sofrer pressão pela ampliação da demanda por gestão urbana e ambiental, está localizado no eixo de interesse por novos empreendimentos e é uma área de

sensibilidade ambiental, portanto, deve ter prioridade na qualificação da gestão para elaboração dos instrumentos de planejamento e fortalecimento de mecanismos de licenciamento ambiental. Nazaré, por sua vez, além de “... além de precisar, obrigatoriamente, elaborar os instrumentos de política urbana, está situado no eixo de interesse para implantação de novos empreendimentos e será seccionado na sede, demandando intervenção física para construção de contorno viário e planejamento da expansão urbana, sendo considerado, portanto, de caráter prioritário.

Quadro 12 Critérios de prioridade no atendimento

Município	Critérios de prioridade para os investimentos			
	População > 20 mil hab.	Seccionados na sede	Relevantes transformações nas demandas por gestão urbana e ambiental	Situados no eixo de interesse para novos empreendimentos
Aratuípe			X	X
Castro Alves	X	X		X
Conceição do Almeida			X	
Jaguaripe			X	X
Maragogipe	X			
Muniz Ferreira		X	X	X
Nazaré	X	X		X
Salinas da Margarida			X	
Santo Antônio de Jesus	X	X		X
Varzedo			X	

Fonte: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

No sentido de fortalecer os municípios para a implementação da política de desenvolvimento urbano e na promoção da gestão democrática da cidade, é mister também auxiliá-los na estruturação e/ou fortalecimento dos conselhos municipais.

OBJETIVO GERAL:

- Promover o planejamento urbano regional integrado e qualificar os municípios da AID para a gestão urbana plena.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Fomentar a gestão compartilhada entre os municípios da AID para a implementação da política urbana;
- Habilitar os municípios para a implementação da política de desenvolvimento urbano, mediante elaboração e ou revisão dos instrumentos de política urbana (PDDU; Planos setoriais - mobilidade, saneamento e HIS);
- Ampliar a capacidade de gestão dos gestores e técnicos municipais;
- Planejar o uso do solo do entorno do SVO, na perspectiva regional, para a definição de áreas de interesse regional voltadas à implantação de grandes empreendimentos de caráter logístico, industrial e imobiliário;
- Fomentar a criação e o fortalecimento dos conselhos municipais, com vistas à gestão participativa e democrática das cidades.

JUSTIFICATIVA:

A capacidade de planejamento e gestão dos municípios brasileiros é bastante heterogênea. Com a descentralização política e administrativa engendrada pela Constituição Federal de 1988, os municípios ganharam atribuições relativas à política urbana, sendo, no entanto, um fator limitante, de modo geral, a baixa capacidade de planejamento e gestão dos municípios brasileiros, que se reflete na falta de estrutura administrativa e corpo técnico adequados, na inexistência ou falta de atualização de instrumentos de planejamento, na limitada capacidade financeira, entre outros aspectos.

O perfil dos municípios da AID também é heterogêneo, apresentando diferenças relativas ao porte, à economia, à predominância de população urbana ou rural e à capacidade de planejamento e gestão. Os baixos indicadores relativos às condições urbanas dos municípios refletem uma baixa capacidade de planejamento e gestão urbana.

Dentre os municípios analisados, **apenas cinco têm obrigatoriedade de elaborar planos diretores e planos setoriais** (mobilidade, habitação de interesse social e saneamento básico) em função do tamanho de sua população (acima de 20 mil habitantes): **Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Castro Alves, Cruz das Almas e Maragogipe**. Entretanto, nenhum dos municípios possui planos setoriais elaborados (Quadro 13), o que

repercute na estruturação e capacidade de implementação da política de desenvolvimento urbano. Deve-se considerar, ainda, a necessidade de revisão de alguns planos diretores, levando em conta o horizonte de 10 anos estabelecido pelo Estatuto da Cidade, bem como a necessária revisão, quando na área de influência de empreendimentos ou atividades de significativo impacto ambiental, de âmbito regional ou nacional.

Com a implantação do SVO, deve ocorrer um incremento populacional na região, sobretudo nos municípios de Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Jaguaripe e Castro Alves. Há também a tendência de expansão urbana, especialmente nos municípios que serão atravessados pelo SVO na sede municipal. Entretanto, alguns distritos que também serão seccionados pelo novo sistema podem adquirir relevância, como Jaguaripe, Conceição do Almeida, Santa Teresinha e Muniz Ferreira, cujos distritos situados às margens da rodovia tendem a atrair população e ampliar estes núcleos urbanos fora da sede, como já ocorre em Jaguaripe, cujo distrito de Jacuruna vem apresentando taxas de crescimento mais expressivas que a sede municipal. Assim, diante da perspectiva de aumento das demandas por gestão urbana, ganha ênfase a necessidade de estruturação do planejamento e gestão urbana destes municípios, contemplando de imediato a elaboração de um Plano Urbano Regional.

Em vista dos baixos indicadores de desenvolvimento e das condições de fragilidade em que se encontra esta região, ao lado

da perspectiva de novos investimentos em volumes significativos, que podem ser elementos transformadores e alavancadores de novo patamar de desenvolvimento para a região, evidencia-se a importância da elaboração de um Plano Urbano Regional para a AID, que busque potencializar e proteger os atributos locais, equacionando as desigualdades intermunicipais e subsidiando o planejamento e a gestão compartilhada. Este será um instrumento capaz de garantir o desenvolvimento sustentável do território, aproveitando as oportunidades e protegendo-o das ameaças externas, considerando a possibilidade de implantação de projetos associados ao SVO.

A necessidade presente de adequação dos instrumentos de política urbana (planos diretores e planos setoriais locais) que contemplem o cenário com o SVO, além da perspectiva de aumento das demandas sobre a gestão urbana e o imperativo de elaboração de um planejamento regional revelam a importância do eixo programático voltado para o desenvolvimento institucional e para a gestão urbana.

INICIATIVAS (PLANOS, PROJETOS E AÇÕES):

- Elaboração do Plano Urbano Regional, que contemple o ordenamento territorial para conter a pressão sobre áreas de expansão urbana e ambientalmente frágeis e a definição de áreas para projetos associados ou atraídos pelo SVO etc.;
- Apoio à elaboração/revisão dos PDDUs e planos setoriais locais;

Quadro 13 Caracterização dos municípios da AID quanto à hierarquia urbana, população e situação dos instrumentos de Política de Desenvolvimento Urbano (PDU)

(Quanto ao SVO)	Municípios	Hierarquia Urbana	População		Situação quanto aos Instrumentos da PDU (PDDU e Planos setoriais)
			Rural	Urbana	
Atravessa a sede municipal	Castro Alves	Centros de zona B (Nível 7)	61,74%	38,26%	Plano Diretor: Sim (ano: 2004) Planos setoriais: (não)
			90.985 hab.		
	Muniz Ferreira	Centro local (Nível 8)	46,39%	53,61%	Plano Diretor: não Planos setoriais: não
			7.317 hab.		
Nazaré	Centros de zona B (Nível 7)	83,83%	16,17%	Plano Diretor: Sim (ano: 2000) Planos setoriais: (não)	
		27.274 hab.			
Santo Antônio de Jesus	Centro Sub-regional A	87,16%	12,84%	Plano Diretor: Sim (ano: sem informação) Planos setoriais: (não)	
		90.985 hab.			
Atravessa o município fora da sede	Conceição do Almeida	Centros de zona B (Nível 7)	44,31%	55,69%	Plano Diretor: Sim (ano: sem informação) Planos setoriais: (não)
			17.889 hab.		
Jaguaripe	Centro local (Nível 8)	32,17%	67,83%	Plano Diretor: não Planos setoriais: não	
		16.467 hab.			
Não atravessa o município	Aratuípe	Centro local (Nível 8)	64,11%	35,89%	Plano Diretor: não Planos setoriais: não
			8.599 hab.		
	Maragogipe	Centros de zona B (Nível 7)	58,61%	41,39%	Plano Diretor: Sim (ano: 2010) Planos setoriais: (não)
			42.815 hab.		
Salinas das Margaridas	Centro local (Nível 8)	44,29%	55,71%	Plano Diretor: não Planos setoriais: não	
		13.456 hab.			
Varzedo	Centro local (Nível 8)	36,93%	63,07%	Plano Diretor: não Planos setoriais: não	
		9.109 hab.			

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades estabelecem obrigatoriedade na elaboração dos Planos Diretores aos municípios que: possuem mais de 20 mil habitantes; integram regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos na Constituição; integram áreas de especial interesse turístico; inserem-se na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; estão incluídos no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Fonte: Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia (SEDUR,2010),Censo Demográfico (IBGE,2010).

Elaboração Consórcio Demacamp/ Pólis/ Oficina, 2016

- Apoio à estruturação para a gestão urbana e ambiental:
 - Qualificação de agentes públicos;
 - Gestão compartilhada (consórcios, associações, ACTs);
 - Fortalecimento da gestão democrática (Conselhos municipais e territoriais).

BENEFICIÁRIOS:

A implementação destas iniciativas beneficiará a população dos 15 municípios (368.336 hab.) da AID do SVO.

AGENTES ENVOLVIDOS:

A implementação das iniciativas propostas neste eixo programático está vinculada à política de desenvolvimento urbano e territorial. Deste modo, no âmbito estadual, caberá à **Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur)** e à **Secretaria de Planejamento (Seplan)** desenvolver a maior parte das propostas. Também será envolvida a **Secretaria de Recursos Hídricos (SHIS)**, responsável pelas iniciativas relativas aos planos locais de saneamento básico. Assinala-se, ainda, a necessidade de **ações compartilhadas entre as secretarias estaduais e o poder municipal** para efetivação destas iniciativas locais.

FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS:

Os programas existentes, na esfera federal e estadual, correlatos às iniciativas propostas são:

- **Programas Federais (MCidades):** Fortalecimento da Gestão Urbana; Campanha “Plano Diretor Participativo”.
- **Programas Estaduais (PPA 2016-2019):** Gestão Participativa; Desenvolvimento Urbano; Cidadania e Direitos.

No âmbito estadual, os referidos programas contemplam compromissos e metas (PPA 2016-2019) capazes de viabilizar as medidas propostas para o Território do Recôncavo, que abrange a maior parte dos municípios da AID. Para viabilizar as iniciativas propostas, o principal programa é o “Desenvolvimento Urbano”, que tem como compromisso: “Apoiar a estruturação dos sistemas de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano dos municípios impactados pela implantação de grandes empreendimentos e infraestruturas” (PPA 2016-2019).

HORIZONTE:

O horizonte previsto é de curto prazo (próximos 4 anos), na medida em que as iniciativas propostas são voltadas à qualificação e estruturação do território, que devem anteceder a implantação do SVO.

5.5 EIXO PROGRAMÁTICO 5 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa de Desenvolvimento Rural para os municípios da AID tem como foco a agricultura familiar e envolve ações referentes a extensão rural, melhoria das condições de produção e de distribuição dos produtos agrícolas, fomento ao associativismo e melhoria das condições de infraestrutura básica, da situação fundiária dos assentamentos e a definição de iniciativas para a qualificação da pesca e mariscagem, atividades relevantes nos municípios de Salinas da Margarida, Jaguaripe e Maragogipe. O programa é extensivo à área rural e às comunidades tradicionais dos 15 municípios da AID.

OBJETIVO GERAL:

Apoiar e qualificar a agricultura familiar e comunidades tradicionais de pesca e mariscagem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apoiar a agricultura familiar na AID e as atividades tradicionais do território;
- Fomentar o associativismo e cooperativismo para os produtores da AID;
- Apoiar a logística de comercialização dos produtos em escala regional;
- Melhorar a infraestrutura básica nas localidades rurais e de população tradicional.

JUSTIFICATIVA

Metade dos 10 municípios analisados apresenta população rural superior à urbana (**Muniz Ferreira, Jaguaripe, Conceição do Almeida, Salinas da Margarida e Varzedo**) (Quadro 13), sendo representativo o percentual de população rural na AID como um todo. A produção agropecuária nesta região é fortemente marcada pela presença da agricultura familiar e do pequeno produtor. Como reflexo desse cenário, existe expressiva quantidade de Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que representa a inscrição necessária ao acesso do trabalhador rural familiar aos programas sociais relacionados a esse segmento, reforçando a importância social da agricultura familiar nos municípios estudados.

Desse modo, a agricultura familiar se constitui como importante atividade da região, apesar de não ser expressiva em termos da economia municipal. Os principais produtos agrícolas da AID com relevância na produção estadual são: dendê (10%), mandioca (4%), laranja (4%) e limão (3%), sendo que os municípios com produção agrícola mais relevante são: Maragogipe (18%), Jaguaripe (16%), Santo Antônio de Jesus (15%) e Varzedo (14%).

A relevância social da agricultura familiar na AID justifica a adoção de políticas públicas para o setor, haja vista a sua importância na produção de alimentos para consumo interno e a quantidade de

famílias envolvidas nessa atividade. No que tange à relevância da agricultura familiar, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (MDA, 2014) destaca que:

Segundo dados do último Censo Agropecuário, o rural brasileiro tem quase 5,2 milhões de estabelecimentos produtores, dos quais 84% são de agricultura familiar. A agricultura familiar responde por 74% de um total de 16,5 milhões de postos de trabalho rurais. O número de pessoas ocupadas nesse setor equivale a mais que o dobro das ocupações geradas pela construção civil no país. Agricultores e agricultoras familiares geram 38% do valor da produção agropecuária nacional e produzem a maior parte dos alimentos que vão para a mesa de brasileiros e brasileiras. Isso inclui 83% da produção total nacional de mandioca, 70% da de feijão, 69% da de hortaliças, 59% da de suínos, 58% da de leite e 51% da de aves, entre outras. No início de 2014, contabilizou-se um total de 5 milhões de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativas de agricultoras familiares, além de 3 mil entidades com DAP jurídica. [...] O setor é responsável por produzir alimentos de consumo interno, especialmente os que têm maior participação nos índices de inflação. Além de ser responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos no país, responde por 38% da renda agropecuária e por quase 75% da mão de obra do campo. (MDA, 2014, p.16-17)

A agricultura familiar, sendo parte da agroeconomia, requer que as políticas públicas para o setor fomentem o acesso às

Foto 46 Plantação de mandioca em Maragogipe



Fonte: <<http://www.novonegocio.com.br/rural>>

Foto 47 Plantação de milho em Castro Alves



Fonte: <http://castroalves.ba.gov.br>

inovações tecnológicas para aplicação nas culturas e criações e na conservação dos recursos naturais, em que emerge a importância da assistência técnica e extensão rural, que devem ser prestadas de maneira regular. Dentre as medidas propostas para a promoção do desenvolvimento rural, com foco na agricultura familiar, estão a regularização fundiária e o acesso à infraestrutura básica (água, energia elétrica, esgotamento sanitário etc.), visando à satisfação das necessidades, comumente negligenciadas, dos cidadãos que habitam as áreas rurais. As propostas estão em conformidade com os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (MDA, 2014), que prevê a necessidade de:

- Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso aos alimentos saudáveis.
- Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais. (MDA, 2014, p.22).

Para o eixo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, considerando as contribuições do CTR, foram definidas as seguintes diretrizes para a formulação das proposições: a) o apoio à organização da agricultura familiar, da economia solidária, das atividades de pesca e mariscagem; b) a inserção

dos produtos locais no mercado regional; c) a melhoria da infraestrutura nas localidades rurais (energia elétrica e telecomunicações).

INICIATIVAS (PLANOS, PROJETOS E AÇÕES):

- **Apoio à organização e estruturação da produção da agricultura familiar:**
 - Assistência técnica continuada;
 - Fomento ao associativismo, cooperativismo;
 - Apoio à logística de comercialização;
 - Fomento ao acesso às linhas de créditos.
- **Apoio à regularização fundiária e à habitação rural:**
 - Apoio técnico para promoção da regularização fundiária;
 - Promoção de regularização fundiária em terras devolutas;
 - Promoção de habitação rural.
- **Prover infraestrutura básica para assentamentos rurais:**
 - Ampliação do acesso à infraestrutura de saneamento básico rural;
 - Ampliação do acesso à energia elétrica.
- **Atualização do Plano de Desenvolvimento Territorial dos TIs;**
- **Definição de áreas urbanas, expansão urbana e rural nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDUs);**

- **Qualificação da pesca e mariscagem** – municípios de Salinas da Margarida, Jaguaripe e Maragogipe.

BENEFICIÁRIOS:

População da área rural dos 15 municípios (122.056 hab.) e das comunidades tradicionais de pesca e mariscagem em áreas urbanas.

AGENTES ENVOLVIDOS:

Os órgãos estaduais competentes para implementar os programa e as iniciativas propostas são: **Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri)** e **Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)**. Há ainda ações destinadas às áreas rurais relativas à provisão de infraestrutura (viária e elétrica) que são competência da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra).

FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS:

Dada a importância da questão rural e, em especial, da agricultura familiar, existem programas tanto em nível federal como estadual. Os programas vigentes disponíveis para o financiamento das iniciativas propostas são:

- **Programas Federais** (Ministério da Agricultura): PRONAF (Mais Alimentos; Garantia Safra);
- **Programas Estaduais** (PPA 2016-2019): Desenvolvimento

Rural Sustentável; Vida Melhor; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Mulher Cidadã; Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento.

No âmbito estadual, existem alguns programas, compromissos e metas compatíveis com as iniciativas propostas. O principal programa (PPA-2016-2019) é o Desenvolvimento Rural Sustentável, cujo órgão responsável pela execução é a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Outros programas têm metas relacionadas à questão rural – como Vida Melhor; Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento; Mulher Cidadã; Meio Ambiente e Sustentabilidade, cujos órgãos reesponsáveis são **Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI)**, **Secretaria do Trabalho, emprego e Renda (SETRE)**; **Secretaria de Infraestrutura (Seinfra)**; **Secretaria de política para as mulheres (SPM)** e a **Secretaria de Justiça de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS)**. Entre as metas desses programas estão: regularização fundiária, assistência técnica, infraestrutura – água e esgotamento sanitário para áreas rurais.

HORIZONTE:

As iniciativas propostas para o eixo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar devem ser iniciadas no curto prazo (quatro anos), com o intuito de fortalecer a economia tradicional da

região. Há, no entanto, medidas que devem ser continuadas, como a assistência técnica e as ações de regularização fundiária.

5.6 EIXO PROGRAMÁTICO 6 SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública tem como finalidade a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e patrimônios, buscando assegurar os direitos e garantias fundamentais (Secretaria de Segurança Pública- SSP BA, 2016). É um serviço público que atua na prevenção e na repressão qualificada, que deve estar pautada nos direitos humanos e no Estado democrático de direito (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016). A atuação da segurança pública influi, assim, na qualidade de vida dos habitantes e repercute na atratividade do território.

O eixo programático Segurança Pública foi definido para fazer frente às demandas por combate à criminalidade na região, associada ao tráfico de drogas, e mediação de conflitos fundiários que já fazem parte da realidade atual e tendem a ser acentuados com a implantação do SVO. A abrangência das iniciativas de segurança pública se estende para toda a AID.

As ações de segurança são fundamentais para a promoção da qualidade de vida da população e para oferecer garantias que ampliem a atratividade local para negócios que promovam a região com sustentabilidade.

OBJETIVO GERAL:

Fortalecer a cobertura regional dos serviços de segurança pública na área de impacto urbano direto do SVO.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Prevenir e reduzir a criminalidade associada ao tráfico de drogas;
- Mediar os conflitos fundiários existentes e os decorrentes da implantação do SVO.

JUSTIFICATIVA:

A área de estudo apresenta problemas de segurança pública relacionados à **incidência de tráfico de drogas**, o que repercute negativamente na qualidade de vida dos habitantes e na atratividade da região. Cidades turísticas como Maragogipe e Nazaré têm vivenciado problemas de segurança decorrentes desta modalidade de crime, demandando, assim, a adoção de iniciativas (preventivas e repressivas) de segurança pública nas escalas local e regional.

O Quadro 14 apresenta informações sobre as condições de segurança pública em 9 dos 15 municípios da AID, que fazem parte da área de atuação da Unidade Operacional de Polícia Militar de Santo Antônio de Jesus.

As informações fornecidas por este Batalhão demonstram a estrutura física e de pessoal existente em cada município, seus principais problemas e deficiências. As informações apresentadas ratificam o exposto, estabelecendo como principal problema de segurança na região os crimes ligados ao tráfico de drogas, cujo combate deve se constituir, portanto, como diretriz deste eixo programático.

Existem ainda ocorrências de conflitos por posse de terra, como grilagem em Salinas da Margarida e invasão de terras em propriedade do DERBA, em Santo Antônio de Jesus, às margens das rodovias estaduais, onde eventualmente são deferidos pelo Poder Judiciário, a reintegração de posse desses lotes.

A implantação e/ou expansão de projetos viários, sobretudo nas áreas urbanas, demandam ações de **mediação de conflitos fundiários**, haja vista que vias e rodovias se constituem em elementos indutores de ocupação e expansão urbana. O SVO ao atravessar muitos municípios, inclusive algumas sedes municipais, tende a gerar áreas atrativas para ocupação ou intensificação da ocupação ao longo da rodovia. Requer, portanto a adoção de ações preventivas para mediar conflitos de natureza fundiária.

Não obstante, considerando a implantação do SVO e os seus potenciais impactos sobre o incremento populacional e na

ampliação da demanda por serviços públicos, faz-se mister **redimensionar e adequar a estrutura de segurança pública da região**. Devem-se considerar também as indicações do Plano de desenvolvimento da Macroárea do SVO elaborado pela SEPLAN.

INICIATIVAS (Planos, projetos e ações):

- Combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas;
- Prevenção e mediação de conflitos fundiários;
- Redimensionamento da estrutura física da segurança pública.

BENEFICIÁRIOS:

População dos 15 municípios (368.336 hab.) da AID.

AGENTES ENVOLVIDOS:

As secretarias estaduais envolvidas na implantação das iniciativas propostas são: Secretaria de Segurança Pública (SSP), além de Sedur, Seplan e SDR, que podem colaborar com as iniciativas referentes à mediação de conflitos fundiários.

FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS:

- **Programas Federais** (Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENAD): Crack É Possível Vencer (preventivo); Atuação Internacional; Conselhos.
- **Programas Estaduais** (PPA 2016-2019): Pacto pela vida.

Quadro 14 Situação dos componentes da segurança pública na AID

Município	Estrutura física	Estrutura de polícia	Problemas de segurança	Efetivos
Aratuípe	Delegacia da Polícia Civil	<ul style="list-style-type: none"> 4 policiais civis (1 delegado, 2 investigadores e 1 escrivão) 1 viatura quatro rodas 	<ul style="list-style-type: none"> Crimes ligados ao tráfico de drogas, ocasionando crimes contra a vida. Registro de latrocínios na zona rural do município 	Não dispõe de efetivo da Guarda Municipal, nem das Forças Armadas
	Destacamento Policial Militar	<ul style="list-style-type: none"> 12 policiais militares (1 sargento e 11 soldados) 1 viatura quatro rodas. 		
Dom Macedo Costa	Delegacia da Polícia Civil	<ul style="list-style-type: none"> 1 delegado e 2 servidores municipais 1 viatura quatro rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> Crimes ligados ao tráfico de drogas por facções de Santo Antônio de Jesus. 	Não dispõe de efetivo da Guarda Municipal, nem das Forças Armadas.
	Destacamento Policial Militar	<ul style="list-style-type: none"> 9 policiais militares (1 sargento e 8 soldados) 1 viatura quatro rodas. 		
Jaguaripe	Delegacia da Polícia Civil	<ul style="list-style-type: none"> 4 policiais civis (1 delegado, 2 investigadores e 1 escrivão) 1 viatura quatro rodas 	<ul style="list-style-type: none"> Crimes ligados ao tráfico de drogas, com disputa entre facções rivais de municípios vizinhos pela posse de “pontos de vendas”. 	Não dispõe de efetivo da Guarda Municipal, nem das Forças Armadas.
	Destacamento Policial Militar	<ul style="list-style-type: none"> 12 policiais militares (1 sargento e 11 soldados). 1 viatura quatro rodas. 		
Muniz Ferreira	Delegacia da Polícia Civil	<ul style="list-style-type: none"> 4 policiais civis (1 delegado, 2 investigadores e 1 escrivão), 1 viatura quatro rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> Crimes ligados ao tráfico de drogas por facções de Nazaré e de Santo Antônio de Jesus; Baixo índice de outros delitos, tais como furtos, roubos de veículos, roubos em estabelecimentos comerciais e lotéricos, homicídios, tentativas de homicídios e lesões corporais. 	Não dispõe de efetivo da Guarda Municipal, nem das Forças Armadas.
	Destacamento Policial Militar	<ul style="list-style-type: none"> 12 policiais militares (1 sargento e 11 soldados), 1 viatura quatro rodas. 		

Município	Estrutura física	Estrutura de polícia	Problemas de segurança	Efetivos
Nazaré	Delegacia da Polícia Civil	<ul style="list-style-type: none"> 8 policiais civis (1 delegado e 7 investigadores), 1 viatura quatro rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> Crimes ligados ao tráfico de drogas principalmente na área urbana do município Existência de outros crimes relacionados ao tráfico de drogas tais como: roubos, furtos, homicídios, e lesões corporais. 	sem informação
	Companhia da Polícia Militar, 3ª Cia PM do 14º BPM	<ul style="list-style-type: none"> 36 policiais militares (1 capitão e os demais, praças), 1 viatura quatro rodas. 		
	Guarda Municipal	<ul style="list-style-type: none"> 18 guardas 		
	Exército – Tiro de Guerra	<ul style="list-style-type: none"> Comandada por 1 sargento. 		
Salinas da Margarida	Delegacia da Polícia Civil, Pelotão da Polícia Militar pertencente à 3ª Cia PM do 14º BPM	<ul style="list-style-type: none"> 4 policiais civis (1 delegado, 3 investigadores), 16 policiais militares (1 subtenente, comandante do pelotão, 1 viatura quatro rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> Crimes ligados ao tráfico de drogas liderado por facções criminosas, principalmente de Maragogipe, Itaparica e Vera Cruz, com disputa pela posse de “pontos de vendas”. Apresenta alto índice de desova de cadáveres no território nos distritos, nas margens das praias.. Outros crimes: roubos de veículos, furtos, roubos em estabelecimentos comerciais e lotéricas. - Há registros de ocorrências de “grilagem” de terras de uma comunidade de pescadores remanescente quilombola no município 	Não dispõe de Forças Armadas e a Guarda Municipal está em fase de Implementação.

Município	Estrutura física	Estrutura de polícia	Problemas de segurança	Efetivos
Santo Antônio de Jesus	Sede da 4ª Coordenadoria de Polícia Civil	<ul style="list-style-type: none"> 36 policiais civis (6 delegados, 17 investigadores, 8 escrivães e 5 auxiliares administrativos), 04 viaturas quatro rodas, 06 viaturas duas rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> Elevação da taxa de homicídios por habitantes tendo como fatores: o tráfico de drogas e crimes passionais. Atuação do tráfico de drogas nos bairros São Benedito (Rua de Dentro e Rua do Desterro), Santa Teresinha, Irmã Dulce, Renato Machado e, de modo difuso, no Conjunto Zilda Arns. Já nos bairros Santa Madalena, Conjunto Zilda Arns, Amparo, São Benedito, Invasão da Rádio Clube, Barro Vermelho, Salgadeira, Cajueiro e Urbis IV, traficantes atuam mediante ligação com fornecedores. Registros de invasão de terras em propriedades do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), às margens das rodovias estaduais, onde, eventualmente, através de estudo de situação, é deferida pelo Poder Judiciário a reintegração de posse desses lotes 	sem informação
	1ª Delegacia Territorial de Polícia Civil; 4ª Coordenadoria Regional de Polícia Técnica e 11ª Ciretran.	sem informação		
	Sede do 14º Batalhão PM	<ul style="list-style-type: none"> 182 policiais militares, 04 viaturas quatro rodas, 06 viaturas duas rodas. 		
	Guarda Municipal	<ul style="list-style-type: none"> 18 guardas. 		
	Exército/Tiro de Guerra	<ul style="list-style-type: none"> Comandada por 1 sargento. 		
Varzedo	Delegacia da Polícia Civil	<ul style="list-style-type: none"> 4 policiais civis (1 delegado, 2 investigadores e 1 escrivão); 1 viatura quatro rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> Crimes ligados ao tráfico de drogas por facções de Santo Antônio de Jesus, com disputa com traficantes locais por posse de “pontos de vendas”, o que ocasiona eventuais trocas de tiros e execuções de traficantes rivais na localidade. Há também registro de ocorrências de roubos em estabelecimentos comerciais nas zonas urbana e rural do município. 	Não dispõe de efetivo da Guarda Municipal, nem das Forças Armadas.
	Destacamento Policial Militar	<ul style="list-style-type: none"> 9 policiais militares (1 sargento e 8 soldados), 1 viatura quatro rodas 		

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia, 2016.

Elaboração Consórcio Demacamp/ Pólis/ Oficina. 2016

HORIZONTE:

As iniciativas de segurança pública para a área de impacto urbano direto do SVO são previstas para iniciar no curto prazo (4 anos). Devem, no entanto, constituir-se como ações continuadas, antes, durante e após a implantação do SVO, sobretudo no que diz respeito à necessidade de redimensionamento da estrutura física e de pessoal de segurança pública na região, ajustando-se ao incremento populacional.

5.7 EIXO PROGRAMÁTICO 7 AÇÃO SOCIAL

O eixo programático Ação Social é focado nas áreas de educação e saúde, identificadas como fundamentais para o desenvolvimento regional, tendo como objetivo fortalecer a rede de atendimento e, como diretriz, o planejamento na escala regional para o fortalecimento das redes de saúde e educação.

No que tange ao setor de educação, propõe-se a complementação da rede de ensino técnico e superior, de forma correlacionada com as potencialidades locais, mas também com as novas possibilidades decorrentes dos projetos associados ao SVO. Em relação ao setor de saúde, almeja-se a complementação da rede através do incentivo ao consorciamento de policlínicas entre os municípios, visando ampliar a cobertura do serviço.

O Plano de Desenvolvimento da Macroárea do SVO elaborado pela Seplan contempla indicações relativas a saúde e educação na região que também devem ser consideradas .

OBJETIVO GERAL:

Fortalecer e complementar as redes de saúde e educação na AID

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Planejar as demandas futuras de saúde e educação na AID, considerando o aumento da demanda e o potencial de desenvolvimento destes setores a partir do SVO.

JUSTIFICATIVA:

Os setores de saúde e educação são fundamentais para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e para a qualidade de vida da população, constituindo-se, por isso, como componentes do índice de desenvolvimento humano (IDH). Além disso, do ponto de vista da economia, são áreas promissoras de desenvolvimento, indicadas pelo Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Macroárea de Influência da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica como atividades-âncoras, de baixo impacto ambiental.

A região já apresenta fragilidade nestes setores, que tendem a se agravar com o aumento das demandas geradas com a implantação do SVO. Pelo exposto, na perspectiva de mitigar o passivo existente, qualificar a mão de obra local e planejar as demandas futuras destes setores, considerando o SVO, foram estabelecidas iniciativas de saúde e educação para a AID.

INICIATIVAS:

- Implantação de policlínicas de forma consorciada;
- Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h);
- Ampliação da **oferta de cursos técnicos, tecnológicos e de educação superior**, vinculada às potencialidades locais e às perspectivas de desenvolvimento da região.
- Elaboração de Planos regionais sociais para atender às **demandas de saúde e educação, considerando o SVO.**

BENEFICIÁRIOS:

População dos 15 municípios da área de estudo (309.729 hab.)

AGENTES ENVOLVIDOS:

Os agentes estaduais responsáveis pela execução das iniciativas propostas são a Secretaria de Saúde (Sesab) e a Secretaria de Educação (SEC).

FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS:

Os programas disponíveis nos níveis federal e estadual para as áreas abrangidas neste eixo são:

- **Programas Federais** (Ministério da Saúde e da Educação): Saúde Toda Hora; Saúde Mais Perto de Você; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) etc.
- **Programas Estaduais (PPA 2016-2019)**: Saúde Mais Perto de Você; Educar para Transformar.

HORIZONTE:

A implementação das iniciativas compreendidas por este eixo devem ser iniciadas no curto prazo (4 anos), mediante a execução do planejamento setorial e a adequação da estrutura disponibilizada à demanda existente. Deve, no entanto, ter ações continuadas, implementadas conforme indicações dos planejamentos recomendados, até o período pós-construção da implantação do SVO.



Foto: Consórcio Demacamp/Pólis/Oficina, 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS
PROGRAMAS E PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA
ÁREA DE IMPACTO URBANO DIRETO DO SVO

6

O estudo de “Proposições de Soluções para os Municípios Vizinhos” foi elaborado em duas etapas, considerando:

- i) a caracterização da área de estudo e a identificação dos potenciais impactos urbanos do SVO (Relatório 5.1); e
- ii) a proposição de soluções para os municípios vizinhos apresentada neste relatório.

Com base neste estudo, foi possível identificar potencialidades e fragilidades existentes neste território. Dentre as potencialidades, citam-se a riqueza arquitetônica e natural e a diversidade cultural, enquanto as fragilidades estão majoritariamente associadas às condições de precariedade da infraestrutura social e econômica na AID, repercutindo, assim, nos baixos indicadores encontrados e no subaproveitamento dos seus potenciais.

A implantação do SVO constitui-se como uma oportunidade para a região, na medida em que tornará o território mais acessível à capital, que concentra a maior parte da riqueza do estado, possibilitando maior acessibilidade a bens, equipamentos e serviços. Ademais, confere a esta região vantagens locacionais, tornando-a mais atrativa para a implantação de novos empreendimentos associados ao SVO.

Em função dos riscos e oportunidades que o SVO tende a engendrar na área de impacto urbano direto, foram definidos

sete eixos programáticos com vistas a mitigar o passivo existente, mas também a planejar o território para lidar com os potenciais impactos negativos e ampliar os efeitos positivos. As propostas apresentadas fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento territorial do governo do estado, somando-se a outros planos e estudos elaborados, como o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Macroárea de Influência do SVO.

Ao longo do estudo, a abrangência da AID e o seu escopo foram ampliados. Deste modo, contemplando as sugestões advindas das discussões públicas, esta área passou a compreender 15 municípios. Na medida em que cinco municípios foram incorporados após a estruturação dos relatórios, **recomenda-se a elaboração de estudo complementar para aprimorar a avaliação dos potenciais impactos do SVO sobre estes.** Apesar disso, os programas propostos são extensíveis aos 15 municípios. Em relação ao escopo, apesar de centrar-se nas propostas de adequações urbanas, em face das características e peculiaridades deste território foram incluídas proposições que abrangem a dimensão rural, tendo sido acrescentado um eixo programático de “Desenvolvimento da Agricultura Familiar”.

A **implementação dos programas** exige, no entanto, a **adoção de ações estratégicas**, dentre as quais:

- a) **assinatura de Acordo de Cooperação Técnica - ACTs** entre governo do estado e municípios da AID;
- b) **definição de um Plano Estratégico de Desenvolvimento**, que estabeleça ações na esfera estadual, compartilhadas entre municípios e/ou estado, e na esfera municipal, definindo prioridades e responsabilidades visando à implementação gradativa das ações (este plano deve adotar este estudo como subsídio e incluir entre suas prioridades o Plano Urbano Regional);
- c) **Formação do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Territorial**, com atribuição de articular com municípios e organismos de gestão compartilhada as ações necessárias para a implementação do plano. Este comitê deve ser composto por órgãos e entidades estaduais responsáveis pelos eixos do plano, além de representantes do Executivo municipal. Tais ações são indicadas na perspectiva de apontar os procedimentos subsequentes considerados fundamentais para consubstanciar as propostas para o desenvolvimento territorial.

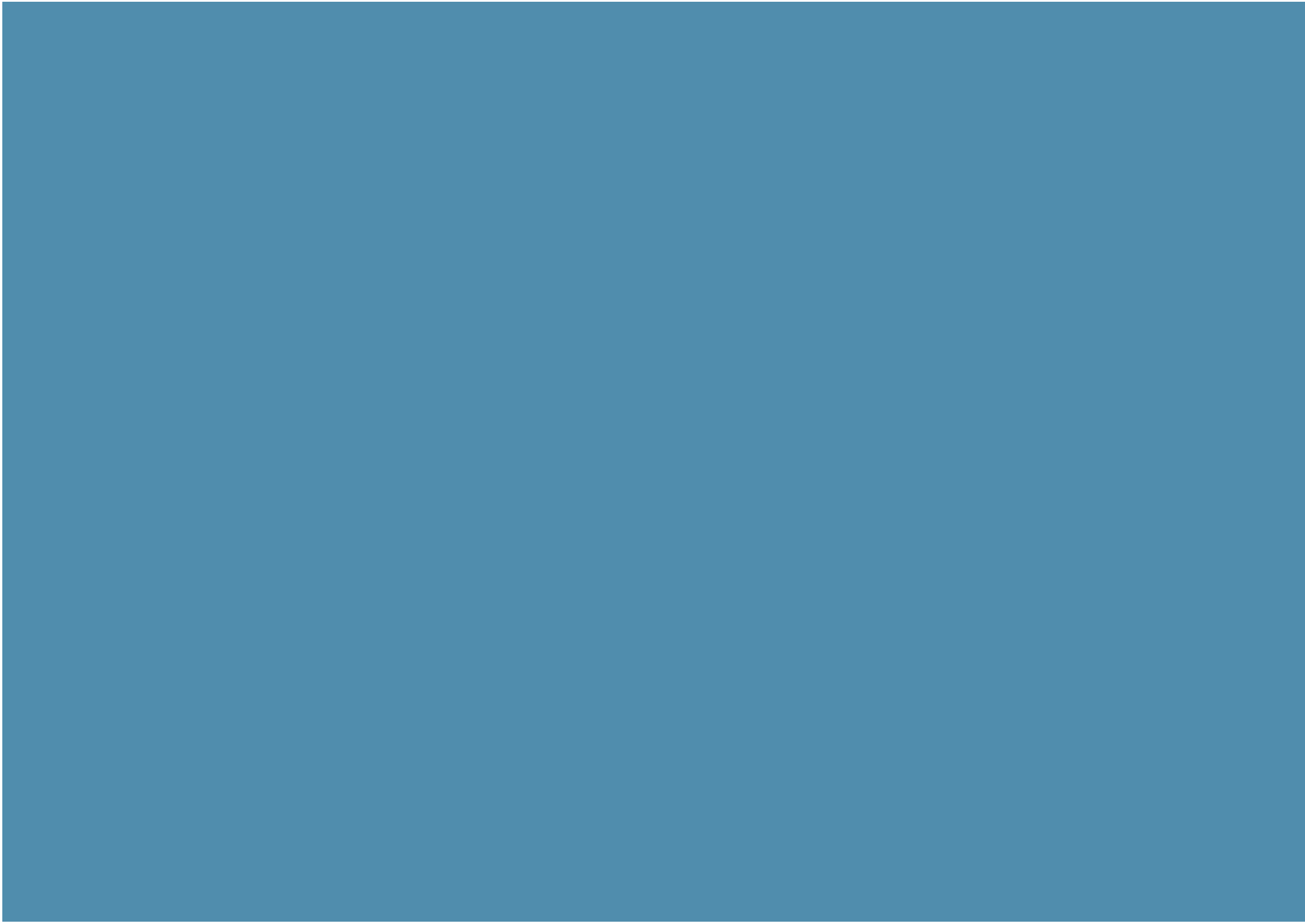


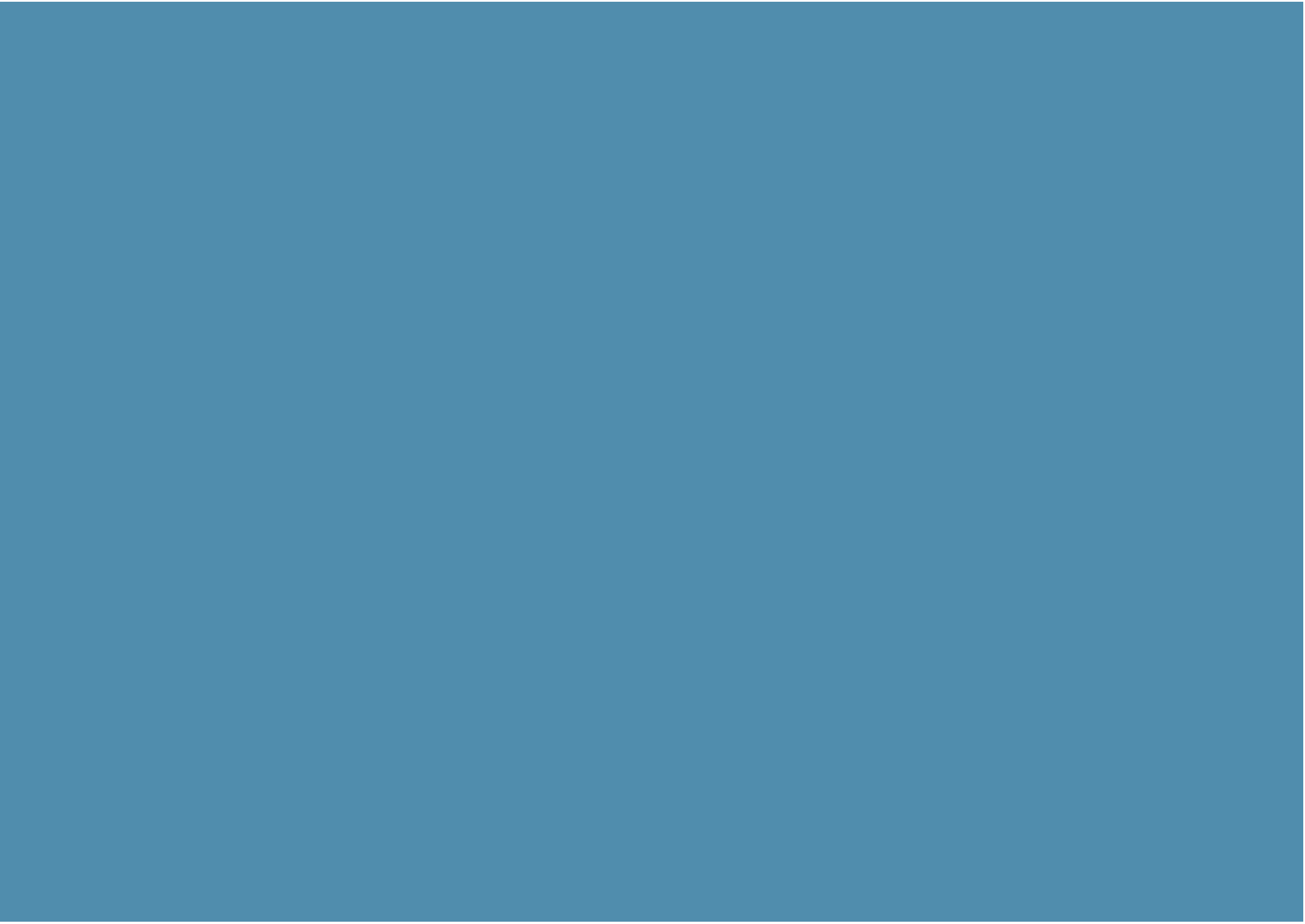
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 7

- ANA, AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas de Abastecimento de Água**. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://www.atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>>. Acessado em 17/10/16
- BAHIA. GOVERNO DO ESTADO. **Plano Plurianual Participativo 2016-2019**. Disponível em : <<http://www.seplan.ba.gov.br>>.Acessado em 14/09/16
- _____. SEDUR - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Estudo da Rede Urbana**. Salvador 2010.
- _____. SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Integrado de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Salvador: 2012. Disponível em: <<http://ftp.setur.ba.gov.br/prodetur/documentosbahiaid>>. Acessado em 10/09/16
- _____. **MTur divulga novo Mapa do Turismo Brasileiro**. Salvador: 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/6456-mtur-divulga-novo-mapa-do-turismo-brasileiro.html>
- BRASIL. MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/pndrss>>. Acessado em 05/11/16
- GTA. **Seminários Regionais do PLANEHAB**: Diagnóstico Habitacional e Definição de Diretrizes - Território de Identidade Recôncavo, 2012. Disponível em: <<http://planehab.blogspot.com.br/p/arquivos-das-plenarias.html>>.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2010.

SITES CONSULTADOS

- <http://www.ssp.ba.gov.br/> Acessado em 1.09.2016
- <http://www.forumseguranca.org.br/>







DESENVOLVIMENTO URBANO DOS MUNICÍPIOS DA
ÁREA DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO OESTE

Janeiro de 2017